

Digitized by the Internet Archive
in 2009 with funding from
University of Toronto

Nelson

3

ABELHAS DOIRADAS

OBRAS DE JÚLIO DANTAS

POESIA

Nada (1896) — 2.^a edição.

Sonetos (1916) — 3.^a edição.

PROSA

Outros tempos, inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas, etc. (1909) — 2.^a edição aumentada.

Figuras de ontem e de hoje (1914) — 2.^a edição.

Pátria Portuguesa (1914) — 4.^a edição, no prelo.

Ao ouvido de M.^{me} X (1915) — 4.^a edição, no prelo.

O amor em Portugal no século XVIII (1915) — 2.^a edição.

Mulheres (1916) — 4.^a edição.

Eles e Elas (1918) — 2.^a edição.

Espadas e Rosas (1919) — 3.^a edição.

Como elas amam (1920) — 2.^a edição.

Abelhas douradas (1920).

As Grandes Batalhas — no prelo.

TEATRO

O que morreu de amor (1899) — 4.^a edição.

Viriato Trágico (1900) — 2.^a edição.

A Severa (1901) — 4.^a edição, no prelo.

Crucificados (1902) — 3.^a edição, no prelo.

A Ceia dos Cardeais (1902) — 23.^a edição.

D. Beltrão de Figueiróa (1902) — 4.^a edição.

Páço de Veiros (1903) — 3.^a edição.

Um serão nas Laranjeiras (1904) — 3.^a edição.

Rei Lear (1906).

Rosas de todo o ano (1907) — 7.^a edição.

Mater Dolorosa (1908) — 4.^a edição.

Santa Inquisição (1910) — 2.^a edição.

O Primeiro Beijo (1911) — 3.^a edição.

D. Ramon de Capichuela (1912) — 2.^a edição.

O Reposteiro Verde (1912) — 2.^a edição.

1023 (1914) — 2.^a edição.

Sóror Mariana (1915) — 2.^a edição.

Carlota Joaquina (1919) — 2.^a edição.

D. João Tenório (1920).

A Castro (1920).

A data indicada para cada obra é a da sua primeira edição

JÚLIO DANTAS

Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa
Da Academia Brasileira de Letras

Abelhas Doiradas

1.º MILHAR

PER ORDEM PULCHER



LISBOA
PORTUGAL-BRASIL LIMITADA
SOCIEDADE EDITORA
58 — RUA GARRETT — 60

RIO DE JANEIRO
COMPANHIA EDITORA AMERICANA
LIVRARIA FRANCISCO ALVES



Reservados todos os direitos de reprodução : em Portugal, conforme preceituam as disposições do *Código Civil Português*; no Brasil, nos termos do convénio de 9 de setembro de 1889 e lei n.º 2.577 de 17 de janeiro de 1912 ; nos países convencionados, em harmonia com a Convenção de Berne, a que Portugal aderiu por decreto de 18 de março de 1911. A propriedade desta obra pertence à SOCIEDADE EDITORA PORTUGAL-BRASIL L.^{DA}.

Imprensa PORTUGAL-BRASIL, Rua da Alegria, 100 — LISBOA



A

ARTUR BRANDÃO

*«Zumbem, scintilam como
abelhas doiradas, e passam
deixando a impressão doce
do mel...»*

THEÓCRITO

1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

A BENGALA DE M.^{ME} Z

Falemos de mulheres. Os homens são tão enfadonhos!

Ontem, no chá de Mrs. Mainwaring, entre-tive-me a observar as silhuetas da moda feminina de inverno. E cheguei à conclusão de que as mulheres estão cada vez mais rapazes. A moda dêste janeiro de ligeiras névoas doiradas, é, seguramente, a mais *garçonnière* de tôdas as modas masculinas que, desde 1914 até hoje, tem usado a inimiga do homem. Enquanto se servia o chá num admirável Japão velho, as minhas atenções fixaram-se, de preferência, numa rapariga alta, loira, sem ancas, duma distinção sêca, dum perfil arguto e cortante, trinta anos, aquilina, quási bonita, que, quando se assentava, mostrava a perna até ao joelho, e que, de monóculo na órbita, conversava, fumando, com um patetinha qualquer. Tudo

nela era masculino: o vestido alfaiate, um pouco audacioso, cortado numa gabardine azul, marcado em linhas ousadas e virís; os gestos, dum à-vontade, dum desembaraço de rapaz, linhas rectas, movimentos largos, um cruzar de perna que reduzia a saia a uma simples hipótese; a lasca de vidro no olho direito; o cigarro, que ela fumava com a convicção dum homem, saboreando o tabaco; o próprio chapéu de feltro negro, às três pancadas, com o traço basco do *béret*, enterado numa cabeleira frisada e cortada «à cão». Pudor, modéstia, feminilidade, graça delicada, essa melodia de gestos, essa doçura de expressão que faziam noutro tempo (ainda há cinco e seis anos!) o encanto da mulher, tinham desaparecido nessa criatura máscula, cuja beleza confusa e contraditória parecia pertencer a um terceiro sexo, descendente, como diria Strindberg, em linha recta do macaco. E entretanto, a-pesar disso — ou talvez por isso mesmo — era ela que atraía os olhares e as atenções de todos os homens, era ela a mulher sensacional, a mulher perturbadora dêsse chá de Cosmópolis, — e todos nós, e eu próprio, se nos fôsse permitido escolher uma dentre tôdas as belezas presentes, tê-la-híamos sem hesitação escolhido a ela. Porquê? Fiz esta pergunta a mim

mesmo, e confesso que não soube desde logo responder.

Madame Z. — tratava-se duma senhora casada — não possuía encantos femininos que se pudessem comparar aos doutras adoráveis criaturas, sôbre tudo inglesas, que tinham concorrido ao chá de Mrs. Mainwaring. Atractivos puramente físicos, beleza grandiosa e olímpica, como a de certas Magdale-nas da pintura veneziana que têm apaixonados frementes nos Museus, difficilmente se encontrariam nesse corpo anguloso, insexuado e longo, duma «magreza intelectual», como disse Barbey, a que a natureza se esquecera de modelar o peito e as ancas. Espírito, vivacidade, elegância moral, — não podiam prender-me, porque não lhos conhecia. Nem mesmo aquella perversidade mórbida, aberrante, histeróide, tão vulgar na mulher e tão atraente para o homem, transparecia na fisionomia calma, sêca, um pouco árida dessa criatura, cuja expressão tinha a fria serenidade de certos camafeus italianos que, durante as modas românticas de 1830, fizeram a fortuna dos joalheiros. Vi-me, portanto, obrigado a concluir que o que nela havia de perturbador e de excitante para nós, homens, era exactamente o seu feitio masculino, a sua linha masculina, as suas modas masculin-

nas, — aquilo mesmo que ela viera buscar ao nosso sexo, que ela assimilára dos nossos hábitos, que era mais nosso do que dela, que — numa palavra — a afastava dos seus encantos naturais e a aproximava de nós.

As conclusões que, no domínio da psicologia amorosa, poderiam tirar-se desta observação, não deixam de ser interessantes. Elas explicam o prestígio de certas figuras de mulher, ginandras e paradoxais, e justificam o sucesso e a permanência das modas *garçonnières*, — que o costureiro Poiret, com a preocupação da linha recta, e o cabeleireiro Mazy, com a insistência do *chien*, têm contribuído para celebrar, e a que o americanismo actual veio trazer — confessêmo-lo — uma imprevista aura. Só permanecem, na mulher, as modas que agradam ao homem. O tipo de beleza ideal do nosso tempo (tôdas as épocas têm o seu) é o tipo dextro, ágil, arrapazado, masculino. Acabei de me convencer disso quando Madame Z. saíu e eu a fui seguindo, pela rua, com a persistência de quem observa. Fez sucesso no Chiado. Nada já que se parecesse com os passinhos curtos de japonesa em que há oito e dez anos andavam as mulheres: Madame Z. marchava em passos rítmicos, ondulantes,

elegantes, — mas sólidos, largos, firmes, empunhando uma bengala de homem, não com a graciosa feminilidade com que Diana de Poitiers se apoiava ao seu guarda-sol côr-de-rosa, mas decerto com a viril firmeza com que um jockey brande o seu *stick*. Aquela bengala, nas mãos finas dessa rapariga loira — eu senti-o no olhar brilhante de todos os homens que passavam — tinha mil vezes mais encantos do que todos os léques dêste mundo. Já não era o bastão frágil, o bastão de punho de Sèvres ou de Limoges, o bastão-joia a que se encostavam, para poderem com o pêso dos toucados, as elegantes que o século XVIII pintou nos azulejos de Quéluz; era o bastão de comando, a vara de justiça, o báculo de Praxágora com que a Eva moderna, herdeira das pequeninas tanagras que se agitam na *Assemblée das Mulheres*, de Aristóphanes, se propõe dirigir-nos e governar-nos a todos.

Na sua fúria de masculinisação, a mulher começou por nos encantar, e (estejamos certos) há-de acabar por nos bater. A bengala de Madame Z. não é senão o símbolo precursor duma idade nova. E a contra-prova está em que, ao passo que a mulher se virilisa, o homem efemina-se. Vejam os últimos figurinos — desde os *pschutteux* de Sem, de Mars

e de Guillaume, até aos «adelaides» cintados de Lisboa, que pintam a boca e usam seios. O sexo forte são elas; o sexo fraco somos nós. E, afinal, que inconveniente há em que as mulheres nos governem? Os homens têm-nos governado tão mal...

O PRAZER DE MORRER

Há no meu quarto um enorme *fauteuil* inglês, forrado de veludo carmezim, onde tôda a gente que se assenta adormece daí a cinco minutos. Ontem à noite, quando vim de jantar em casa da minha amiga X., onde se bebe o peor *Champagne* do mundo, não tive coragem para despir a casaca e atirei-me para os braços dêsse sonolento *Maple*, que me recorda, na sua profundidade opulenta e solene, um côche de D. João V. E' em geral depois das grandes fadigas que se sente mais intensamente o prazer de viver. Naquela hora, com uma rosa a desfolhar-se na botoeira e o fumo azul dum cigarro a esvaír-se-me entre os dedos, eu lamentei, no íntimo da minha consciência, que a vida fôsse tão curta, e cheguei a pensar com delícia na longevidade dos crocodilos, nos novecentos e cinquenta anos da existência patriarcal de Noé,

e na tranqüila velhice da oliveira de Platão, que dá sombra e azeitonas há vinte e cinco séculos. Pois quê? Tanta universidade, tanto laboratório, tanto sábio, tanta ciência, — e ainda não fôra possível prolongar êste festim dionisíaco, êste espectáculo surpreendente, esta deslumbrante falsificação da realidade, que é a vida humana? Não conseguiria o homem — como a roseira secular da catedral de Hildesheim — viver mais, viver muito, viver sempre?

Ouvi dar a meia-noite. Pensei ainda, vagamente, nos braços nus de M.^{me} X. Uma frase de Haller — «o homem vive menos do que deve e mais do que merece» — atravessou-me o espírito. No cáos mental da minha sonolência, sobrepondo fórmias, côres e sons, passaram carnações rosadas de Rubens, notas errantes do *Après-midi d'un faune*, ângulos-agudos do terrível ataque de nervos de Miss Molly, a mancha azul dum chaile de Painsley que eu vira sôbre as espáduas duma bailarina, — e, daí a pouco, tudo se apagou, ou melhor, tudo se confundiu numa figura única, negra, cornicabra, felpuda, amável, muito reproduzida em gárgulas de catedral e em iluminuras de *Livro de Horas*, espécie de fáuno hirsuto, dogmático, negativista e raciocinador a que todos nós, por um defeituoso espírito de

simplificação, costumamos chamar o *Diabo*, e que teve a deferência de vir assentar-se à cabeceira da minha cama, na mesma atitude familiar em que nos aparece, rindo, nas folhas doiradas do *Psaltério de S. Luís* ou do *Missal de Ana de França*. Confesso que não me perturbou semelhante aparição. Conversámos, como dois bons amigos, àcerca da vida e da morte, do preconceito aritmético da velhice e do desejo universal de viver, do zero filosófico e do pèssimismo da fôrça, de Cícero e de Séneca, de Cornaro e de Buffon, de Marlow e de Goethe, de Lubbok e de Metchnikoff, do «elixir de oiro» de Roger Bacon e da pedra filosofal de Salomão Teismusin, dos mil anos de vida do bizantino Artéphiuss e da tenebrosa *blague* da felicidade humana;—e quando eu, tímidamente, lhe manifestava o meu desgosto pela falência da ortobiose, da gerontologia, da tanatologia, das novas sciências que se propunham prolongar a vida, combater a velhice e tornar bela a morte, Sua Ex.^a o *Diabo* interrompeu-me com o seu melhor sorriso:

— Mas o meu caro senhor tem, realmente, vontade de viver muito tempo?

— Quanto mais tempo, melhor!

— Devéras?

— *Post mortem, nulla voluptas.*

— E está certo de que pensará sempre assim?

Como eu lhe respondesse afirmativamente, o meu interlocutor saltou da cama, aproximou-se da minha mesa de trabalho, e com a expressão de acolhedora benevolência que eu lhe já conhecia de o vêr, entre jambagens de oiro, iluminado no *Missal de Chartres* e nas *Bíblías* de Lorvão, escreveu qualquer coisa numa folha de papel, dobrou-a, entregou-ma, cumprimentou graciosamente, e desapareceu, como uma pincelada negra, arrastando na sombra os pés caprinos. Li, atónito. Era, para mim só, para meu uso exclusivo—como a escritura de paz de Diceópolis— a concessão da vida perpétua, do prazer imortal de viver a-través de tôdas as gerações, de todos os séculos, de tôdas as idades. E nem sequer me pedira—cativante *Diabo* aquele!—a minha alma como ao Doutor Fausto, ou o penhor do meu sangue como a Frei Gil de Santarêm. A primeira impressão não poudeser mais agradável. Exulteí. Latejavam-me as fontes na palpação duma vitalidade e duma energia nova. Eu ia—emfim!—ser o espectador milenário da existência, assistir perênemente a tôdas as transformações deslumbrantes da vida universal, sobreviver a tôdas as convulsões geológicas, passear pela eternidade a

minha insolência de privilegiado e a minha *morgue* de semi-deus. Era a imortalidade autêntica convertendo-me em senhor absoluto da vida. Era o prazer eterno, a volúpia inextinguível. Mas, pouco a pouco, o meu entusiasmo afrouxou. A flôr da minha lapela desfolhara-se; tinha-se apagado o meu *bout-doré*. Acendi outro cigarro, e, já mais sereno, reflecti, maduramente, nas conseqüências daquelle inesperado benefício. Perpetuar a vida, o que significava, afinal, senão perpetuar o sofrimento? Assistir constantemente, permanentemente, implacavelmente ao espectáculo secular da existência, o que era, senão condenar-me sem remissão ao maior dos suplícios humanos — o tédio-de-viver? Que maior castigo, que expiação mais horrível do que sentir, a-través de séculos sem fim, o inferno das mesmas lutas, das mesmas ambições, dos mesmos ódios, das mesmas dôres, — até dos mesmos prazeres, infiltrados, embotados, envenenados pela saciedade? Por momentos, só perante a idéa de que ia existir sem repouso, de que ia viver sem a esperança de adormecer um dia, — experimentei uma impressão aflitiva de opressão. Senti-me asfixiar sob o pêso da eternidade imutável. Compreendi o terror que, no espírito de Nietzsche, produzira a simples suspeita filosófica do «re-

tôrno universal». A idéa do aniquilamento apareceu-me como uma libertação, como um clarão redentor de serenidade e de paz. Pela primeira vez, tive a noção exacta de que a certeza da morte é indispensável à felicidade da vida. Um desejo profundo de silêncio, de treva, de não-existência, dominou-me com a obstinação dum pensamento fixo. A ância de repouso, de sono orgânico, o «instinto da morte natural», a volúpia negativa de apagar-me, de extinguir-me como uma luz, levaram-me a sentir com prazer, no fundo duma gaveta, o metal frio duma *browning*. Experimentei a arma. O cano aflorou-me, de leve, os cabelos da têmpora. Comprimi o gatilho...

Nisto, acordei. Tinha tido um pesadelo horrível. Eram três horas da madrugada.

RAQUEL

Como nós, às vezes, idealizamos certas mulheres, e com que facilidade nos esquecemos de que o tempo passa!

Há dias, o meu criado veio entregar-me um pequeno maço de papéis fechado a sinete de armas sôbre pingos de lacre doirado, e uma carta, que me era dirigida, — letra de mulher, inglesa, larga, firme. Perguntei donde vinham ambas as coisas. Disse-me que as trouxera uma senhora, vestida de preto, cuja carruagem acabava de parar naquele momento à porta.

— Não quis entrar?

— Não, senhor doutor. Pediu-me que entregasse a V. Ex.^a

Num movimento de curiosidade natural, assomei à janela. Era uma carruagem particular, cocheiro e trintanário de libré preta, que estava já dando a volta, na calçada. Vi

ainda, de relance, pousando na portinhola, uma pequenina mão frágil de mulher — mão sem idade — por cujos dedos finos escorria a gota de luz de uma jóia. A carruagem desapareceu. Uma senhora, que se assinava *Raquel V. R.*, referindo-se ao interêsse que às minhas predilecções de escritor mereciam as questões de psicologia amorosa, enviava-me um maço de cartas — «tudo quanto resta dum romance de amor» — para que eu escrevesse sôbre essas cartas um livro. E acrescentava: «Quando já não precisar delas, devolva-mas; ou, se quizer conhecer a mulher que teve a felicidade ou a desgraça de inspirar tão grande paixão, venha pessoalmente trazer-mas e tomar uma chícara de chá em minha casa».

Esta espécie de correspondência — a das mulheres que têm o orgulho do seu «caso de amor» e o entregam aos homens de letras — é tão frequente e quási sempre tão pouco interessante, que não me apressei a desatar o pequeno maço de papéis. Alguns dias êle dormiu sôbre a minha mesa de trabalho, entre um volume de Maurras e um ramo de flôres; até que ontem, numa dessas horas de inapetência intelectual a que Claretie chamou «horas amarelas», me resolvi finalmente a abri-lo, — não sem ter examinado pri-

meiro, com uma lupa, a impressão do sinete de armas batido no lacre. Continha o pacote uma coleção de oito cartas—duas muito extensas e outras duas simples bilhetes—escritas pelo mesmo punho nervoso de homem num papel já levemente desbotado. Tôdas elas eram dirigidas à mesma mulher—*Raquel*; firmava-as a tôdas a mesma inicial—um *J.*; estavam datadas apenas com a indicação do dia e do mez; deviam abranger um período curto, março a maio de um ano indeterminado; na última, fortemente manchada, havia vestígios de sangue. Quando as abri, desprendeuse delas êsse vago perfume, êsse bafío de flôres mortas tão conhecido de tôdas as gavetas onde se guardam cartas de amor. Comecei a lê-las com desinterêsse; e não minto se disser que as acabei de ler com emoção. «Todas as tragédias se parecem», — escreveu Carlyle; mas cada drama de paixão traz sempre consigo alguma coisa de novo. Não me foi difícil, a-través de determinadas passagens que marquei a lápis azul, reconstituir o caso de amor contido nessas oito cartas—que tanto me fizeram pensar na paixão tenebrosa e no colete amarelo de Werther.

Dizia a primeira, datada de 6 de março: «Não, Raquel, eu não lhe peço que me tenha

amor; o amor não se pede, como uma esmola; venho apenas suplicar-lhe, enquanto a minha loucura por si me permite ainda um instante de lucidez, que não confie em mim, que me repila, que me afaste do seu affecto e do seu lar, porque eu só posso fazer-lhe mal, porque eu sou uma criatura funesta, porque eu amo-a de toda a minha alma, Raquel,—com um amor monstruoso que repugna à dignidade da minha consciência, mas com um amor fatal, com um amor que me perdeu, que desfez tudo quanto ainda havia em mim de nobre, de generoso e de honesto... Raquel, Raquel, eu não devo mais apertar as suas mãos, eu não devo tornar a sua casa...» A segunda carta, de 11 de março, era escrita com evidente nervosismo, cheia de períodos incompletos e de frases ilegíveis: «Como eu te agradeço, meu amor, a consolação e a misericórdia das tuas palavras! Sim, procurarei dominar-me, procurarei ser digno do teu perdão. Ninguém o suspeitará. Adorar-te-hei em silêncio, de alma para alma, como se adora a Deus. Nunca um olhar meu, sequer, perturbará a paz da tua existência, a serenidade da tua virtude. Continuarás a ser, para mim, a esposa sagrada do meu único amigo. E se de todo em todo, Raquel, eu não tiver coragem para assistir, dia

a dia, hora a hora, ao sacrifício e à morte da minha própria felicidade,—saberei desaparecer, simplesmente, obscuramente, como desaparecem todos os desgraçados, sem que ninguém saiba no mundo que morri por ti. . .» Seguia-se um simples bilhete, datado de 27: «Acabo de vêr-te na igreja. Pareceste-me pálida e triste. Não despregaste os olhos do teu livro-de-missa. O que sentes tu? Estás doente? Que houve ontem, com teu marido? Porque tinhas ainda luz, na janela do teu quarto, às três horas da madrugada?» A quarta carta, muito extensa, lembrando, pela vibração do sentimento e pela emoção doentia, certas cartas de Maurice de Guérin a Mme. de Maîstre, tinha a data de 16 de abril. Dizia, depois de várias referências a jóias que ela não usava e a um próximo baile na legação de Itália: «Já nunca mais pode haver tranqüilidade para nós. Por mais puro que seja o nosso amor, por mais nobre que seja a nossa renúncia, por mais sagrada que tu sejas para mim,—vivemos num inferno de inquietações e de dúvidas, o remorso escaldanos como se tivéssemos cometido o maior dos crimes, a tôda a hora nos assalta o receio de que êle adivinhe um sêgrêdo que já é grande demais para caber na nossa alma. Ah, Raquel, Raquel! Porque te encontrei eu

tão tarde na vida? Porque não tenho eu a coragem de fugir-te? Que direito tenho eu de envenenar a paz da tua existência? Há instantes em que me parece que teu marido suspeita de nós. Surpreendo-o às vezes a fitar-nos, dum modo estranho, ora a um, ora a outro, como se procurasse interpretar os nossos silêncios e os nossos olhares. Ontem, depois de tu me mostrares os teus vestidos de baile, quando ficámos os dois fumando à mesa do almoço, êle disse-me, a acender o cigarro, numa expressão de serenidade que me gelou:—*Tu és muito amigo da Raquel, não é verdade? Também, ela não faz senão o que tu lhe dizes.* Tôda esta noite, não consegui adormecer...» Na carta seguinte, 30 de abril, havia esta passagem reveladora duma profunda exaltação de espírito: «Raquel, eu enlouqueço! Quando hoje beijei a tua filhinha, tão parecida contigo, e vi os seus grandes olhos dum azul de água dormente, e senti na face a carícia dos seus cabelos loiros, tive a monstruosa impressão de que eras tu, e estremeci, e senti-me empalidecer, e fugi dela como um doido...» Depois, um bilhete a lápis, de 9 de maio: «Teu marido partiu agora. Tenho aqui o livro que tu me pediste. Posso ir levar-to e beijar-te as mãos?» Em seguida, uma carta dilacerante, escrita no mesmo dia,

às 10 e meia da noite: «Perdão, perdão, perdão, meu amor! Eu sou indigno do affecto que te inspirei, eu succumbi a um movimento de paixão insensata, eu atraíçoei o respeito que devia à tua virtude e a mim próprio... Porque quizeste tu que eu lêsse ao teu lado êsse livro funesto? Nunca mais te verei, nunca mais sentirei o teu perfume em volta de mim, nunca mais respirarei a tua beleza, que me enlouqueceu... Tudo acabou. Mereci a dignidade com que me repeliste. Mas na tua face corriam as lágrimas, — e essas lágrimas, Raquel, eram ainda amor, amor que perdôa, amor que se compadece, amor que sabe esquecer uma ofensa na doçura do perdão... Adeus, para sempre, alma da minha alma...» Na última carta, sem data, chamuscada e manchada de sangue, adivinhava-se já a impassibilidade de alem-túmulo. Li-a, profundamente impressionado: «Escrevo-lhe, Raquel, pela última vez, para me despedir de si. Beije a sua filhinha, que eu estremecia tanto. Diga ao António que me lembro dele, nesta hora suprema, com affecto e com gratidão. Peço-lhe que procure minha mãe, que a ampare, que a console, que a ajude a sofrer êste duro transe. Eu devia esta reparação a alguém que ofendi, — e há ofensas cujo perdão se compra com a vida. Que linda

noite de primavera! Adeus.» E, no fim, uma simples nota a lápis, letra de mulher: «O nosso pobre amigo matou-se no dia 13 de maio, à meia-noite e meia hora, com um tiro de revólver no peito.»

Tornei a dobrar e a atar as cartas, piedosamente. Quando documentos como êstes, duma tão perturbadora paixão, cáem em nosso poder, preocupa-nos medíocrementesaber quem foi o homem que os escreveu; o que, antes de tudo, nos interessa, é conhecer a mulher que os inspirou. Nada mais fácil, no meu caso, do que satisfazer êsse natural sentimento de curiosidade. Ela própria me trouxera as cartas; ela própria me convidára, com tanta maior gentileza quanto era certo que não tinha comigo relações, a tomar uma xícara de chá em sua casa. Iria eu, pessoalmente — era, de resto, o meu dever — restituir-lhe os papéis que ela me havia confiado. Vesti o meu fraque, mandei vir uma carruagem, e ontem mesmo, às 5 horas, apeava-me diante dum antigo palácio à Junqueira, — a morada indicada na carta de Raquel. Entreguei o meu cartão a um criado, que assomou à porta. Daí a alguns minutos, eu era introduzido numa pequena sala Império, onde havia uns Sèvres magníficos e um canapé almofadado de damasco vermelho que

pertencera — soube-o depois — à Condessa da Ega. Esperei talvez um quarto de hora. Quando eu, a um canto da janela, idealisava o tipo dessa mulher fatal, a sua beleza loira e enérgica, os seus olhos azúis de deusa, o seu perfil nobre como o de Fúlvia em certas medalhas romanas, — a porta abriu-se, e uma velhinha apareceu, pequena, curvada, sorridente, vestida de preto, os cabelos brancos e lisos em bandós, uma *marquise* de diamantes nos dedos.

—Procuro a senhora D. Raquel,— murmurei.

E uma voz doce, tranqüila, musical, voz de setenta anos que tinha ainda a frescura duma primavera, respondeu-me:

—Sou eu.

O RETRATO DA VISCONDESSA

Quando, há tempo, vizitei Columbano no seu *atelier* de S. Francisco, o grande mestre, orgulho da pintura portuguesa, quis ter a deferência de me conduzir ao gabinete que serve de arquivo ao *Museu de Arte Contemporânea*, para que eu visse — disse-me êle — algumas télas dum pintor nacional do tempo de Lupi e de Metrass. Eram seis ou sete quadros apenas, — algumas cópias de Ticiano, uma encantadora cabeça de mulher, outra de criança, e um retrato de homem, 1840, casaca de lemistê, a fita de Cristo ao pescoço, uma carnação fina e transparente que me fez lembrar a pintura inglesa e certos retratos de Lawrence. Perguntei quem era o autor. Columbano lamentou não ter ali, para me mostrar, os melhores quadros da colecção que ia ser brevemente exposta no salão Bobone, e satisfez a minha inquieta curiosi-

dade declinando um nome: Visconde de Menezes.

— Mas o Visconde de Menezes era êste grande artista?

Era, sem dúvida. A minha geração, demasiado irreverente, cometeu a injustiça de esquecer — para não dizer de ignorar — as grandes figuras da pintura romântica portuguesa. Costumados ao luminoso impressionismo de Silva Porto, — todos nós nos educámos no desdém das paisagens negras e das ovelhas lambidas de Anunciação. O naturalismo vigoroso de Malhõa fez-nos esquecer os pequenos, os interessantes quadrinhos de Bordalo, minuciosos como Teniers. Perante a profundidade psicológica de Columbano, ninguém mais pensou nos fortes, nos sólidos retratos de Lupi. Foi moda sorrir dos pintores de *crinoline*, — como foi moda desdenhar de Tomás Ribeiro e de Bulhão Pato, sem os ter lido. Eu confesso que não conhecia o Visconde de Menezes — muito vagamente pintor para a minha preconceituosa ignorância — a não ser por uma referência mal humorada de Raczyński, pela malícia duma anedota ouvida uma tarde a Fialho, e por um quadro de costumes portugueses, que a litografia reproduziu até ao infinito e que eu me obstinava em confundir com as acquatintas de L'Evêque.

De resto, sabia o que tôda a gente culta sabe dele: que fôra um elegante do tempo, um homem de espírito e de bom-gosto, espécie de diplomata-pintor passeando pela Europa os seus pincéis e a sua farda de adido de legação, bastante fidalgo para blasonar do galgo branco e das três cabeças aladas em campo de prata dos Marquezes de Desanges, e casado com uma senhora de beleza célebre, a perturbadora Viscondessa de Menezes, juventude eterna que encheu com o seu incomparável encanto as noites de S. Carlos e as tardes doiradas do Passeio Público. Pois bem. Depois da minha visita ao *atelier* de Columbano, e, sôbre-tudo, depois da exposição Bobone, a cuja inauguração assisti maravilhado, fiquei sabendo aquilo que lamentavelmente ignorava ainda: que o Visconde de Menezes, o nosso Gérard, o nosso aristocrático John Hoppner, era um dos mais delicados e expressivos intérpretes da Mulher, que têm honrado, em todos os tempos, a pintura portuguesa.

— Do que você gostou não foi dos retratos, foi das retratadas, — disse-me a minha amiga M.^{me} X., com o mesmo sorriso com que me ouviu falar, há dois anos, daquele retrato de Alves Cardoso, que lembrava a *Femme en Rose*, de Manet.

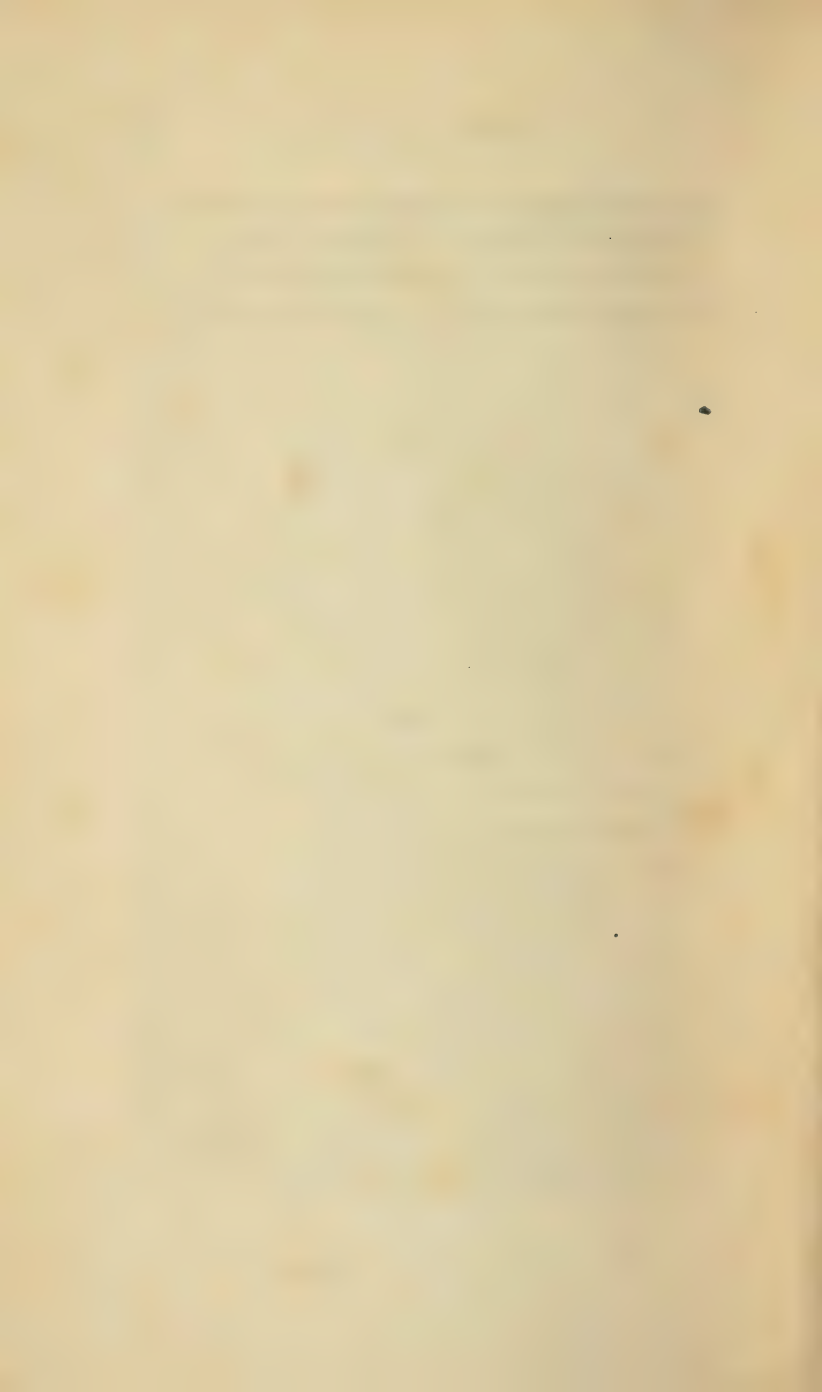
Mas essa adorável *bas-bleu* convenceu-se do contrário, quando ontem me acompanhou ao pequeno salão de exposições do Chiado. Por mais mulher que se seja na apreciação de retratos de mulheres — e, nisso, M.^{me} X. é feminina até à medula dos ossos — não é possível deixar de experimentar um sentimento de comovida admiração perante as duas obras-primas do Visconde de Menezes: o retrato em corpo inteiro da Viscondessa, e o retrato incompleto da filha, D. Elisa Wilfrida, aos 15 anos. No meio de duas dezenas de cópias, que servem apenas para atestar o virtuosismo do pintor, e de alguns quadros originais (*Jesus Cristo e os discípulos de Emauz*, inspirado por Overbeck e pelos *nazarénicos* imitadores do século xv italiano, e algumas belas cabeças onde se sente a influência que sôbre o espírito do Visconde de Menezes, inglês pela mãe, produziram os mestres ingleses do século xviii, Gainsborough, Reynolds, Raeburn, John Opie), aquellas duas grandes telas constituem a mais alta expressão atingida, quer como técnica, quer como sentimento, por êsse aristocrata que foi amigo íntimo e camarada de arte do rei D. Fernando. Especialmente a primeira — o retrato da Viscondessa — considero-o uma das obras máximas da nossa pintura romântica.

Não sei que pintor disse (creio que foi o autor do retrato de Nelly O'Brien, a *Gioconda* inglesa) que, para retratar bem uma mulher, é preciso amá-la. Compreende-se, adivinha-se que o Visconde de Menezes pintou este quadro, não apenas com o magnífico poder do seu talento de artista, mas com todo o amor do seu coração de homem. Nesse tempo — o tempo feliz dos bailes do Farrobo e das modas Benoiton, dos olhos em alvo e das capotas de palha de Itália — ainda havia maridos (e o Visconde foi um deles) que sabiam amar com paixão a vida inteira. D. Carlota Mac-Mahon, beleza frágil, capitada e perturbadora, aparece-nos, nessa grande tela que amanhã será propriedade do Estado, como o tipo da mulher fatal de 1860, perante a qual caíam em êxtase, com as suas almas de Werther e os seus bigodes encerados de Napoleão III, aqueles portugueses viris e um pouco sombrios que Balzac tão bem desenhou na figura grave de Mr. de Ajuda-Pinto. Há, simultâneamente, na sua expressão, energia e doçura, orgulho e graça. Tem o sorriso das mulheres que se sentem amadas, o olhar das mulheres que se sabem obedecidas. O seu enorme balão Imperatriz-Eugénia, o seu vestido de baile de sêda branca sôbre o qual desfalece um chaile vermelho da Índia, as

suas joias de camafêus, o seu decote em taça onde se debruçam as camélias côr-de-rosa que o Marquês de Viana cultivava no jardim do palácio do Rato, — tudo parece estar ali apenas para emoldurar, para valorisar uns harmoniosos braços, um maravilhoso colo de *fausse-maigre* onde, como se diz no epigrama grego, os Amores gostariam de adormecer se um dia poisassem na terra. A majestade da sua *toilette* torna ainda, se é possível, mais delicada, mais ingénua a candura da sua fisionomia. A sua pequena cabeça, penteada pelo Henri ou pelo Hilaire, pelo Philisbert ou pelo Godefroy, inclina-se na vaga atitude, tantas vezes surpreendida nos daguerreotypos do tempo, das mulheres que têm confiança na sua própria beleza. Todo o espírito, tôda a elegância, tôda a sedução, tôda a alma duma época que adorava os topázios e recitava a *Judia*, vestia na Levallant e tomava o sério a amor, palpita, estremece em volta dêsse retrato, que não é afinal outra coisa senão a mais bela página dum grande romance de paixão. Durante alguns minutos, olhei, absorvido, o quadro admirável que tinha diante de mim. Senti que me envolvia, com um ligeiro bafio de flores mortas, o perfume longínquo do passado. E foi afinal M.^{me} X. que proferiu, àcêrca

da obra-prima do Visconde de Menezes, a observação definitiva e justa:

— Sabe você? Êste quadro faz-me saudades dum tempo em que eu ainda não vivia...



UM DRAMA

Ontem, depois do jantar, o meu amigo Dr. Forbes, que há quinze anos não faz clínica, e cuja beleza loira e sólida é ainda a coqueluche de muitas mulheres, accendeu o seu charuto, afundou-se num *couch-corner*, e disse-me:

— «Vou contar-te um caso delicado de consciência. A vida é infinitamente variada, meu amigo, e as situações de sentimento são às vezes dum imprevisto e — deixa-me confessar-to — dum ridículo que desconcerta. Ora ouve. Fui ontem procurado por um homem de aparência distinta, cincoenta anos talvez, que havia já tempo, por carta e pelo telefone, mostrava interêsse em me falar. Recebi-o, naturalmente, com a polida reserva com que se recebe um desconhecido. Era um homem alto, elegante, aprumado, vestindo com a sêca correcção dum militar à paisana, barba à

Guise, branca, perfil nobre, sobranceiras espessas, péle fina e rosada. Não me foi inteiramente estranha aquella fisionomia. Quando principiámos a conversar, notei que êle se expressava com dificuldade, e attribuí a uma timidez natural as suas hesitações e os seus silêncios. Depois, observando-o melhor, reconheci que os lábios lhe tremiam, que a face se lhe agitava em contracções fibrilares, que uma' grave preocupação dominava êsse homem na aparência calmo, inexpressivo, vulgar. Tratei de o pôr à vontade. Perguntei-lhe, com o mais acolhedor dos sorrisos, em que poderia ser-lhe útil. Percebi que êle procurava vencer a sua perturbação, recobrar a sua serenidade. Descalçou as luvas, passou um lenço pela testa, e enquanto eu lhe seguia, sôbre o castão de ouro da bengala, o tremôr convulsivo das mãos, contou-me, durante uma longa meia-hora, os motivos que o tinham levado a procurar-me. Tratava-se duma senhora de sua família, de que eu — dizia êle — talvez não me lembrasse já, mas que me conhecera em pequena quando se educava nas dominicanas de Aveiro, e que, ainda depois de sair do convento de Jesus, falava repetidas vezes em mim. Essa senhora, de uma grande beleza e duma compleição delicada, tinha casado havia ano e

meio. Um parto difícil, uma amamentação longa,—e um belo dia, na sua casa de Pedrógão, de repente, depois duma trovoadas que incendiara a lomba dum pinhal fronteiro, sobreviera-lhe a primeira crise de loucura. Trazida para Lisboa, os médicos falaram em mania puerperal, em loucura de lactação; como não havia antecedentes na família, fizeram um prognóstico benigno;—mas o estado da doente, longe de melhorar, agravou-se; as crises de excitação repetiram-se; a princípio, ainda foi possível acalmá-la levando-lhe brinquedos de criança; depois, os brinquedos tornaram-se inúteis, sobrevieram os primeiros acessos furiosos, e as enfermeiras, apesar da repugnância dos pais e do marido, que a adoravam, viram-se obrigadas a vestir-lhe um colete de fôrças. Foi então — continuou o meu interlocutor, cuja face parecia contrair-se, crispar-se a cada palavra — que a doente começou, nos seus acessos, a pronunciar insistentemente um nome. Era o nome dum homem conhecido. A pobre louca chamava-o; sorria se lhe falavam nêle; immobilisava-se em longos êxtases quando, nas suas alucinações, julgava ouvir-lhe a voz; dalí por diante, toda a família, o próprio médico assistente compreenderam que só o nome dessa pessoa, a vista do seu retrato ou a

promessa da sua vizita conseguiram socegar a enferma. Por fim, êsses mesmos recursos falharam; a excitação augmentou; as crises de agitação repetiram-se com uma frequência assustadora; o delírio tomou o carácter dum misticismo amoroso e violento; acentuaram-se as manifestações de decadência física,— e os médicos, em conferência, foram de parecer que êsse homem, que tão profunda impressão exercera sôbre o espírito perturbado da pobre senhora, e que era médico também, poderia, com a sua presença, acalmá-la e contribuir para que aquelle caso vulgar de loucura da lactação se encaminhasse no sentido duma cura rápida. Nesta altura, o sujeito que me falava, cada vez mais perturbado, desviou os olhos de mim; as mãos tremiam-lhe, amarfanhando as luvas; notei que uma profunda comoção se assenhoreára dele. Naquele momento, a luz, batendo-lhe em cheio na cabeça, deu-me a impressão inquietante de certo retrato de Vermeer de Delft. Cortei o silêncio de constrangimento que se fizera entre nós, e perguntei-lhe, uma vez mais, o que desejava êle de mim.

—Venho pedir-lhe, senhor doutor, a esmola de ir vêr essa senhora. Só V. Ex.^a a pode salvar, porque ella não vê outra coisa no mundo.

—Mas quem é o senhor?

O pobre velho, expressão dolorosa de quanto pode, no coração de um homem, o amor por uma mulher, respondeu-me soluçando, as lágrimas a caírem-lhe a quatro e quatro pela face:

—Sou o marido dela.»

A DESCENDÊNCIA DE BRUMMELL

Um amigo meu acaba de escrever-me de Londres:

«E quanto a nós, meu caro, deixe-me anunciar-lhe que se está preparando uma grande revolução nas modas masculinas. Os homens vão vestir-se de côres vivas, usar bofes de rendas, chapéu de dois-bicos e capas à Lord Byron. Assim o decretaram os alfaiates do West-End. Que lhe parece? Já estou a vêr daqui os magros elegantes de Lisboa vestidos de encarnado à porta da *Havanesa*...»

Para que hei-de eu esconder-lhes que a notícia do meu amigo me encheu de júbilo? Não—evidentemente! — porque eu sinto um grande prazer em pôr àmanhã um bicorne e uma casaca verde, como os marechais de Napoleão; mas porque tudo o que viér, seja exagerado, seja ridículo, seja monstruoso, é um caminho para nos libertarmos da tirania

quási secular da rabona, do par de calças e do chapéu de côco. Pois quê? Então a moda feminina muda cada quinze dias, cada quarto de hora, cada três minutos, na procura incessante de linhas novas, de efeitos inéditos, de combinações imprevistas, — e nós outros, sexo não digo feio, mas forte, havemos de imobilizar-nos na sobrecasaca, no chapéu alto, na hedionda calça comprida, criações da liberdade e da revolução, produtos duma estética de elefante, que há um século nos fazem marchar por êsse mundo com dois cilindros nas pernas e um na cabeça? Não. Chegou o ensejo de nos libertarmos disto. O homem do nosso tempo, frio, insensível, utilitarista, amoral—o homem da guerra de 1914-1919—já é bastante desagradável por dentro para que não pensemos em torná-lo menos desagradável por fóra. Londres vai libertar-nos, emfim, da escravidão das casacas pretas. A *gentry* de Saint Jame's Street vai desembaraçar-nos de todos os canudos brancos e pretos que nos vestem,—o canudo dos punhos, o canudo do colarinho, o canudo do chapéu, os canudos das pantalonas. Essa obra de redenção cabia de direito aos herdeiros de Brummell. Talvez o contacto dos homens nos seja menos penoso, se passarmos a vê-los vestidos de côr-de-cereja, de verde-Veronezo, de ama-

relo-tango. A casaca vermelha, o calção, a meia de sêda, o jarrete fino — a sugestiva elegância do Marquês de Lauzun — é possível que dêem um pouco de distinção e de gentileza a êsse tipo grosseiro, prático e sumário que é o homem moderno. Vestido outra maneira, — talvez aprenda a falar em vez de gritar, a conversar em vez de discutir, e se acostume a introduzir um pouco de beleza e de elegância no culto das suas maneiras e nos hábitos da sua vida.

A moda é uma instituição necessária, — porque é uma instituição renovadora. A mulher é mil vezes mais interessante do que o homem, porque a sua linha, o seu aspecto, a sua côr variam a cada instante. Grande parte do pèssimismo universal, da irritabilidade que caracteriza o homem de hoje, deve attribuir-se ao tédio que nele próprio produz a uniformidade sombria e monótona do seu traje. E' preciso alegrar o taciturno titan contemporâneo, — que não passa, no fundo, duma criança enorme e fatigada. Vistam-no de côres vivas: nós anciávamos por Arlequim. Embrulhem-no numa capa romântica: nós suspirávamos por D. João. O defeito do homem moderno é pensar muito — e sonhar pouco. O seu coração é árido e triste. Sente-se mal na vida — porque a não idealiza. Façamo-lo

sonhar, iluminemo-lo de fantasia alegre, vistamo-lo de novo, — tenhamos dó dessa pobre sombra negra e envenenada, aborrecida dos outros e de si mesmo, cuja expressão exacta de secura e de palidez vive nos retratos geniais de Columbano. Tôda a elegância masculina do século XIX — vejam-no em França! — é negra, *faisandée*, sinistra, obscura. Robert de Montesquiou, Boni de Castellane, de Massa, de Valençay, de Saint-Alary, de Gontant-Biron, juntem-lhes o grave Marquês de Soveral, — são casacas negras, chapéus-altos negros, melancolias negras, fitas negras de monóculo. Uma época em que os homens se vestem assim, deve naturalmente possuir a sua doença característica: a neurastenia. Uma época em que os patrões usam as mesmas casacas dos criados, tinha evidentemente de conduzir-nos a uma pandemia revolucionária: o bolchevismo. Se não tivesse receio de fazer um paradoxo, diria que a doença de Béard e o cáos de Lenine nasceram do mesmo fraque preto. Qual é o remédio? Despi-lo. Por isso rejubilei com as notícias que me chegaram de Londres. Modas novas, côres novas, — outra coisa, outra vida, outra alma. O bicorne de Junot? As meias-azúis de Luís XV? A casaca de sêda do Duque de Lafões? A capa de Musset, em Veneza? Tudo serve. Até a

serapilheira de que o elegante d'Orsay fez a sua escandalosa casaca de baile. O que é preciso é renovar; mas renovar alegrando, virilizando, enobrecendo. Vejam os daguerreotipos de 1850-1860, e reparem como as modas masculinas se immobilizaram: as sobrecasacas, os fraques, os chapéus altos que nós usamos hoje, são ainda, apenas com a alteração do nome, as mesmas «constantinas», as mesmas «quinzenas», os mesmos «murilhos», os mesmos «bolivares» que usava a mocidade doirada do Marrare e de S. Carlos, no tempo das primeiras camélias e das primeiras saias de balão. A espantosa revolução que na moda se operou, da *crinoline* para cá, não atingiu o homem. E, para além dessa data, os trajos masculinos pouco diferem dos nossos. Aí estão os «leões» de 1830-1840, nas litografias do tempo: vestem a nossa casaca e a nossa sobrecasaca. Aí estão os homens de 1820, os revolucionários do sinédrio, nas sanguíneas admiráveis de Sequeira: são os mesmos figurinos de hoje — em briche nacional. Um século de modas liberais, de casacas fósseis, de calças compridas, de chapéus Thermidor, de patas-de-elefante pesa sobre nós: foram essas modas que nos fizeram grosseiros, tristes, utilitaristas, inestéticos, doentes. Acabemos com elas, duma vez! Senho-

res alfaiates de Londres,—mãos à obra. Tratemos de transformar por fóra o homem contemporâneo. E' já meio caminho andado para o transformarmos por dentro!

EUTANÁSIA

Tive ontem uma vizita confrangedora. O meu amigo B., que eu não via desde que estive em Évora pela última vez, apareceu-me ontem à tarde, afónico, com uma fisionomia de catástrofe, uma palidez inquietante, contou-me a sua doença, mostrou-me, a tremer, um papel com o resultado dum exame histológico, e concluiu, a soluçar como uma criança:

— E' a mesma doença de que morreram meu pai e meu avô. Um cancro na laringe...

Tratando-se dum homem inteligente, eram escusadas, perante a evidência de tamanha desgraça, tôdas as palavras de consolação. Para dizer alguma coisa, falei ainda na possibilidade de uma intervenção operatória. Elle respondeu-me com a opinião de todos os médicos que o tinham examinado: era um caso inoperável, com largas infiltrações

ganglionares cervicais e traquéo-brônquicas, tratado durante muito tempo como uma laringopatia sifilítica — *c'est l'éternelle chanson* — e só histologicamente verificado agora, ano e meio depois, quando já nada havia a fazer. E o meu pobre amigo, com a gola do *pardessus* levantada, o olhar fixo, a luz a marcar-lhe em pinceladas doiradas os relevos ósseos da face, babando sangue num lenço, passeando na casa para não me incomodar com a fetidez do hálito, chorava convulsivamente, num dêsses accessos de chôro nervoso que tanto comprometem às vezes a dignidade da dôr humana:

— Não é da morte que tenho medo; é do sofrimento que me espera. Quantos meses durará ainda êste horror?

Depois, aparentemente mais calmo, assentou-se ao meu lado, fitou-me, titubeou, hesitou, baixou os olhos, e com um suór de agonia a escorrer-lhe pela testa, resolveu-se a dizer-me:

— E se tu me ajudasses a apressar isto?

Confesso que não compreendi, desde logo, todo o alcance das palavras do meu amigo B. Êle não tardou, porém, a desenvolver o seu pensamento, com uma profundidade de expressão a que a disfonia dava um carácter mais trágico ainda. Adquirida a certeza

âcêrca da natureza e da incurabilidade da doença — e essa certeza estava ali, naquele papel — pensara imediatamente em matar-se. A sua existência estava condenada: tratava-se apenas de abreviar sofrimentos inúteis. Mas uma bala, a precipitação de um lugar elevado, todos êsses meios de suicídio fácil eram mais ou menos falíveis; o seu êxito dependia de contingências de tôda a ordem; — e, ao recorrer a êles, se tinha muitas probabilidades de conseguir a morte, nada lhe garantia que essa morte fôsse rápida; pelo contrário, corria o risco de obtê-la pelo preço de sofrimentos ainda maiores do que aqueles a que pretendia fugir. Uma invencível cobardia da dôr física, do sofrimento desconhecido, levou-o a pôr de parte a idéa da liquidação por sua própria iniciativa, por suas próprias mãos, — e a refugiar-se na última esperança de muitos desgraçados como êle: a desapareição instantânea e infalível, a narcose definitiva e misericordiosa obtida pela intervenção clínica, a morte prescrita rigorosamente em centigramas e miligramas, e ministrada na picada simples duma agulha de platina pela mão firme dum médico. Era isso que êle me vinha pedir, confuso, quâsi envergonhado, os dedos tremendo sôbre os joelhos, longos, afilados, hipocráticos, como os de certas fi-

guras do *Greco*. Não seria de mais — dizia-me êle — que os médicos servissem para dar-lhe a morte, já que não serviam para lhe dar a vida. Pela primeira vez, diante dessa sombra de homem, debateu-se no meu espírito o problema aflitivo da «eutanásia». A princípio pareceu-me justo, pareceu-me pelo menos lógico reconhecer às existências condenadas e inúteis o direito de se suprimirem e de abreviarem o seu fim. Prolongar o sofrimento dêsse canceroso inoperável, que queria deliberadamente morrer, afigurou-se-me uma crueldade sem nome. A vida, para êle, era apenas a previsão exacta, fatal, de dôres e de torturas espantosas que nenhuma fôrça humana podia evitar ou diminuir. Ao fim dum ciclo doloroso, de que êle já conhecia todos os horrores, porque assistira à agonia do próprio pai, a morte — um mez mais, um mez menos — era inevitável. Que inconveniente haveria em libertá-lo quando êle o exigisse, transformando a sua pavorosa distanásia numa morte doce, caridosa, acolhedora, tranqüila, sem sofrimento e sem consciência?

Mas logo a reflexão modificou as minhas primeiras impressões. A vida humana é sagrada. Não pode reconhecer-se a ninguém o direito de apagar uma chama que seria inca-

paz de tornar a acender. A adopção do princípio da eutanásia implicaria, em primeiro lugar, um perigo moral, porque diminuiria o respeito pela vida, indispensável às sanções sociais e religiosas. Depois, dadas as aquisições sempre precárias e falíveis da sciência médica,—os erros de diagnóstico converter-se-iam facilmente em execuções capitais: e, desde que aos médicos fôsse attribuído, com carácter legal, o poder de fazer cessar a vida, um novo elemento de perturbação surgiria nas sociedades humanas, e seria fácil prevêr a que crimes monstruosos êle poderia conduzir-nos. Nada mais piedoso, sem dúvida, do que a intenção de evitar a dôr inútil;—mas as dôres inúteis não existem; o sofrimento é preciso; é um factor importante na educação moral da humanidade; e, se seria lícito e louvável diminuir a dôr melhorando a vida, convertendo em factos as doiradas aspirações da ortobiose e da tanalogia,—é demasiado sumária a misericórdia de quem só pode aliviar, matando. Além disso, se os médicos passassem a entrar no quarto dos doentes não apenas para lhes dar a vida, mas para lhes dar a morte também,—a mais digna e a mais respeitada das profissões seria amanhã uma profissão execrada, e todos olhariam com receio e com pavôr êsses «sacerdotes da

dôr humana», cuja missão deveria ser a de inspirar confiança e a de proteger a vida até ao seu último sôpro. Não. Os médicos não devem pronunciar sentenças de morte, — e, muito menos, executá-las como carrascos. A eutanásia seria uma instituição sinistra. Nem a presença do meu desgraçado amigo, nem o espectáculo pungente da sua miséria orgânica puderam convencer-me do benefício moral de assassinar alguém. Disse-lhe isto mesmo. E quando, com as lágrimas a caírem-lhe pela face, olhando o ramo de flôres que alegrava a minha mesa de trabalho, êle me perguntou o que lhe restava fazer então, — foi com firmeza, sem receio de que a minha consciência me acusasse àmanhã, que eu lhe respondi:

— Viver!

O PAINEL DAS ALMAS

Há tempo, Malhõa, o naturalista vigoroso dos *Bêbados* e dos *Oleiros*, o mestre-pintor que melhor tem interpretado na sua obra o povo português, contou-me, a um canto do confortável *atelier* da Alegria, entre um Arraiolos azul e uma credência doirada, algumas curiosas aneddotas da sua vida de artista. Vale a pena vulgarisá-las, porque elas constituem uma expressão feliz daquele espírito de orgulhosa independência e de amorável simplicidade que nós todos admiramos no carácter e na obra do grande pintor.

Como se sabe, Malhõa, em cuja arte palpita o sentimento fraterno dos humildes, passa muitos meses do ano na sua casa de Figueiró-dos-Vinhos, em contacto íntimo com a vida do povo e com a alma da natureza. Os estremenhos fortes e curtidos de sol dêsse rincão de vinhedos são os seus modelos predilectos.

Para melhor os compreender e os interpretar, vive com êles, confraternisa com êles, procura identificar-se com o seu sentimento e com a sua existência, acompanha-os no campo e na adega, na horta e no lar, estuda-os tão minuciosa e tão demoradamente, que cada um dos seus quadros, flagrante de observação e de vida, é mais do que uma maravilha de pintura, — é um documento etnográfico, é uma síntese humana. Recebido a princípio com hostilidade pelo povo de Figueiró, quando no alto dum monte fez parar um padre que conduzia o viático, para apontar rapidamente o efeito duma sobrepeliz, ao sol, sôbre uma mula branca, — tornou-se mais tarde o ídolo da terra, quási o senhor dela, e a mesma gente bárbara e bondosa que ainda ontem brandia sôbre o mestre os cajados ameaçadores, descobre-se agora à sua passagem, derrubando até aos joelhos o barrete de lã verde, num sorriso mais do que de amisade — de respeito e de orgulho:

— Salve-o Deus, senhor Malhõa!

Êles não o entenderão; a sua rudeza não perceberá o que há de belo num quadro do mestre; só vagamente a sua sensibilidade reagirá perante dramatizações fortes, como o *Emigrante* ou o *Senhor-Fóra*; e, entretanto, em todo êsse pequeno povo, gente selvagem,

húmus primitivo, terra e suor, coração e enxada, há a intuição, a percepção confusa de que Malhõa o está fixando para a imortalidade. Hoje, o grande pintor não tem dificuldades de modêlo, nem mesmo para a execução das suas grandes composições. O seu modêlo está em volta dele, em tôda a parte, à primeira voz, solícito e pronto. Um homem ruivo, de colete vermelho e largos safões de couro tanado, ceifa às labaredas do sol, curvado sôbre uma leira de trigo maduro; Malhõa quer apontar aquele trecho de movimento e de côr; todo o trabalho da sega se suspende até que o mestre, rodeado dêsses hércules sombrios da terra, arme o seu cavalete e conclúa a sua mancha. Um dia, uma procissão passa, num colorido formigueiro de opas e de jalecas de briche, estralejando foguetes, chispando pálios, clangorando metais. O pintor vê-a caminhar para êle, tem a visão súbita dum quadro, quer marcar, na perspectiva, o tamanho das figuras, atravessa-se na estrada, grita «alto!»: como por encanto, a procissão pára, os andores descancam, cala-se a música, o padre sorri, — e Malhõa, rápidamente, nervosamente, diante dum povo inteiro que presta ao seu gênio a homenagem do silêncio e da imobilidade, traça o primeiro carvão duma das suas obras-

primas. O mesmo succede nas feiras, nas romarias, nos mercados, onde tudo aquietta, tudo se suspende, tudo pára, — vendas, sermões, namoros, bailaricos, — «para o senhor Malhõa pintar». Só uma vez o grande artista se lembra de ter encontrado uma resistência: quando pediu a um moleiro de Pedrógão que lhe emprestasse a burra para modêlo, — uma jumentinha ruça, bíblica, com atafais novos e patas ligeiras de fáuno, que parecia modelada em barro para um presépio de Machado de Castro. O homem estremeceu, rolou o sombreiro nas mãos, e não quis que Malhõa pintasse a burra.

— Mas porquê?

— Pode o animal ter aí uma dôr, e para que há de a gente estar com questões?

— Mas — insistiu o mestre — eu também pintei o retrato do seu filho e da sua mulher, e não lhes fez mal nenhum.

— Deixá-lo! O meu filho e a minha mulher não me custaram dinheiro; e a burra custou-me quinze moedas.

Por fim, lá o convenceu, e a jumenta do moleiro anima hoje, com o seu albardão mourisco de volta em meia-lua, uma das mais belas paizagens de Malhõa. Nunca o seu justo orgulho de artista se sentiu maltratado por um homem do povo; e algumas vezes o

foi por gente de dinheiro e de camisa lavada, que ainda agora confunde, como o capitão-mór de Pinheiro Chagas, a pintura dum quadro com a dum portão de quinta. Foi ainda saboreando o prazer da reprimenda com que o castigou, que o mestre admirável da *Varanda dos Rouxinois* me referiu o caso de certo comendador, que lhe entrou um dia pelo *atelier*, de chapéu na cabeça, sujando os tapetes de lama:

— Senhor Malhòa, eu quero que o senhor me pinte o retrato.

— Ah! O senhor *quer*?

— Quero. Qual é o seu preço?

— Um conto de réis, se o pintasse. Mas não pinto.

— Ora essa! Porquê?

— Porque não posso.

— Dou-lhe dois contos.

— Impossível.

— Dou-lhe três! Dou-lhe seis contos! Dou-lhe o que o senhor quizer!

— Inútil. Tem de ir bater a outra porta.

— Mas porque é que o senhor Malhòa se recusa a pintar o meu retrato, faz favor de me dizer?

— Porque não gosto da sua cara, — concluiu o pintor, risonho, indicando-lhe amavelmente a porta.

Mas a mais interessante de tôdas as anedotas que o grande naturalista dos *Oleiros* me contou, é, sem dúvida, a do «painel das almas». Uma bela manhã, em Figueiró, estava ainda Malhõa, com as senhoras, em volta da mesa do almoço, quando a criada anunciou o irmão do regedor de Bairrão, que insistia em falar ao artista. Mandaram-no entrar. Era um homem de quarenta anos, cara de páscoa, tismado do sol, jaleca de saragoça, polaina, varapáu, um barrete vermelho de campino a rolar nas mãos felpudas:

— Ora com sua licença!

O mestre perguntou-lhe o que queria. O homem coçou na cabeça, enguliu em sêco, olhou em volta as senhoras, gaguejou, riu, e acabou por dizer:

— Vocemecê é que é o senhor pintor Malhõa?

— Sim senhor. Que é que você quer?

— Queria saber quanto vocemecê leva por pintar umas alminhas do Purgatório para a esmoleira da estrada.

E, lanzudo, desconfiado, hesitante, a face curtida a arrepear-se num tique nervoso, o zambujo ferrado de estaca no sovaco, contou que fizera aquela promessa às almas se não lhe morressem dois bois que andavam doentes. O barbeiro da terra tinha-lhe pintado um

painel por oito tostões — um rôr de dinheiro! mas não estava obra acabada. Fôra então que o irmão regedor se lembrara de encomendar a obra ao senhor Malhõa, que por muito mal que a fizesse — dizia êle — sempre a havia de fazer melhor. O artista ouviu, acabou de enrolar o cigarro, e, perante o assombro de sua esposa, disse ao homem que aceitava a encomenda do painel e que dali a oito dias viesse buscá-lo.

— E quanto é que custa?

— Isso, nós veremos depois.

Passada uma semana, o irmão do regedor de Bairrão, de calça nova e pescocceira branca domingueira, bateu à porta, entrou, estacou de boca aberta diante dum painel das almas que era uma maravilha (Malhõa pintara-o com todo o seu talento, sem lhe tirar o sabôr da ingénua imaginária popular), e, coçando com ambas as mãos na cabeça chamorra, destampou, aflito:

— Valha-me o senhor Santo Cristo, que isto ainda vai para cima de oito tostões!

O artista tranquilisou-o. Não era nada. Ofereciam ambos aquele presente às almas do Purgatório. O pobre homem, com o suór do júbilo a empastar-lhe os cabelos da testa, riu, chorou, dançou, travou do painel, embrulhou-o na manta que trazia, e à saída, abraçando

respeitosamente o pintor, disse-lhe a meia-voz, para as senhoras não ouvirem, estas palavras que eram a expressão suprema da sua gratidão:

— O' senhor Malhòa, venha daí beber um copo de vinho!

E aqui têm como, na pobre estrada de Bairrão, à poeira e ao sol, se está perdendo um retábulo que é a obra carinhosa de um dos príncipes da pintura portuguesa contemporânea.

MANOELA

Cinco médicos amigos, reünidos num gabinete do *Braganza* — o antigo *Braganza*, que Eça de Queirós comparava à tristeza opulenta dum panthéon — combinaram contar uns aos outros, durante o jantar, a maior *gaffe* cometida na sua vida de clínicos. O primeiro — o mais novo — foi o professor ***. Passou a mão pela barba, humedeceu os lábios com um gole de *Champagne*, e, brincando com a fita do monóculo, principiou:

— «Não sei se vocês conheceram o dr. Valadares, jogador de fundos muito assíduo na Bolsa, tipo alto, perfil semita, pernas enormes, uma orquídea vermelha no casaco, umas mãos felpudas e cheias de anéis de brilhantes, *monsieur qui travaillait dans les femmes du monde*, e de quem se falou muito, em tempo, com a mulher do Conde de Z. Pois bem. Esse homem, aos cinquenta anos, em

seguida a um golpe financeiro infeliz relacionado com a baixa súbita das acções das minas de ouro de Kaslo Slocan, meteu uma bala na cabeça. Sobrevieram acidentes de compressão, e foi preciso operá-lo. Chamou-se o professor F., de quem eu era então um dos internos na clínica hospitalar. A intervenção foi feita em casa do doente, um rico palacete inglês a Buenos-Aires (nem vocês calculam que admirável colecção de *potiches* da dinastia dos Ming de cinco côres!), o Bruges cloroformizou, e eu ajudei. Trepanámos o homem. Havia um forte derrame sanguíneo intra-craniano. Nos primeiros dias, tudo correu excelentemente. Mas, quando já supúnhamos o doente livre de perigo, apareceram de súbito sintomas terríveis: agitação, febre, convulsões generalizadas, delírio, todo o cortêjo duma meningo-encefalite traumática. M.^{me} Valadares — uma dessas mulheres serenas, majestosas, olímpicas, tão raras entre as portuguesas, mais grandiosa do que bela, mais triste do que distinta — quis que um médico ficasse de noite junto do marido. O escolhido fui eu. Instalei-me num *Maple*, aos pés da cama, rodeei-me do instrumental necessário, não consenti junto de mim senão uma rapariga belga, *bonne* dos pequenos, e pedi a M.^{me} Valadares, esgotada por três noites de

vigília e de comoções, que se recolhesse um pouco no seu quarto. Condescendeu a ficar sôbre um divan, no escritório, com a condição de que eu iria chamá-la ao menor incidente que se produzisse. Vocês sabem o que são para todos nós, no princípio da nossa carreira, estas longas noites à cabeceira dos operados, e calculam com que escrupulosa sentimentalidade procuraria desempenhar-me da minha missão -- eu, pobre médico inexperienced, que punha ainda no exercício da clínica muito mais coração do que cabeça. As primeiras horas da noite passei-as a pretender conversar com a *bonne*, uma flamenga de Alost, deslavada e loira, que a tôdas as minhas perguntas respondia invariavelmente *oui* ou *non*. Depois, o doente absorveu-me por inteiro. A agitação aumentou, a temperatura subiu a 40 e dois décimos, instalou-se uma hemiplegia esquerda, e o desgraçado, coberto de suor, arquejando numa respiração estertorosa, começou a gemer, a implorar, a chamar:

— Manoela! Manoela!

Outro colega, mais calejado do que eu, não se teria ocupado excessivamente com o aspecto sentimental dêsse *fait divers*, e limitar-se-ia a cumprir, com fria serenidade, o seu dever de médico. Eu impressionei-me, ener-

vei-me, julguei-me na obrigação moral de ser o intérprete da súplica do doente; fiel ao compromisso tomado com M.^{me} Valadares, pedi à *bonne* que a fôsse chamar; e confesso que não percebi a razão por que a rapariga, impassível e chata como certas Virgens flamengas de Quentin Metzys, me respondeu, franzindo a bôca numa expressão evidentemente repreensiva, como se eu tivesse dito uma inconveniência:

— *Oh! Non, Monsieur!*

Ela não quis ir — fui eu. Atravessei um corredor, entrei no escritório. M.^{me} Valadares, que estava encostada num divan com um *plaid* pelos joelhos, quis saber o que havia. Disse-lhe que o marido a chamava. Ela olhou-me, fixamente, compôs os cabelos que pareciam mais negros ainda na penumbra doirada da sala, ergueu o seu busto magnífico digno de amamentar os quatorze filhos de Niobe, e perguntou, num sorriso doloroso:

— O doutor está certo disso?

— Sim, minha senhora. Chamou por V. Ex.^a

— Está bem.

Quando entrámos no quarto, M.^{me} Valadares aproximou-se, em silêncio, da cabeceira do moribundo. Êle viu-a, ou sentiu-lhe o perfume, estendeu para ela o braço que a para-

lisia não tinha inutilizado, agarrou-lhe a mão, levou-a à boca, cobriu-a de beijos, e, em delírio, com os olhos vidrados, as lágrimas a rolarem-lhe pelas faces, repetiu, duas, três, muitas vezes:

— Manoela! Manoela! Meu amor!

Não sei se já lhes aconteceu, num destes dramas pungentes de família, não compreender a expressão paradoxal de certas fisionomias que rodeiam um doente ou um cadáver. Foi o que me sucedeu a mim diante daquela singular mulher em cuja face dura, ao mesmo tempo dolorosa e soberba, sarcástica e revoltada, eu julguei adivinhar um mundo de contraditórios sentimentos. Durante talvez meia hora, ela conservou-se de pé junto ao leito, estátua de orgulho e dôr, abandonando as mãos, com visível repugnância, aos beijos do marido. Em seguida, o doente caiu em coma. M.^{me} Valadares libertou pouco a pouco a mão da pressão viscosa do agonisante, encarou-me, baixou ligeiramente a cabeça, e, sem olhar o marido, saiu do quarto. Então, uma dúvida terrível atravessou-me o espírito.

— Madame Valadares não se chama Manoela? — perguntei eu à *bonne*, cuja cabeça, dum loiro quási branco, vigiava da sombra.

— *Non, Monsieur. Madame s'appelle Jeanne.*

Compreendi tudo, meus amigos. Tinha feito a minha primeira *gaffe*. Manoela — soube-o depois — era a encantadora mulher do Conde de Z., que endoideceu meia Lisbôa, e que anda agora por aí, velha, quási cega, vestida de luto, encostada a uma bengala».

OS PÉS DE MADAME X

Afinal, a moda dos braços nus pegou. Mas já lá vem outra, mais indiscreta ainda, lançada nas corridas de Longchamps pelas parisienses mais elegantes — de Massa, de Brissac, d'Estissac-La-Rochefoucauld, tôdas as flôres-de-lis de oiro do *Quartier Saint-Germain* — e a que as portuguesas estão resistindo, e hão-de continuar a resistir por certo, com aquela subtil intelligência do pudor que é um dos seus maiores encantos. Refiro-me à moda das pernas núas.

Paris — e não apenas a Paris «*demi-castor*» — está a permitir-se o esplêndido prazer de descalçar as meias e de as pendurar no mesmo museu de antiguidades onde já há muito tempo dormem as cabeleiras de rabicho e as saias de balão. Tôdas as audácias da mulher são, mais ou menos, a consequência de tolices do homem. O terror vermelho da Revo-

lução francesa trouxe consigo as modas núas do Directório. A Grande-Guerra, expressão ciclópica da estupidez humana, não podia deixar de produzir também, na Eva moderna, a mesma reacção de nudez libertadora. Supoz-se que a formidável tragédia de 1914-1919 modificaria a tábua de valores morais (como diria Nietzsche) no sentido de um profundo misticismo católico. Engano. A reacção é acentuadamente pagã. Abaixo as mangas dos vestidos! Abaixo a malha de sêda das meias! Como no velho mundo grego, apenas a mancha branca e ondulante dum *peplos* aflorando a palpação dos torsos, dos ventres e das ancas, — e livre, rítmico, luminoso, o coleio esplêndido dos braços, a harmoniosa nudez da perna e do pé na aza doirada duma sandália tirrénia! Do pé, também? — perguntarão as minhas leitoras, abrindo muito os seus grandes olhos negros que eu tenho pena de não poder fitar agora. E' certo. As elegantes dêste verão europêu já não se contentam com a nudez do braço e da perna, como as atenienses de Aristóphanes na transparência das suas cimbéricas amarelas: reclamam a nudez clássica do pé, a mesma nudez de estátua que imortalizou as amantes de Barrás, que fez a celebridade da cidadã Saint-Fargeau e da «maravilhosa» Clotilde de

Forbise, que levou os joalheiros da Revolução a inventar joias para os dedos dos pés com a mesma graça com que o antigo-regimen as cinzelara para os dedos das mãos,— e, com franqueza, minhas senhoras, já me vou habituando à idéa de ver àmanhã, nos terraços do Estoril ou na sala de baile do Casino da Figueira, as *professional beauties* de Lisbôa passeando e dançando de pés descalços como a Salomé de Moreau, ou dando-nos o admirável espectáculo da Tallien nos bailes de Tivoli e de Marboeuf, quási despida como a Vénus de Médicis, e rutilante de anéis «*aux pattes de devant et aux pattes de derrière*».

Ora, eu compreendo que as mulheres usem os pés nus por evidentes motivos de hygiene. E' a moda ao serviço do método Kneip. E' uma fórma hiper-civilisada da naturismo. E', sôbre-tudo, uma maneira elegante de nos vermos livres dêsses inverosímeis saltos de um decímetro de altura, dêsses Luís XV teratológicos que teem feito a fortuna dos sapateiros e dos ginécologistas. O que me custa a admitir— com o perdão de Isadora Duncan e de tôdas as «isadoráveis» — é que se considere, que se recomende o pé nu como uma expressão superior de beleza. O pé humano não é belo. Haverá encanto e frescura no pé

rosado e tenro duma criança; mas o pé duma mulher, com as suas deformações e as suas atrofias, a sua péle congestionada e o seu dedo mínimo em via de desapareição, é — perdõem-me todos os pés bonitos que neste momento trepidam enquanto as donas me lêem — uma pequena, se quizerem uma adorável monstruosidade anatômica que, como dizia Choisy, o célebre sapateiro francês do século XVIII, só pode tolerar-se escondida dentro dum sapato. A minha querida amiga Madame X. quis demonstrar-me praticamente que eu não tinha razão, e recebeu-me ontem, num dos nossos habituais chás em *tête-à-tête*, estendida no seu canapé Império, vestida de musselina, penteada à Tito, e com os pés descalços — uns pés de loira, encolhidos, medrosos, vagamente rosados como dois focinhos de rato branco. Conhecem o retrato de M.^{me} Récamier, que David pintou? Por momentos, tive a desconcertadora impressão de que a *belle Juliette* em pessoa me acolhera com o mais virginal dos seus sorrisos, entre credências de acajú e cisnes de bronze doirado, no sumptuoso palácio da *Rue du Mont-Blanc*. Mas a sugestão desfez-se, — e Madame X. não me convenceu. Pelo contrário. Diante daquelas lindas mãos, cheias de espírito e de expressão, e diante daqueles pés moles, sem

inteligência e sem fisionomia, percebi claramente que as mãos foram feitas para se mostrar e os pés para se esconder. A mão é uma obra-prima do Criador, aperfeiçoada sem cessar no decurso de gerações sucessivas; o pé é uma imperfeição de Deus, cada vez mais deformada e mais atrofiada pelo homem. Na mulher, como na árvore, a mão tem a graça da flôr; o pé, a monstruosidade da raiz. Uma, possúe qualquer coisa da leveza imponderável do pensamento; o outro sente-se que foi criado para o contacto grosseiro da terra. O pé é animal; a mão é divina. Para tornar mais bela a sua Vénus do espelho, Velasquez escondeu-lhe os pés. Era o que tôdas as mulheres deviam fazer, no interêsse da sua própria beleza. Foi o que eu me permiti aconselhar a Madame X., tapando-lhe, com a fímbria do vestido branco, uns pés talvez peores do que aqueles que valeram a alcunha de «Pavão-côr-de-rosa» a uma das mais lindas cortezãs da Veneza do século xvi. Se a ostentação da nudez bela torna a mulher menos desejada, — que fará, Deus do céu, a revelação da nudez feia?

Mas as mulheres de espírito nunca se zangam. Madame X. ouviu-me, sorriu, tomámos o nosso chá, acendemos os nossos cigarros, — e falámos doutra coisa.

AS TRÊS NÓDOAS DE SANGUE

Um amigo, meu companheiro quando, há vinte anos, ainda muito novo, principiei a estudar a língua grega, mandou-me há dias de Roma as fotografias de duas páginas iluminadas dum códice bizantino do século ix, onde se narra, com a mais ingénua convicção, um caso muito extraordinário. Nas costas duma das fotografias, o meu amigo escreveu a frase de Arago: «*En dehors des mathématiques pures, il ne faut jamais prononcer le mot impossible*». Nas costas da outra, liam-se, escritas por punho diferente, as palavras do prof. Richet: «*Nous avons la ferme conviction qu'il a, mêlées aux forces connues et décrites, des forces que nous ne connaissons pas; que l'exemplification mécanique, simple, vulgaire, ne suffit pas à expliquer tout ce qui se passe autour de nous*». Traduзи, o mais fielmente que pude, o texto grego que veio parar-me

às mãos, e, quando acabei de lê-lo, confesso que me senti dominado por uma vaga impressão de terror. Vou tentar contar-lhes, como a descreve o códice bizantino da Biblioteca Vaticana e como a interpretou a minha sensibilidade, a curiosa história das três nódoas de sangue que, durante muito tempo, se viram numas escadas de pedra da basílica de Santa Sofia.

Um dia, certo imperador bizantino a quem morrera a mulher (não pude saber de quem se trata, porque o manuscrito diz apenas—o *Basíleus*) começou a praticar actos tão inquietantes, que os chitonitas, os cubiculários, os arquimédicos recearam que o seu espírito se tivesse perturbado. A tristeza que se apossou dêle era profunda. Não comia. Dormia no *cubículum* augustal, abraçado a um crucifixo enorme. Lia a tôda a hora as obras de Polyenos, escritas a cinábrio, e o livro doirado de Artimidoro. Quando comungava, cortava a hóstia com a espada, com mêdo de que dentro dela houvesse sangue. A's vezes colava a boca à terra, pronunciando em segrêdo um nome de mulher. Theoctisto, o velho parakimomeno, jurava que o nome repetido pelo Basíleus era o de Eudóxia, sua mulher, que morrera em plena beleza, e que êle fizera sepultar núa, apenas calçada de *muleus* bor-

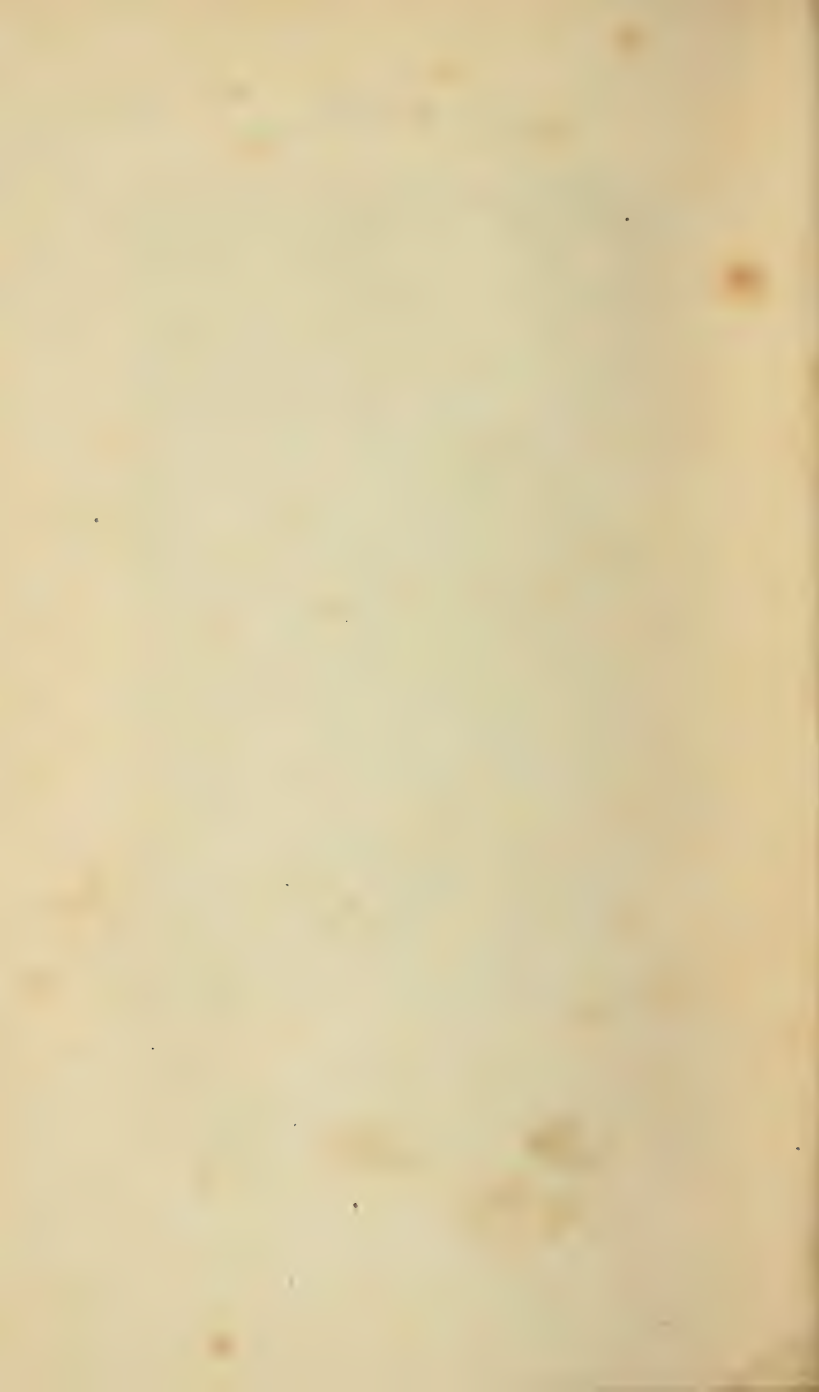
dados de cegonhas de prata. Outros afirmavam que êle comunicava com as divindades infernais, dizendo orações do *Euchiridion*, de Leão III. Passados sete anos sôbre a morte da Imperatriz, foi com espanto que Bizâncio viu o Basileus ressurgir repentinamente da tristeza que o oprimia, vestir a sua dalmática tecida de oiro com as figuras dos Evangelistas, chamar os músicos e os histriões, e ficar até à hora da himnódia, bebendo, no triclinion dos dezanove leitos. Pela primeira vez nessa noite, Philotéo, bispo de Euchaíta, notou que o Imperador se dirigia, com expressões de amorosa solicitude, a alguêm que supunha assentado ao seu lado, — decerto uma sombra criada pela sua imaginação doentia, porque a verdade era que junto do Basileus, irmão dos Apóstolos, não se via ninguém. Daí por diante, êsse homem singular deixou de dormir envolto em hábitos monacais, abraçado à imagem de Cristo; declarou a Sísinnos, seu protovestiarita, que um corpo adorado de mulher vinha tôdas as noites deitar-se com êle no leito; de facto, no silêncio da noite, os familiares ouviam o Basileus falar em segrêdo, às vezes gemer; mas, de manhã, no leito augustal havia a impressão morna dum só corpo humano. Uma fórmula invisível e imponderável vivia na intimidade

do Imperador, e, segundo a opinião do patriarcha bizantino, não podia ser senão a sombra de Eudóxia.

Durante algum tempo, essa intimidade pareceu agradável ao Basíleus, que a cada instante sorria para a sua imperceptível companheira, como se ao seu lado estivesse, hirta, solene, coroada do saríkion de oiro, a própria Basilissa. Uma noite, porém, quando já tudo dormia menos os tauroscitas da guarda, o palácio foi alarmado com gritos. Era o Imperador que, em vozes descompostas, quasi nu, apenas com a péle duma fera atada aos rins como Hércules, expulsava do tálamo o espectro de Eudóxia, accusando-a de ter pretendido assassiná-lo durante o sono. No dia immediato, porque êsse espectro, outrora adorado, insistia em o acompanhar, atirou-lhe, accêsa, a lâmpada de cobre que o alumiaava. Os archimédicos julgavam-no vacilando já às portas da loucura. Pelo contrario, os filósofos e os *magistri* attribuíam-lhe o dom sagrado de perscrutar o invisível e o sobrenatural. Theodoro Daphnopathia, prefeito de Bizâncio, o logoteta geral, os senadores envoltos no seu scaramângion azul, perguntavam uns aos outros se o Evangeliário e o mundo, símbolos do poder imperial, deveriam manter-se em tão frágeis mãos. Poucos dias depois, o Basí-

leus, pálido, rodeado do clero, foi comungar a Santa Sofia. O stema de oiro martelado scintilava-lhe na fronte. Os seus passos eram incertos, como se fugisse da perseguição de alguém. Já na basílica, ao subir os degráus da ábside, voltou-se súbitamente para trás. Espumava-lhe a boca; tremiam-lhe as mãos; os olhos, dilatados de pavor, chispavam. Atirou-se, lutando, de encontro ao fantasma que o perseguia, e cravou uma, duas, três vezes o gládio, como louco, nessa fôrma incorpórea só visível para êle. Com assombro do patriarcha, dos bispos, do clero que o rodeava, cada vez que o ferro, lampejando, feriu o ar, veio tinto de sangue, — e êsse sangue paradoxal dum espectro, vivo como a púrpura do ságion theodosiano, gotejou, caíu, e alastrou em três grossos coágulos sôbre a pedra dos degráus.

«Depois de morta Eudóxia pela segunda vez — conclue o códice grego — o Basíleus viveu tranqüilo o resto da vida, e o seu espirito recuperou a primitiva lucidez. Só as três nódoas de sangue não se apagaram mais».



A SAUDADE

Entre as muitas cartas que costumo receber do Brasil, houve uma que especialmente me interessou. Nessa carta, cujo perfume se advinha ainda e cuja letra inglesa, audaciosa, um pouco viril, faz lembrar vagamente a das nossas raparigas educadas no Quelhas, a sua illustre autora — fala-me com ternura de Portugal e dos portugueses, e pergunta-me se será possível saber quem foi o primeiro escritor que empregou a palavra «saudade». E' possível, sim, minha encantadora desconhecida; é, mesmo, muito mais fácil do que adivinhar que espiritual, que morena, que doirada beleza carioca se esconde por detrás dessas duas iniciais longas, esbeltas, nervosas como as pernas duma grande aranha azul.

Eu não vou — Deus nosso Senhor me livre! — fazer-lhe uma dissertação erudita

àcerca da saudade, delicado e doloroso enlêvo das almas contemplativas, que não tem nome senão em português. Um filólogo que tocasse nesta palavra seria tão desgracioso como um elefante que se lembrasse de brincar com uma pérola. Mas posso, conversando comsi-go, não assentado num velho *fauteuil* da Academia, que me parece demasiado solene para conversar com uma senhora, mas recostado nos moderníssimos *Maples* da sua sala-de-fumar, dizer-lhe o que sei — que é muito pouco — àcerca da literatura da saudade. Conhece o *Cancioneiro da Vaticana*? Faço-lhe a justiça de supôr que não, porque nesse velho monumento do lirismo galego-português — o avô patriarcal dos nossos poetas — se é certo que tudo é oiro de Ênnio capaz de enriquecer muitos Vergílios, nem tudo, infelizmente, tem a pureza e a candura das rosas. Eu, pelo menos, não o dava para as suas mãos, — pela mesma razão por que não lhe deixaria lêr as *Dames Galantes* de Brantome, nem vizitar a galeria de tapeçarias do Conde de Chateau-Vilain. E, entretanto, foram os poetas do *Cancioneiro*, foram os nossos admiráveis líricos da segunda metade do século XIII e da primeira metade do século XIV quem teve a honra de introduzir na literatura portuguesa, sob as fórmulas arcaicas «soydade» e «suydade», esta

linda palavra galega que parece què canta, que palpita, que estremece e que chora. O mais antigo documento em que ela aparece é uma canção limosina de Fernão Fernandes Cogominho, trovador da cõrte de Afonso III, dirigida a uma das muitas mulheres cujas figuras passam no *Cancioneiro*, de olhos baixos, mãos cruzadas, perfis de oiro, como as velhas iluminuras hieráticas do *Hortus Deliciarum*: — «Nom queredes viver migo, e moiro de soydade...» Pouco depois, o rei D. Dinís, o primeiro grande poeta português, soluça nas suas doces serranilhas galegas: — «Que soydade de minha senhora ey!» E já em pleno século XIV, quando Afonso IV manda a armada de mícer Pessanha cruzar em frente de Cadiz e parte para Sevilha, coberto do seu lorigão de ferro, à frente da melhor nobreza de Portugal, o poeta João Zorro canta a saudade das mulheres portuguesas que ficam, fiando e chorando, nos seus estrados de ricas-donãs:

*«Mete el-rei barcas no rio forte;
Quem amigo ha, que Deus lh'o amostre:
A la vay madre,
Oj'ey suydade».*

Mas, se é certo que a saudade entrou na literatura portuguesa pela mão dos poetas do

códice da Vaticana, não é menos exacto que só no século xv ela encontrou um psicólogo capaz de analisá-la e de estudá-la como sentimento. Êsse psicólogo, um pouco bárbaro ainda, foi o rei D. Duarte. A observação de que, muitas vezes, a «suydade he sentyda com prazer mais do que com tristeza», gérmen das antíteses de Garrett, pertence originalmente a êste singular espírito de filósofo que tanto se comprazia no estudo do coração humano. Foi êle também o primeiro a notar que a palavra saudade não existia em nenhuma outra língua: «parece-me este nome de suydade tam proprio que o latym, nem outra linguagem que eu saiba, nom he para tal sentido semelhante». Meticuloso, torturado de escrúpulos teológicos, educado na recolhida meditação dos filósofos e dos doutores da Igreja, com o mesmo espírito inglês, pontual e formalista da mãe, D. Duarte gasta um capítulo inteiro do *Leal Conselheiro* a distinguir entre a dôr, a tristeza, o aborrecimento e a saudade, e acaba por definir êste estado de alma, «que faz chorar e sospirar», em algumas linhas duma sóbria e calma beleza: «... suydade propriamente he sentido que o coração filha por se achar partydo da presença d'alguma pessoa, ou pessoas que muyto por affeição ama, ou o espera cedo de seer; e

isso medes dos tempos e lugares em que por deleitação muy folgou; digo affeição e deleytaçom, porque som sentymentos que ao coraçom pertencem, donde verdadeiramente nace a suydade». Daí por diante, os nossos líricos da Renascença, herdeiros das fórmulas do néo-platonismo florentino, utilizam largamente os «motivos saudosos» nas suas éclogas e sonetos. Símbolo eterno da saudade portuguesa, cáí morto, na água tranqüila da ribeira, o rouxinol de Bernardim. Mas é preciso esperar o meado do século xvii para que um dos mais elegantes espíritos do seu tempo, D. Francisco Manoel de Melo — talento scintilante de folhetinista moderno num tipo de fanfarrão castelhano de Pantoja de la Cruz — diga a suprema palavra àcêrca dessa «paixão de que só nós sabemos o nome chamando-lhe saudade». Os pais da saudade — diz êle — são o amor e a ausência. A saudade floresce entre os portuguezes «porque o nosso natural é entre as mais nações conhecido por amoroso, e as nossas dilatadas viagens occasionam as maiores ausencias». E, traçando a sua capa negra, a luva branca de manopla sôbre a tijela da *rapière* de Toledo, êsse duellista famoso que feriu D. João IV e que tinha, afinal, um coração de pomba, conclue, em dois conceitos lapidares: «He a saudade hu-

ma mimosa paixão d'alma, e por isso tão subtil, que equivocamente se experimenta, deixando-nos indistincta a dôr, da satisfação. He um mal, de que se gosta, e um bem, que se padece. . . » Aqui tem, minha senhora, donde vem o «gosto amargo de infelizes», o «delicioso pungir de acerbo espinho», — tôdas as antíteses românticas sôbre a saudade. Nem mais nem menos do que a mesma idéa — com a gravata à Malibran e a casaca verde-bronze de Garrett. Mas o que ainda ninguém disse — nem D. Dinís, nem João Zorro, nem D. Duarte, nem Francisco Manoel, nem os *saudosistas* actuais — é que se pode ter saudades de alguêm que nunca se viu. Pois digo-lho eu, minha senhora. Já sinto saudades suas, e — veja lá! — ainda não tenho a honra de a conhecer.

O DUELO DAS MÃES

Vou contar-lhes um drama de amor, passado durante os primeiros anos da realleza magnífica de D. João V, em que se encontraram envolvidas três das mais nobres famílias de Portugal: os marqueses de Niza, os condes da Ponte e os marqueses de Cascais. Para o contar, não tenho de recorrer à minha fantasia fácil de escritor. Trata-se de factos verdadeiros que vêm narrados, por quem muito de perto os conheceu, num códice da secção de *Mss.* da Tôrre do Tombo.

Por volta de 1714 viviam em Évora dois grandes fidalgos, da mais pura costela de oiro, o Marquês de Niza e o Conde da Ponte, cujas mulheres, a Marquesa e a Condessa, eram irmãs. Tinham os marqueses um filho, o Conde da Vidigueira, bonito rapaz de vinte e dois anos, que cantava bem à viola tondilhos espanhois e espotrejava cavalos como

um mestre de picaria. Quando não andava na cavalaria ou no picadeiro, era certo em casa dos tios, condes da Ponte; e com tão continuada assistência, que todos juravam fé e batiam nos peitos que elle se tomara de amores pela prima mais velha, D. Francisca de Melo, uma trigueira de olhos alentejanos pestanudos, viva e orgulhosa como o pai, digna filha daquelle soberbo Conde da Ponte que, três anos depois, havia de ser prêso à ordem de D. João V por não ter feito parar o seu côche quando passava o senhor Patriarca. Não sabe o autor da memória manuscrita o que teria havido entre ambos; o certo é que elles brincavam pelos caramanchões da quinta e pelos desvãos do paço com mais desenvoltura do que, na opinião do velho arrábido mestre-de-solfa, deveria permitir-se a primos co-irmãos; e já ninguém da casa fazia segredo da projectada aliança que ia unir, no escudo em lisonja da fidalga, o enxequetado de oiro e de vermelho dos Gamas à águia negra e aos três besantes de prata dos Melos. Uma noite, porém, lembrando-lhe o tio a conveniência de se explicarem para amanhã do enxoval, o moço Conde declarou, sacudidamente, que não estava decidido a casar-se. O Conde da Ponte, com os olhos injectados de sangue, travou ainda do ombro

do sobrinho para o arremessar pela janela fóra: mas, ao vozeiro levantado, correram os negros da casa e os frades da capela, que se aferaram ao seu senhor, trémulo de ira; veio a Condessa, com a dignidade do seu nariz Bourbon e dos seus donaires de sêda negra; dali a pouco, o moço Vidigueira saía, enfiado,—e enquanto D. Francisca se desentranhava em soluços no regaço da mãe, dois criados, de escopeta aperrada, recebiam do Conde da Ponte ordem de montar a cavallo e de varejar o sobrinho a tiro, onde quer que o encontrassem. Mas o fidalgo, tão acabado em tratos de cavalaria como desprimoroso em negócios de mulheres, teve o cuidado de se pôr a salvo, abalando naquela mesma noite, com uma escolta de criados, de eguariços e de saboneiros de picaria, armados de pistolas nos arções dos selotes, a caminho de Lisbôa.

Principiou, então, a luta das duas famílias. Enquanto o Conde da Ponte peitava homens para, a pêso de patacas de prata, assassina-rem o parente, a Condessa, tocada no coração pelas lágrimas da filha, abalava de liteira para a côrte, decidida a pedir justiça ao rei. Três dias depois de chegar, obtida para a sua causa a simpatia respeitosa de Diogo de Mendonça e de Alexandre de Gusmão, D.

Leonor de Melo rojava-se, vestida de luto, aos pés de D. João V, e supplicava-lhe que mandasse prender o Conde da Vidigueira ou que o compellesse ao cumprimento do seu dever de honra. A eloquência dolorosa da pobre mãe comoveu o monarca. Nessa mesma tarde, o sedutor foi prêso no pátio das comédias pelo corregedor do Bairro-Alto, e, tendo renovado perante o escrivão da puridade a declaração de que não estava disposto a casar com sua prima, recolheu, num côche da Casa-Real, aos cárceres da Torre de Belém. Mas as duas mães — ou não fôsem irmãs! — eram dignas uma da outra. Se a Condessa da Ponte defendeu com a dignidade das lágrimas a felicidade da filha, — a Marquesa de Niza levantou-se como uma loba, quando soube que o filho, alma de sua alma, estava prêso. Travou-se, nos degraus do trono, um duelo de duas mães. A Marquesa, protegida pelo patriarca D. Tomás de Almeida, apresentou uma petição ao rei, alegando que, se o filho fôsse obrigado a casar por violência ou por medo, o casamento seria nessas circunstâncias canonicamente nulo, e implorando a liberdade immediata do moço Conde «isento de tôda a culpa junto de sua prima». Logo a Condessa da Ponte parou o golpe da irmã: a D. João V foi entrégue outra petição

minutada pelo próprio Diogo de Mendonça, em que se requeria com fundamentos legais que, estando a causa a correr no ordinário, não fôsse dada liberdade ao réu antes de pronunciada a sentença. Entre essas duas mulheres que lhe ajoelhavam aos pés, chorando a mesma dôr de mães e defendendo, uma a honra da filha, a outra a liberdade do filho, o juvenil monarca hesitou. O cardeal tomara o partido dos Nizas; o secretário de Estado, o dos Pontes; as influências equilibravam-se. D. João V, mais preocupado com as cabeleiras de França do que com os dramas domésticos da nobreza, contentou a Condessa mantendo a prisão do Vidigueira, e pretendeu convencer a Marquesa de que conservava o filho prêso para o salvar dalguma arcabuzada que lhe mandasse dar à falsa fé o Conde da Ponte. Mas a Marquesa de Niza não se deu por satisfeita. De novo recebida em audiência por D. João V, declarou-lhe que se o monarca não encontrava outros meios de assegurar a vida do seu filho senão metendo-o num cárcere como um malfeitor, — ela ainda tinha criados para o defenderem e pistolas para os armar. Os cardeais de Almeida e da Cunha aconselharam-na, porém, a moderar as naturais exaltações do seu coração materno. «*Les oreilles des rois sont à*

leurs talons ; ils n'écoutent que ceux qui sont humiliés.» Era preciso procurar, por processos indirectos e astuciosos, o que as suas lágrimas não tinham podido obter do rei.

Entre as damas portuguezas da rainha Mariana de Áustria havia uma, que ela estimava quasi tanto como as suas açafatas alemãs e os seus cães de caça. Essa dama era a Marquesa velha de Cascais, D. Luísa de Noronha, com cuja filha mais velha, a loira e grave D. Mariana de Souza e Ataíde — em quem não se perpetuara a fealdade tradicional dos Anjejas — o moço Vidigueira tivera aos dezoito anos uma intriga de amor. A Marquesa de Niza, seguindo os conselhos do Patriarca, procurou interessar na sua demanda a Marquesa de Cascais, negociando o casamento do filho com a encantadora D. Mariana, — tão galante que no Paço lhe chamavam «*la presumida y la hermosa*». Logo a Marquesa camareira pediu à rainha a liberdade do Conde da Vidigueira; a rainha pediu-a ao rei; Diogo de Mendonça Côrte-Real não resistiu a um franzir de sobrolhos do monarca; e o mesmo côche doirado que levava o Conde para a prisão, trouxe-o da prisão para a capela-real, onde, *invito parcho*, immediatamente se casou com a filha dos marqueses de Cascais.

No duelo das mães ficara vencida a Condessa da Ponte. Pouco depois de chegar a Évora a notícia do casamento, a pobre D. Francisca de Melo, sem uma palavra de recriminação, cheia de dignidade na sua dôr de abandonada, tomou hábito no mosteiro das carmelitas descalças e morreu abadessa, aos sessenta anos, sem ter deixado de rezar um só dia, fielmente, pelo homem que fizera tôda a felicidade e tôda a desgraça da sua vida.



O MORTO

Estávamos no Estoril, depois do jantar, no *hall* do *Estrade*, quando um automóvel parou e uma senhora alta, loira, de luto, com o tipo nobre de certas figuras de negro da pintura espanhola, desceu, seguida de um *groom*, e entrou no Hotel. O meu colega Dr. *F.*, que se detivera a conversar comigo num dos bancos da entrada, feitos de espaldares de velhos leitos portuguezes do século XVIII, levantou-se à passagem dessa mulher ainda bela, beijou-lhe a mão, tratou-a por Mrs. Albright, falou-lhe durante alguns minutos em inglês, numa expressão de respeito affectuoso, e quando de novo se assentou ao meu lado perguntou-me, limpando à camurça da luva o vidro embaciado do monóculo:

— Sabe você quem é esta mulher?

— Não.

— A viúva do engenheiro Albright. Conhe-

ci-a há seis meses, no Estoril, na noite em que lhe morreu o marido. Foi ela que me revelou um dos aspectos mais singulares que reveste o amor conjugal nas mulheres inglesas.

—Devéras?

Acompanhei-a ainda com o olhar, enquanto ela subia a escada. Uma longa cauda negra arrastava pela passadeira de veludo carmesim. Sob o veu ligeiro de crepe, scintilavam-lhe à luz os cabelos frisados da nuca. Como um boneco, o pequeno *groom* de dez anos, fardado de preto, seguia-a com a *valise*. O Dr. F. acendeu um cigarro, traçou a perna com a elegância dum rapaz, e, esperando que uma brasileirinha de tornozelos admiráveis acabasse de chilrear ao telefone, contou-me a história de Mrs. Albright.

— Quando eu há seis meses vim convalescer para aqui, um colega nosso, formidável industrial da clínica, procurou-me no Hotel para me pedir que prestasse socorros de urgência a um doente seu, se êle porventura mos reclamasse. Tratava-se dum inglês alcoólico, que tinha sido mandado para o Estoril e que estava fazendo uma urémia aguda. Acedi ao desejo do nosso confrade, formulado com todos os escrúpulos deontológicos, e prometi-lhe que, no caso de me chamarem, iria

vêr o doente fôsse a que horas fôsse. Passou-se talvez uma semana. Uma bela noite, mal eu tinha pegado no sono depois de lêr Ruskin até às duas horas da madrugada, bateram à porta do meu quarto. Era de casa de Mrs. Albright que me reclamavam com urgência. Compreendi nesse momento — eu, que me permiti na vida o luxo intelectual de não vêr doentes — o que era o sacrifício heróico do proletário da clínica, pobre Trousseau de água-furtada a quem tôda a gente tem o direito de interromper o sono, e que, por salvar uma vida, ganha menos do que um *chauffeur* por percorrer um quilómetro. Levantei-me, meti no bôlso o meu estojo de hipodermia, atirei um *pardessus* pelos ombros, e fui. Era num *chalet* da Avenida de Sabóia, que eu conhecia já pelo seu tecto de rosas, de Denis, e pelos soberbos ferros-forjados de Emile Robert que lhe guarnecem a escada. Havia luz em tôdas as janelas, como para uma festa. Conduziram-me até ao quarto do doente. Um homem de quarenta e tantos anos, ruivo, enorme, inchado de edemas, roncava em coma, num Cheyne-Stockes perfeito. Ao pé dele, rodeada de criadas, a inglesa que você acaba de vêr agora fitava-o, numa aparente e escandalisadora impassibilidade. Estranhei, porque o nosso colega assistente, conversando

comigo, afirmara-me que ela era a mais carinhosa e apaixonada das esposas; mas *à quel-que chose malheur est bon*, e, diante da frieza desdenhosa daquela mulher, eu senti-me muito mais à vontade para lhe dizer que o marido estava perdido e que a sciência já nada tinha que fazer ali.

— Quanto tempo viverá? — perguntou-me ela, em inglês, numa imperceptível contracção de lábios.

— Algumas horas, apenas.

— Já não me vê, nem me ouve?

— Não, minha senhora.

— Está certo disso, doutor?

Como eu respondesse que sim, Mrs. Albright acercou-se do doente, beijou-o na testa sem comoção visível, desviando o olhar, disse às criadas que ia recolher-se ao quarto, curvou ligeiramente a cabeça ao passar por mim, desapareceu nesse silêncio frio que fez dizer a Carlyle que os ingleses são um povo de mudos, e nunca mais tornou a vêr o marido, nem vivo, nem morto. Confesso-lhe, meu caro colega, que num sentimental como eu, habituado às dôres trasbordantes, às verdadeiras explosões dolorosas das mulheres da nossa raça, semelhante atitude não podia ter produzido uma impressão mais desagradável. Essa impressão modificou-se depois, quando deter-

minadas circunstâncias tornaram a aproximar-me de Mrs. Albright. Você há de supôr que eu faço um paradoxo; mas foi ainda a ternura conjugal, levada à mais alta expressão de delicadeza, que afastou do marido moribundo aquela mulher tão encantadora de corpo como de espírito. Para Mrs. Albright, o homem que ela amara, que ela amava ainda com um sentimento cheio de respeito e de dignidade, já nada tinha de comum com essa massa inerte e hedionda de um animal na agonia. Na sua adoração, que se prolongava, inalterável, para além da própria morte, o marido permanecia como fôra, belo, moço, viril, o mesmo rapaz de músculos harmoniosos, de pele rosada, de ossatura magnífica, que a conquistara, que a possuía, que lhe fizera conhecer o orgulho incomparável de tôdas as mulheres amadas. Tudo quanto perturbasse essa imagem de beleza e de fôrça, que ela desejava conservar intacta na memória do coração; tudo quanto pudesse diminuir aos seus olhos a dignidade do seu ídolo; todo o espectáculo repugnante da dôr, da doença e da morte, — afastara-o Mrs. Albright de si, como uma ofensa ao pudor do seu sentimento e à piedade do seu amor conjugal. O que ela amara no marido era a chama inquieta e sagrada da vida; desde que a vida tinha ces-

sado, — nada a prendia já a êsse despôjo imundo. Afastando-se do cadáver do homem que fôra o seu belo companheiro de vinte anos, Mrs. Albright prestou-lhe a última homenagem do seu affecto e do seu respeito. Isto pode, à primeira vista, parecer subtil; mas é humano; e sôbre-tudo, meu caro amigo, é perfeitamente inglês. Que acha você?

O Dr. F. calou-se e olhou-me, a lasca de vidro do monóculo faiscando na órbita. A brasileirinha, de braços nús, veio assentar-se na nossa frente, a folhear uma illustração. Passou uma *bonne* com um cesto de flôres. Ouvia-se distintamente o ruído do mar.

— Sabe você o que eu acho?

— Diga.

— Com tôda a franqueza? Acho que a loira Mrs. Albright teria gostado de tôda a gente; talvez mesmo goste de você; de quem ela não gostava, com certeza, era do marido.

DONA FELICIANA DE MILÃO

Na história da sociedade portuguesa, do século xvi ao século xviii, poucas mulheres de espírito aparecem como tendo exercido uma autêntica influência sôbre a mentalidade ou sôbre os costumes do seu tempo. No século xvi cita-se o caso isolado da Infanta D. Maria. No século xviii, o da Marquesa de Alorna. Mas, verdadeiramente, a única mulher que em Portugal se notabilizou pelo espírito malicioso, pela agudeza dos ditos, pela scintilação do talento, pela graça subtil, conceituosa e improvisadora, foi, no século xvii, a sumptuosa freira bernarda de Odivelas sóror Feliciana Maria, mais conhecida no tempo por Dona Feliciana de Milão.

Tenho aqui, entre os meus verbetes relativos a freiras portuguesas, algumas notas curiosas àcêrca desta singular mulher, na maior parte extraídas de documentos manu

critos da *Pombalina* e do *Fundo Antigo* da Biblioteca Nacional de Lisbôa. Os ditos de Feliciano de Milão, alguns admiráveis de imprevisto e de graça, correm impressos e são conhecidos. Nunca penso na mordaz cisterciense que não me recorde da frase sangrenta jogada por Dona Feliciano, então Abadessa, a umas damas da Rainha que não se levantaram à sua passagem:—«Não se levanta de graça quem se deita por dinheiro». Foram já publicados alguns dos seus versos, que tanto contribuíram para a criação da «linguagem freirática» dos séculos XVII a XVIII, e a que o *Anatómico Jocosso* se refere, ao determinar, na «turina quotidiana», as obrigações do fiel faceira: «... falará nos versos, e repetirá a décima de Feliciano de Odivelas, tocando nalgumas grades em que a conversou ao discreto e ao noticioso». Conhecem-se uma ou outra das suas cartas, cheias de conceitos galantes, de subentendidos engenhosos, em que Dona Feliciano Maria, como um Gôngora de saías, uma *Lady Euphuos* monástica que vestisse o hábito branco de Cistér, inspirou tôda a epistolografia amorosa da época. O que ainda se não sabe bem (como também se ignora a proveniência do seu apelido, *Milão*, difícil de explicar numa engeitada do Hospital-Real) é

qual foi, ao certo, a natureza das suas relações com o Paço, onde sóror Feliciana Maria tinha *ses grandes entrées*, e onde era frequentemente chamada a propósito de tudo. Com efeito, muitas vezes os côches doirados da Casa-Real pararam à porta do mosteiro de Odivelas, para que neles se metesse, embrulhada no seu manto branco, a erudita bernarda que tantas cabeças fez andar à roda, mais pelo seu espírito vivíssimo do que pela sua beleza vulgar de portuguesa trigueira. Umas vezes, ia dar o seu voto em questões de consciência ou na política do Estado; outras, queriam-na para censurar e corrigir as adivinhações em verso que, de mandado da Rainha, escreviam as poetisas monásticas do tempo, — sóror Inês da Cruz, chamada a «décima musa», sóror Mariana de Santo António, freira em Santa Clara, sóror Maria da Glória, freira na Esperança, sóror Simôa de Castilho, freira na Rosa (Mss., *Pombalina*, código 129); outras vezes, ainda, chamavam-na para o inocente passatempo das «sortes», que se tiravam no Paço por invenção da Senhora Infanta, e ficavam depositadas nas mãos das damas da côrte D. Inês Antónia, «*la sibila del Oriente*», e D. Maria de Noronha, «*el desden con el desden*» (Mss., *Pombalina*, cod. 69). Parece, po-

rêm, que outros assuntos mundanos, de maior ligeireza ainda, levaram Feliciano de Milão ao Paço da Ribeira,—pelo menos durante o tempo em que Afonso VI foi rei. Êste monarca, a-pesar das consequências que, para as suas aptidões viris, resultaram da poliomielite infantil de que sofreu, teve—o que, de resto, estava perfeitamente na moda palaciana do século xvii—amores mais ou menos platônicos com algumas freiras. Uma delas foi sóror Ana de Moura, freira bernarda de Odivelas, àcerca da qual diz o códice 817 dos *Mss.* da Tôrre do Tombo: «Tomou El-Rei amizade ilícita com D. Ana de Moura, freira de Odivelas, e fazia-lhe contínuas assistências com grande indecência e geral reprovação de tôda a côrte. O dia em que D. Ana de Moura fazia anos foi El-Rei tourear ao páteo do convento, deu uma grande queda de que esteve sangrado: fazendo-lhe D. Ana de Moura a fineza de se sangrar também, lhe mandou um grande presente, e quando a tornou a vêr lhe disse que desejava fazê-la rainha de Portugal». Outra, foi sóror Maria da Soledade, que o rei ia ouvir cantar a Via Longa, e de quem se mostrava «tão apaixonado, que se podia presumir que a procurava mais por amor que por entretenimento de a ouvir» (*Anticatástrofe*, 197). A

terceira devia ter sido Dona Feliciana de Milão, também muito leve de cabeça, a julgar pelas suas cartas de amor a um tal Francisco Aranha e a outros (Mss., *Pombalina*, cod. 69; *Fundo Ant.*, cod. 8.611), e que parece ter-se deixado cortejar pelo Conde de Castelo-Melhor, primeiro ministro, quando sóror Maria da Soledade, cantando no côro doirado de Via Longa, lhe escamoteou o amor do rei. A correspondência trocada entre as duas freiras é, apesar do seu gongorismo, suficientemente clara. Feliciana de Milão (Mss., *F. A.*, cod. 510) desafia a outra: «digo, minha senhora, que hei-de ganhar a mão, ainda que vossa mercê me empate as vasas»; «aos pés desta sota há-de achar as armas dum Conde, que, guardado, vale mais que um Rei sêco»; «cativa de vossa mercê, que quem nos conhecer que nos compre!» E sóror Maria da Soledade responde: «olhe, parceira, como se descarta; que não seja de Rei, que os Reis com vossa mercê bem se descartam; e se na minha mão ficou um sêco, na de vossa mercê foi verde na desgraça de ficar picada; eu não lhe empato as vasas, nem tenho tenção de lhe furtar os tentos, que sempre trouxe a cara descoberta quem não tem que encobrir!» Não é, evidentemente, crível que esta mulher superior tivesse por

Afonso VI qualquer sentimento profundo e sincero. Deviam, mesmo, ser curiosas as conversas que, no Paço e na grade de Odivelas, o régio imbecil, incapaz de ligar duas palavras, sustentou com a engraçada sóror Felicianiana, que as «respostas a perguntas amorosas» (Mss., *F. A.*, cod. 8.611) revelam como uma das mais subtis psicólogas do amor do século xvii. Tratava-se, decerto, dum capricho vaidoso pelo rei, e não pelo homem; mas êsse capricho foi tão longe em Felicianiana de Milão, que o seu despeito e o seu ciúme não se limitaram a ferir sóror Maria da Soledade, e atingiram, mais tarde, a própria Rainha. A insolente carta do Zangaralhão, com que a freira bernarda responde ao sermão do padre Vieira àcêrca dos anos de Isabel de Nemours (Mss., *F. A.*, cod. 349), e a outra, não menos agressiva para a *Brichota*, referente aos sucessos da côrte no ano de 1668 em que a Rainha se recolheu ao mosteiro da Esperança (Mss., *F. A.*, cod. 589), são documentos duma perfídia tão feminina, que não é difícil adivinhar a-través deles o despeito amoroso de Felicianiana de Milão. Não sei se, ao menos durante algum tempo, ela se teria feito amar menos platónicamente pelo rei,—que, em seu conceito, era «um simples, que devia curado e não destronado». Mas, o que

o rei não fez fizeram-no outros, e Dona Feliciana não mentiu quando, aos 73 anos, na hora da morte, entre a comunidade branca que entoava, de velas acesas, a antífona «*Veni, electa mea!*», ditou à madre-escrivã o seu epitáfio:

— «Aqui jaz a pecadora».

A CARRIÇA

Ontem, vi parar à porta do *Rendez-vous des Gourmets* uma carruagem que despertou a minha atenção. Era um meio-coupé inglês, novo, capitonado, bem posto, portas de cristal, cocheiro e trintanário de libré preta, duas éguas baías, magníficas. Agora, que o automóvel matou o trem, é raro ver-se uma equipagem, já não digo com o luxo do coupé côr-de-laranja da Marquesa de Gallifet ou da *voiture hortensia* da Duquesa de Morny, que fizeram as delícias do romantismo, mas com a sóbria elegância de *carrosserie* dêsse coupé inglês que ontem, à hora do chá, parou em frente da casa de M.^{me} Gadel. Olhei, para vêr quem saía. Calculem a minha surpresa quando, diante do trintanário que se descobriu, vi descer uma rapariga vestida de tricana, chaile e lenço preto, pálida, esbelta, olhos grandes, com o tipo doen-

tio e a péle vagamente doirada de tôdas as mulheres de Coimbra, que atravessou o passeio, enfiou pelo *Rendez-vous* e subiu às salas-de-chá do primeiro andar. Passei, para vêr se viria mais alguêm na carruagem. Ninguêm mais. Curioso como todos os homens, resolvi tomar chá pela segunda vez, e subi também. Uma mulher — creio que foi *Wendel-Holmes* que o disse — vale bem um envenenamento. Quando entrei, a tricana estava assentada na sala grande, na mesma mesa, perto da janela, onde costumava tomar tôdas as tardes a sua *brioche* e a sua cerveja uma senhora que teve uma situação brilhante na sociedade portuguesa. Mal me viu, o meu amigo X., diplomata em licença, tão guloso de cremes que eu já o considero um dos jarões, uma das faianças da casa, correu ao meu encontro:

— Então você quantas vezes toma chá, hoje?

Para se ser rigorosamente bem educado, não basta que não nos metamos na vida dos outros; é preciso que deixemos os outros meterem-se na nossa. Tive de confessar ao meu amigo a razão por que ali estava, e aproveitei o ensejo para-lhe mostrar a tricana, que me parecia agora ainda mais bonita, e em cuja orelha, sob o lenço de pongé preto, eu surpreendera o brilho duma pérola.

— E' a *Carriça*. Você não a conhece?

Não. Eu não conhecia a *Carriça*. E, sobretudo, não compreendia bem o motivo por que aquela mulher, que se permitia o luxo duma magnífica carruagem e que andava coberta de jóias, não tinha ainda deixado o seu chaile preto de merino e o seu «vicente» de veludo, para realizar a aspiração suprema de tôdas as tricanas,—que é parecer que o não são. O meu amigo sorriu, e, emquanto à sua mesa o meu chá fumegava, contou-me tôda a história daquela interessante rapariga a quem êle, com um certo ar de intimidade respeitosa, chamava—*M.^{elle} Carriça*. A princípio, alongou-se em considerações àcêrca da vida de Coimbra, que eu tive a condescendência de não ouvir, e que me me deram tempo para continuar observando a tricana,—a sua elegância flexível e indolente, o seu perfil de fortes traços semitas, aquela palidez de velho marfim religioso tão peculiar das mondégides da cidade, e (não se conhece uma mulher emquanto se lhe não vêem os pés) o seu pé nervoso, adunco, *racé*, pé em bico de ave de rapina, cuja polpa, calçada de camurça preta, parecia transsudar uma luz rosada a-través da malha de sêda da meia. Só verdadeiramente dei por que o meu amigo X. estava ao pé de mim, quando êle começou a falar-me

de Maria Júlia (*Carriça* era, apenas, um nome de guerra) e a contar-me as singularidades dessa encantadora rapariga, conhecida lá fóra em muitos hotéis da Europa. Era, com efeito, uma tricana, nascida na Couraça de Lisbôa, filha de um carpinteiro alcoólico, e perdida aos quinze anos pelo primeiro estudante que (no delicioso eufemismo de *Miss Rosemary*) teve fôrça para lhe pegar ao colo. A sua frescura de flôr viveu «*ce qui vivent les roses, l'espace d'un matin*»; mas deixou em seu lugar uma beleza inteligente, uma graça mórbida, uma perturbadora melancolia, umas olheiras roxas que lhe augmentavam o tamanho dos olhos e que lhe espalhavam por tôda a face essa vaga penumbra quente e doirada que é, aos trinta anos, o maior encanto das portuguesas. Foi então que o Visconde de V. se apaixonou por ela e a trouxe para Lisbôa, educando-a, civilizando-a, dando-lhe professores, modificando-lhe os hábitos, conseguindo tudo da *Carriça* — menos arrancar-lhe o chaile e o lenço. «Não sei andar», «não fico bonita», «não sou eu», — e os vestidos que êle mandava vir de Paris, Redfern, Paquin, iam para o fundo dos armários, ou vendiam-se para comprar chailes finos de merino, de sêda, com grandes franjas, em que ela se envolvia voluptuosamente, colando-os às espáduas, re-

tesando-os nos cotovelos, deixando-os colear, escorrer sôbre a anca, com a graça ligeira duma tanagra. Nem a promessa duma viagem ao estrangeiro, nem a impossibilidade—que ela própria reconhecia—de acompanhar de chaile e lenço, a-través da Europa, o elegante Visconde de V., a demoveram da sua intransigência. Era tricana,—queria morrer tricana. Se algum orgulho existia na sua desinteressada simplicidade, era o de ser a primeira entre tôdas as que tinham nascido tricanas como ela. O Visconde já estava resolvido a levá-la assim mesmo à Suissa, onde ia confiar ao dr. Combe os seus cincoenta anos de intoxicado, de artério-escleroso e de *noceur*,—quando morreu de repente, uma noite, dizem que nos braços de Maria Júlia. A *Carriça* encontrou-se na posse duma pequena fortuna, e foi viajar sòzinha. Houve quem a visse em Madrid, no *Ritz*—no aristocrático *Ritz*!—vestida de tricana, a jantar ao lado dum inglês de casaca, *m'enfichista* e grave, que quis casar com ela e que lhe comprou, em Londres, as melhores pérolas do Mappin. O meu próprio amigo X., que me contava estas coisas, encontrara-a em Nice, no jardim do *Splendid-Hotel*, embrulhada no seu chaile preto, admiravelmente calçada, umas fivelas de brilhantes nos sapatos, con-

versando e fumando.—«Trago o meu chaile como os turcos trazem o seu fez», — dizia ela a alguns portugueses que se permitiam censurá-la. Uns, julgavam-na polaca; outros, espanhola; um russo, o Conde Salavioff, chamava-lhe *la maja*; poucos sabiam que ela era portuguesa. Quando rebentou a guerra, voltou para Portugal. Viveu algum tempo num *chalet* do Estoril, sôbre o oceano; falou-se muito num rapaz que se suicidou, por causa dela, num quarto do Hotel do Porto; em seguida, a *Carriça* desapareceu,— e só há meses tornou a ser vista em Lisbôa, onde comprou ao Conde de ***, irremediavelmente arruinado, a *demi-fortune* e a soberba parelha de éguas inglesas que a tinham trazido naquela tarde, ainda vestida de tricana, ao chá do *Rendez-vous*.

— Eu conheço-a. Quer você que lha apresente? — perguntou o meu amigo, enchendo a bôca de creme, ofuscante no seu veston de xadrez branco e preto.

Disse-lhe que não. O homem tem, entre outros instintos, o de adivinhar, a distância, as mulheres que podem ser-lhe funestas. Daí a pouco, levantámo-nos para sair. O sol inundava a sala, fazia scintilar as faianças e os cristais. Na sua pequena mesa, a *Carriça*, de perna traçada, levantando a chícara nos

mais maravilhosos dedos que eu tenho visto, bebia ainda o seu chá. Quando passei junto dela, quási sem a olhar, senti a vaga impressão de vertigem de quem passa à beira dum abismo.

O POVO

Há doze horas que os canhões troam. Há doze horas que Lisbôa vive na angústia, na incerteza, no horror da guerra civil. Um forte núcleo de tropas da guarnição, com vinte e oito bôcas de fogo e tôda a cavalaria dos quartéis, ganhou a cumeada áspera de Monsanto, arvorou num poste da telegrafia sem fios a bandeira azul e branca, e, sob o comando de chefes monárquicos, está bombardeando a cidade. Depois do Porto, de Braga, de Vizeu, de todo o norte, ateado nas labaredas da revolução,—chegou a vez de Lisbôa, da heróica e desgraçada Lisbôa, sobre cujas sete colinas doiradas de sol, há oito anos que silvam e rebentam as balas e as granadas. É o inevitável salto das fôrças realistas, organizadas e avigoradas sob o misticismo político de Sidónio Pais. Êste matemático idealista que parecia desconhe-

cer o valor dos coeficientes morais, e para quem os homens, os sentimentos, as paixões, os caractéres eram simples abstracções no desenvolvimento frio dum cálculo, — quis realizar o absurdo político de salvar a república pelo extermínio dos partidos republicanos, armando contra êles as fôrças monárquicas, que passaram a constituir o mais forte apoio da sua ditadura consular. Tudo a sua imprevidente bôa fé colocou nas mãos dos realistas: os comandos militares, os altos cargos administrativos, as situações políticas preponderantes. Os ministros, na sua maior parte monárquicos, invocavam os elevados interêsses da república para perseguir os republicanos. Com medo do terror vermelho, caíu-se no terror branco. Não havia govêrno: havia um paradoxo. E êsse paradoxo vivia — à sombra da popularidade imensa de Sidónio Pais, que não representava uma obra, que não significava sequér uma idéa, que era apenas um homem, — mas um homem como D. Sebastião, como D. Miguel, aureolado pelo prestígio que em todos os países latinos e, sôbre-tudo, em Portugal, tiveram sempre os soberanos moços, belos, cavalheirescos e valentes. Morto êle, desaparecida a fôrça que mantinha o equilíbrio dessa situação perigosa e contra-

ditória,—os realistas do governo, da administração, dos comandos militares consideraram-se na plena posse da sua liberdade de acção, puzeram abertamente ao serviço da monarquia as armas que Sidónio Pais lhes confiara,—e é êsse trágico, êsse lamentável equívoco duma república sem republicanos, duma situação monárquica sem monarquia, que se está desfazendo agora sôbre as nossas cabeças, nesta dolorosa jornada de 23 de janeiro, em fumo, em sangue, em devastação, em morte. Pela quarta vez em oito anos, como o elegante Fabre d'Eglantine,—*«j'ai l'honneur de vous saluer, madame la Revolution!»*

Atravesso o Rocio. São 8 horas da noite. Tôda a gente, ouvindo troar os canhões, suporia deserta a velha praça pombalina. Engano. Encontro-a negra, rumorejante, coalhada de povo. A «cidade-sem-mêdo» não receia já as balas e as granadas. Todos perguntam, uns aos outros, de que fôrças disporá o govêrno para bater a guarnição militar que se fortificou em Monsanto. Velhos republicanos, com a angústia a fuzilar-lhe nos olhos, inquirem da situação das tropas fiéis. Sabe-se que infantaria 5 e 16, hesitantes, não saem do quartel. As tropas da província, esperadas com anciedade, ainda não

chegaram. O batalhão de marinha—a heroica marinha das revoluções—aguarda forças do exército para se juntar a elas. Ninguém conta com o governo, constituído em parte por elementos impostos pelas juntas monárquicas do norte. Alarmada, a consciência republicana da cidade vacila. Quem marchará, naquela hora suprema, contra os monárquicos revoltados? Quem irá, sob a metralha, arrancar a bandeira azul que tremula em Monsanto? Quem salvará a república? Em volta de mim, ouço dizer que os realistas, vitoriosos sem combate, vêm já descendo sobre Lisboa. Começa a esboçar-se na multidão um movimento de pânico. Caminho até junto do *Avenida Palace*, onde um foco eléctrico esplende, na humidade da noite. Nisto, das bandas do Terreiro do Paço chega um ruído cavo de tambores. Emfim! Emfim! Todos se voltam, numa interrogação ansiosa. Há gente que corre, que se atropela para ir vêr. São, decerto, as primeiras forças do exército que marcham contra os realistas. Talvez o 33, do Castelo; talvez o batalhão de marinha. Abrem-se, jorrando luz, as janelas de todos os prédios; cabeças inquietas assomam; para os lados da Avenida, na escuridão, ouve-se o crepitar da fuzilaria. Pobre Lisboa, como o teu coração de mármore

palpita humanamente, confrangidamente, no horror desta guerra de irmãos! O rufo dos tambores aproxima-se. Estrugem os vivas à república. Como um rastilho, a notícia corre, de bôca em bôca:—«É o povo armado! É o povo armado!» Sinto a alma da multidão latejar à minha volta. Uma onda de entusiasmo galga, cresce, inunda aquela formidável massa humana que rompe em uivos, em gritos, em berros de aclamação. É o povo que vem? A república está salva! E então, no meio da chusma, eu assisto, vibrando de comoção, a um dos mais nobres espectáculos da minha vida. Setecentos, oitocentos populares, equipados, armados, risonhos, esplêndidos de bravura e de fé republicana, homens feitos, velhos encanecidos, crianças imberbes, passam marchando, tambores à frente, em colunas de pelotões, para o assalto de Monsanto. Comandam-nos sargentos, cabos do exército e da marinha. Alguns vão descalços. Outros, em mangas de camisa, trigueiros, curtidos do sol, parecem não sentir o frio cortante da noite. As baionetas lampejam nas armas. Os cartuchos ferrolham, sacudidos nas patronas. Um garoto, com um barrete vermelho enterrado até às orelhas, leva a bandeira, chorando de orgulho. Mulheres, de chailes pretos pela cabeça, mar-

cham ao lado do povo que se armou. Por momentos, tenho a impressão dum quadro da Revolução Francesa. É a canalha heroica, fiel e resplandecente, que vai submeter a tropa revoltada. É um ideal, que avança. É uma convicção, que marcha. Á passagem dêsse improvisado batalhão de maltrapilhos, tôdas as cabeças se descobrem, ouvem-se soluços, há lágrimas em todos os olhos. Um oficial da missão francesa, que desce do *Palace* para os vêr melhor, grita, trémulo de comoção, agitando o boné: — «*Oh, les gosses, les braves gosses!*» As palmas rebôam. Canta-se a «Portuguesa». Todos se abraçam na rua. E enquanto o batalhão ségue, Avenida acima, as armas ao ombro, o peito às balas, — eu repito as palavras eternas que, em 1846, Passos Manoel escreveu àcêrca do povo de Lisbôa:

— «Povo admirável, tu não tiveste, não tens, nem terás modêlo sôbre a terra!»

ARTE DE ENGANAR MULHERES

—Que título põe então ao seu diário? — perguntei eu.

Madame ***, uma loira admirável de trinta anos, assentou-se melhor no seu cantinho cheio de almofadas cinzentas em todos os tons, e respondeu-me, folheando um espesso manuscrito:

— *Estudos sôbre a psicologia de meu marido.* Acha bem?

Achei excelente, pedi licença para acender um cigarro, e ouvi, entre outras, esta curiosa página:

«Meu marido beijou-me hoje muito os braços, e olhou-me com uma expressão de ternura que não é habitual nele. Quer isto dizer que, ou ma pregou, ou está para ma pregar. Eu não sei se todos os maridos serão assim, — porque não conheço, felizmente, se-

não o meu. Mas os homens parecem-se tanto — pelo menos, os homens bem educados — que não é de crêr que o António me engane duma maneira diferente dos outros. Ora, eu tenho notado — e já a pobre *Gab* me disse o mesmo do marido dela — que o António, quando começa a andar doido com outra mulher, é dum carinho, duma meiguice para mim que estão em absoluto contraste com a sua frieza habitual. Simples dissimulação, para desviar as minhas suspeitas e entreter o meu espírito? A princípio, pareceu-me que sim; hoje, estou convencida do contrário. A sua ternura é verdadeira; os seus olhos humedecem-se; os seus beijos escaldam; — a nossa fina sensibilidade de mulheres conhece bem a comoção dêsses momentos para que não possa duvidar da sua sinceridade. E, entretanto, é precisamente quando me engana que êle me beija melhor. Porquê? O que se passa na sua alma, no profundo mistério da sua sensualidade de homem, que o leva à contradição de parecer querer-me mais, exactamente quando me atraçôa? Os homens são uns monstros, e não vale a pena perder tempo a analisar o que há de hediondo nos seus sentimentos. Mas lembro-me sempre de que a minha filha — «*quand elle aura vingt ans*» — pode, na leitura do meu

triste diário, aprender a conhecê-los melhor do que eu os conhecia quando me casei, e isso anima-me a olhar com mais curiosidade para o fundo dêsse abismo, que é o coração do meu marido. Não é crível que semelhante excesso de ternura por mim durante as suas crises de volubilidade amorosa provenha de qualquer movimento de piedade, que o meu orgulho de mulher repeliria. Ainda me sinto muito nova e em muito boas relações com os espelhos do meu quarto, para me convencer de que os beijos do meu marido podem alguma vez traduzir um sentimento de dó. Não. Trata-se — ai de mim! — de sentimentos mais complicados, que o António, na sua já longa série de infidelidades, me tem dado tempo para analisar. Quando meu marido começa a andar perturbado por qualquer mulher, eu sinto-o logo. São em geral impressões superficiais, mais epiderme do que alma; e, como quási sempre sucede com todos os sensuais e todos os artistas, o que o perturba, de ordinário, não é a pessoa de determinada mulher, é um pormenor impessoal da beleza dessa mulher, um pescoço bonito, umas mãos inteligentes, uns braços bem feitos — e eu sei imediatamente o que o perturbou, porque é isso que êle procura logo em mim com um nervosismo e uma emoção

pouco vulgares nele. Nunca me esquecerei de que a primeira vez que meu marido me beijou nas costas com paixão, foi na noite em que a Mary, que tem uns lindos ombros, passou por nossa casa, decotada, para o baile da legação de França. No dia seguinte agradei-lhe — «obrigada, Mary!» — e ela nunca soube porquê. Quando se tem a felicidade ou a desgraça de se ser bonita (eu posso dizê-lo, porque ninguém me ouve), estas fantasias dos nossos maridos metem-nos pouco medo. Às vezes, porém, lá vêm uns olhos pretos, uma pele morena, impressões vivas e fortes que eu não lhe posso dar porque tive a imprevidência de nascer loira e não estou, francamente, disposta a tomar os banhos de iodo que me aconselha o meu cabeleireiro; lá vem uma voz bonita — a voz das mulheres é às vezes tão perigosa! —; lá vêm as tentadoras, as horríveis mulheres pequenas, que eu detesto de toda a minha alma porque sou grande, e de que os homens parecem gostar tanto depois dos quarenta anos. Então, a crise é mais séria, porque eu não posso apagar o fogo que a minha rival acendeu. O António, sempre *gauche*, sempre infeliz nas suas conquistas, começa a andar apreensivo, distraído, inquieto, a fumar demais, a roer nervosamente as unhas,

e eu sei logo quem é a mulher que o preocupa, porque meu marido — como são pouco inteligentes os homens apaixonados! — não faz senão falar-me nela a propósito de tudo. Mas, quando chegam estas crises graves, êle, de ordinário frio, torna-se terno para mim. Quanto mais perturbado está no seu desvario amoroso, quanto mais sofre — pobre criança grande que viu uma boneca e quer saber como ela é feita por dentro! — mais me procura, melhor parece sentir-se ao meu lado, mais meu o tenho. Habitou-se tanto, a-pesar do seu feitio sêco, a confiar-me todos os segredos e tôdas as emoções da sua vida, a minha intimidade tornou-se tanto para êle um refúgio moral, que muitas vezes lhe leio nos olhos uma vontade imensa de fazer-me as suas confidências, de dizer-me tudo, de confessar-me tudo, as suas infidelidades, as suas loucuras, os seus sucessos junto das mulheres. O meu velho tio Marquês, que não dizia senão inconveniências, teve certa noite, diante de mim, uma frase que eu não compreendi bem. «As mulheres só se entregam com verdadeira paixão aos homens a quem enganam.» Eu creio que isto não será verdade para nós; mas é com certeza verdade para os nossos maridos. Se eu chego ao absurdo de gostar mais do An-

tónio, de o achar «mais meu marido», precisamente quando êle me é mais infiel! Esta manhã, ninguém calcula a sofreguidão, a ternura com que êle me beijou os braços. Oh, meu Deus! Quem será a minha amiga que tem os braços bonitos?»

SAGRES

Foi com viva comoção que eu parti de Lagos, numa destas tardes de maio, a caminho da Villa-do-Infante. Ia finalmente conhecer a velha Sagres, ponta de rocha descarnada e abrupta onde germinou o fecundo pensamento que nos séculos xv e xvi fez grande Portugal.

O automóvel, percorrendo as últimas vielas da cidade, entrou nesse vasto pomar, nessa maravilhosa «horta» que é todo o litoral algarvio desde Lagos até ao cabo de S. Vicente. Terra argilosa, vermelha, húmida das últimas chuvas, quási copada de arvoredo,—de laranjeiras redondinhas dum verde viçoso, de alfarrobeiras tristes, de romanzeiras rebentadas de flôr, de amendoeiras delicadíssimas com as pernadas bolindo pesadas de amêndoas, de nespereiras africanas, de oliveiras pulverulentas, de figueiras anãs,

derramadas, acocoradas, rampantes, rastejando a coma no barro macio do chão. O primeiro lugar que se encontra, pertencente à alcaidaria e correição de Lagos, é o de Espiche, tracto áspero onde começa a acariciar-nos o aroma adocicado e resinoso das estevas. Um campo de papoulas, como um grande tapete encarnado, estende-se ondulando para o norte, varejado do vento que, ora o arrepia, ora o aveluda em tons ricos de paramento de igreja. Quando, daí a pouco, passamos por Almádena, outro povo de nome árabe — *almádena* era a tôrre das mesquitas — dois guinchos pardos cortam vôo sôbre o casarío branco, no cobalto vivo do céu. Começam então os grandes figueirais alinhados, arruados, esparramados, árvores sem tronco, agachadas como galinhas no chôco, onde o figo vem a sazonar, a amadurecer, a pingar, leitoso e quente do sol. Um povoado alveja: é a Figueira. Á mão esquerda, o oceano acompanha-nos, adivinha-se nos almarjões pedregosos a costa próxima, — a surpreendente, a doirada costa algarvia, escarpada de rochas, aberta de furnas, cortada de estratos vermelhos de schistos, verdoenga, chispante, metálica, rebentando penedos pelo mar dentro. Ao passarmos na Vila do Bispo, homens e mulheres dançavam ao som de

harmónicas, numa sameiça soalheira, cantando. Daí por diante, a estrada leva-nos numa linha recta a Sagres. O arvoredado desaparece; a paisagem torna-se árida; das fendas da rocha rompem zimbros, carrascais, tojo cheiroso, moitas duma urze copada e dura de que o povo se serve para filtrar a água das cisternas. Sobe-se ainda uma ondulação de terreno, sempre na recta da estrada, e, ao atingí-la, avista-se enfim, atarracada, negra, recortada na crosta de oiro do céu, a mole filipina da cidadela de Sagres. Insensivelmente, levei a mão ao chapéu e descobri-me. Dir-se-ia que na própria atmosfera refulgiam cinco séculos de história. O nosso automóvel ia entrar na Vila-do-Infante.

Ah, meus amigos! É inútil procurar hoje, nesse imenso penhasco solitário, ericado de cardos e minado pelo mar, alguma coisa que lembre a grandeza do seu passado histórico. O bombardeamento do almirante Drake, em 1587; o terramoto de 1755; e, peor ainda, o furor com que temos destruído todos os padrões da nacionalidade e da raça, não nos deixaram de pé senão algumas duvidosas ruínas da *Terça Nabal* de D. Henrique. A pequena ermida da praça, construída com restos de cantaria da matriz incendiada no século XVI, e em cuja porta se vê um dintel da

Renascença, não é já do tempo do Infante-navegador. Um paredão de muralha antiga foi demolido para se construírem casas de habitação do pessoal do posto semafórico. Os contrafortes das extintas baterias são obra da arquitectura militar do século xvii. Restam, a meio dos fraguados do promontório, quatro paredes amparadas a fortes botaréis, para que dá acesso uma porta aberta em arco de volta perfeita com aduelas de bárbaro granito algarvio, talvez restos do paço de D. Henrique, mais tarde convertidos em cavalaria; para sudoeste, outra ruína onde Major supõe que foi o observatório do Infante, e—porque não?—a casa de micer Jácomo de Malhorca, seu cosmógrafo; por último, vestígios razos de velhas construções para sueste, entestando com o mar, decerto ruínas do castro primitivo a cujos adarves subiu outrora, olhando a imensidade do oceano, aquela sombria figura de místico espanhol, terminante e taciturna, perpetuada para nossa glória no políptico de Nuno Gonçalves e na iluminura do códice de Azurara. Quer dizer: pouco mais resta do que a rocha; mas essa rocha, duas vezes sagrada, é ainda bastante para, pelo poder maravilhoso da evocação, fazer surgir a cada passo, diante dos nossos olhos, a face vincada e dura, o

chapéu amantado de Borgonha, a samarra larga de chardes rôxo do super-homem que (lá estão, a afirmá-lo, as palavras da relação de Diogo Gomes!) teve a previsão genial, não apenas da circumnavegabilidade da África, mas da existência de terra firme para oeste, e, por conseguinte, do continente americano. Sentímo-lo mover-se, respirar, palpitar ainda em volta de nós, como se o seu espírito se houvesse transfundido na atmosfera coruscante, na paisagem árida, no fraguedo bravo e hirsurto, no espumante sal-seiro que a tempestade quebra de encontro às costas da Balieira e de Beliche. As imagens que a sua memória acorda revivem na alma das coisas que nos rodeiam. Vemos lá baixo, nas taracenas, à luz vermelha de archotes, erguerem-se carcassas descarnadas de caravelas; ouvimos a faina dos carpinteiros, dos estrinqueiros, dos calafates, dos breadores; sentimos arfar, pojar, ranger nas vêrgas os latinòs brancos de Gil Eannes, de Dinís Dias, de Nuno Tristão; passa ao nosso lado, na sua opa genovesa, a figura adunca de Cadamosto; agora, são as rosas de Santa-Maria que cáem, viçosas e frescas, aos pés do Infante; logo, é o cartógrafo mestre Pedro que nos aparece, sentado no seu arquibanco, diante de folhas de oiro e de tijelas de mí-

nio, copiando os portulanos trazidos de Veneza; levas de escravos negros alastram, como rebanhos, na terra escalvada; todo o ruído, tôda a confusão, todo o sonho da Sagres do século xv, comercial e erudita, náutica e guerreira, surge à nossa volta, rodeia-nos, envolve-nos, tumultúa numa babél de vozes — alemães, italianos, flamengos, árabes, maiorquinos —, resplandece numa scintilação de armas, de jaques, de marlotas, de algerevias, de cruzes procissionais, de pálios doirados, de barretes multicores — multidão gloriosa que eu naquela hora de epopéa evoquei, de pé sôbre as ruínas do observatório do Infante-navegador, interrogando o mar como êle o interrogava, anciosamente, até à linha azul, brumosa e longínqua do horizonte...

Mas, ai de mim, ai de nós! O rochedo de Sagres é ainda o mesmo; o oceano é que já é outro. A terra ainda palpita da nossa glória; o mar, porém, já nos não conhece. Nada ficou das caravelas de Gil Eanes, que pojavam, sôbre a babugem de prata das ondas, os seus latinos brancos e triangulares. Agora, são os paquetes ingleses que passam, majestosos, serenos, fazendo sinais para terra com as bandeiras... E o mar é dela, dessa mesma Inglaterra que nós, portugueses, fi-

zemos grande no século xvi, quando a realização do pensamento de D. Henrique transferiu das nações mediterrâneas para as atlânticas a hegemonia comercial da Europa.

A MARQUESA VELHA

A Marquesa de Távora, decapitada na manhã de 13 de janeiro de 1759 na praça de Belém, teria morrido inocente?

Quando li — já por duas ou três vezes — aquele antipático processo a que o autor das *Anecdotes du ministère du Marquis de Pombal* chama «uma quimera», concluí, no íntimo da minha consciência, pela inocência da Marquesa, — espécie de *Miss Cavel* do pombalismo, imolada aos ódios do primeiro ministro de D. José depois de saber que a sensualidade do monarca maculara o tálamo do seu próprio filho. Sempre me impressionou a nobreza de raça com que essa mulher superior afrontou o patíbulo, a serena altivez de grande dama com que ela caminhou para a morte. Nunca deixei de a considerar uma das mais virtuosas, das mais inculpadas vítimas daquele a quem a *Viradeira* impla-

cável havia de chamar um dia — «o grande leproso». Foi portanto com estranheza, quasi com um movimento de protesto, que, numa das últimas sessões da Academia, eu ouvi lêr algumas páginas das *Memórias* de William Wraxall, nosso hóspede em 1772, que se referem duma maneira inesperada à personalidade da velha Marquesa. A acreditar nas revelações dêste inglês cauteloso — e não há razão para lhe dar menos crédito a êle, do que a Dalrymple, a Beeckford, ou a Twiss — Leonor de Távora seria, não uma vítima inocente, mas uma criminosa vulgar.

Nos jardins do palácio dos Távoras, em Lisboa — um Le-Nôtre cheio de estátuas, de embrechados, de labirintos de buxo e de murta tosquiada — havia um pavilhão-de-verão, que comunicava com o corpo do edificio por uma extensa galeria de madeira. Era nesse pavilhão, no género da Sala-de-cortiça do Ramalhão, em Cintra, que a Marquesa — diz Wraxall — reünia à noite os conjurados, o Duque de Aveiro (que ela, no fundo da sua alma, detestava cordealmente), o marido, os filhos, os genros, o Álvares, o Policarpo, o José Miguel, os jesuitas João de Matos e João Alexandre, animando-os com a sua persuasiva eloquência e defendendo veementemente a idéa de fazer arcabuzar o rei, quando êle, na

sua berlinda guiada pelo sota-cocheiro Custódio, passasse ao Arco, de caminho para a Quinta-de-Cima, em Belém. Até aqui, isto provaria apenas que, ao contrário do que geralmente se supõe, D. Leonor de Távora conspirou, e que um acto violento contra a vida de D. José era considerado por ela, como, aliás, por quasi tôda a fidalguia lisboeta do meado do século XVIII, condição indispensável para a eficácia dum golpe de Estado. De resto, nada mais natural e mais humano do que a execração da Marquesa pelo homem que fizera a desonra do mais querido dos seus filhos, e que, com a sua passividade de *faitnéant*, o seu sorriso de imbecil e o seu beijo pendente de Habsburgo, autorizava o concussionário do contracto dos diamantes, o devedor do judeu Aguilar, o ladrão das pratas da Câmara de Lisbôa, o imundo Carvalho (títulos com que Martinho Oldemberg se permitia honrar o grande Marquês de Pombal) a pisar, sob os seus sapatos de fivela de prata, a nobreza vilipendiada e escarnecida. Nada disto, porém, — expressão de orgulho aristocrático e de amor materno nobremente sentido — diminuiria a figura moral de Leonor de Távora, se um verdadeiro crime, um crime hediondo, narrado por William Wraxall e ligado ainda à tentativa de regicídio

de Belêm, não marcasse, com um ferrete de ignomínia, a memória desta mulher ilustre.

O caso conta-se em poucas palavras.

Vivia no paço dos Távoras e na intimidade da Marquesa D. Leonor uma senhora nova, muito fidalga, muito pobre, e, ao que parece, duma grande beleza, que fôra recolhida por esmola e exercia o vago mistér de criada-grave. Numa das noites em que a Marquesa conspirava, altas-horas, rodeada dos seus sicários, a pobre rapariga viu luzes no pavilhão do jardim, e, movida da mais feminina das curiosidades, sem suspeitar sequér do que se tratava, aproximou-se, caminhando ao longo da galeria de madeira. A certa altura, um rumor confuso de vozes, entre as quais se percebia claramente a voz imperiosa e dura da Marquesa, fê-la estacar. Que se estaria passando ali, àquela hora? Acercou-se da porta, pé ante pé, a tremer na roupa de sêda branca que a envolvia; escutou uns segundos; as fontes latejavam-lhe com fôrça; ia para retirar-se, com mêdo de que a surpreendessem, — quando de repente a porta se abriu, e, diante da pobre rapariga, appareceu hirta, solene, majestosa, imperativa, D. Leonor de Távora.

—Que veio fazer aqui?

—Vi luzes acesas e vim vêr o que era, —

respondeu, trémula, a protegida dos marqueses, aconchegando ao seio nu a sua roupa-de-chambre.

— Então, ouviu a nossa conversa?

A desgraçada protestou que não, que nada ouvira; afirmou que, mal reconhecera a voz de sua excelência, se dispozera a retirar-se imediatamente; assim lho ordenava, de resto, o respeito que à senhora Marquesa devia. Leonor de Távora, cujos olhos fixos e perscrutadores brilhavam mais do que as minas que lhe tremiam nas orelhas, affectou uma certa calma, uma certa doçura de expressão perante as explicações da criada-grave; mas, desconfiada, astuta, inteligente, dispoz-se desde logo a obter ali mesmo, servindo-se de todos os ardís da dissimulação, a certeza indispensável à sua tranquillidade e à segurança dos seus planos de conjura tenebrosa. Com a benévola familiaridade dum desafo, caminhando com a pobre criatura ao longo da galeria, contou-lhe que acabara de ter uma scena violenta com o marido; que o Marquês se permitira contradizê-la, com uma impertinência quasi vizinha do insulto; que ela, Marquesa, ferida na sua dignidade de mulher, se vira obrigada a retirar-se da sala.

— Pois não é verdade que eu tive razão?

Não o ouviu desmentir-me, quando eu abri a porta?

— Ouvi, sim, minha senhora, — respondeu a outra, com a mais confiante das imprudências.

— Nesse caso, escutou o que nós dizíamos!

— Mas...

— Queira retirar-se.

Os passos incertos da aia tremeram no corredor. D. Leonor de Távora, cuja face se contraíra imperceptivelmente, voltou para o pavilhão iluminado. A reunião dos conjurados prosseguiu. Bateu a meia-noite em todos os sinos da Lisbôa pombalina. Na manhã seguinte — acrescenta Wraxall — o corpo da infeliz rapariga que tão imprudentemente costumava escutar às portas, foi encontrado numa das ruas da cidade, embrulhado num lençol, morno ainda, crivado de punhaladas e estendido numa poça de sangue. Uma matilha de cães vadios preparava-se para o devorar. Estava feita a justiça da Marquesa de Távora.

É isto verdade? É isto mentira? Teria o escrupuloso inglês sido iludido na sua boa fé? Repetiria êle uma grosseira história inventada pela *côterie* de Pombal? Ignoro-o. O certo é que, se Wraxall não escreveu um capítulo do *Rocambole*, a velha Marquesa de Távora mereceu o fim que teve.

O MORDOMO-MÓR

O Dr. ***, sifilógrafo distintíssimo e um dos mais considerados clínicos de Lisbôa, teve a gentileza de vizitar-me hoje. Conversámos muito tempo. A facilidade de palavra, a vivacidade natural, a elegância de espírito do meu eminente colega, que tão bem se harmonizam com a distinção da sua figura sólida e nobre — muito semelhante, no róseo da epiderme e no oiro fulvo da barba a certos retratos holandeses de Van der Helst — não me cativaram apenas: encantaram-me durante uma hora de íntimo convívio intelectual. Falámos de tudo, especialmente daquilo que podia interessar à sua especialidade clínica: — dos progressos da sifiligrafia; dos recentes estudos àcerca da acção do sêrum humano sôbre o *trepone-ma pallidum*; dos trabalhos de Noguchi, de Schereschewsky, de Mühlens; da técnica da

biópsia; das terapêuticas aracnoidéas, e, com vivo interêsse, das dificuldades, às vezes invencíveis, do psico-diagnóstico precoce da paralisia geral.

— Você conheceu o Conde de Ficalho? — perguntou-me o Dr. ***, num incidente de conversa.

— Muito bem.

— Pois fui eu que diagnostiquei, quando ainda ninguém a suspeitava, a paralisia geral de que êle morreu.

— Você?

— Vou dizer-lhe como.

Uma vaga poeira luminosa flutuava na sala, envolvia-nos, resplandecia, dava a um velho Arraiolos azul, pendurado na parede, a macieza dormente do veludo. O meu colega, folheando num gesto distraído a brochura que trazia na mão — *Über der diagnostische hernpunktion*, de Ascoli — evocou, em dois traços de uma justeza e de um pitoresco admiráveis, a figura varonil e grave, cheia de orgulho e de *morgue*, daquele que — conde entre os lentes e lente entre os condes — representara, na sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX, a suprema ostentação intelectual de uma aristocracia decadente.

— Como você sabe, o Conde de Ficalho

era uma criatura reservada, glacial, protocolar, pouco comunicativa, nada acessível, cheia de desdems olímpicos que a sua educação primorosa não conseguia dissimular, e dotada de uma insensibilidade, de uma gravidade preconceituosa, de um culto austero das hierarquias e das proporções, que imprimiam ao seu carácter, como à sua elegância *gant-jaune*, uma fisionomia acentuadamente britânica. Pois bem: êste homem que não sabia sorrir, que desconhecia a graça acolhedora da benevolência, que castigava num olhar duro as mais ligeiras aparências de intimidade indiscreta, êste Duque de Rutland, severo e formalista, que só com dificuldade dava aos próprios parentes a honra de os assentar à sua mesa, — encontrou-me um dia à saída do Paço das Necessidades, mandou parar a carruagem, abriu-me os braços num movimento de expansiva jovialidade, e risonho, acolhedor, afável, pediu-me que fôsse no dia imediato almoçar com êle. Tive por instantes a impressão, muito singular, de que estava falando a outro homem. Era a primeira vez — e conhecia-o havia trinta anos — que o Conde mordomo-mór me aparecia sob aquele aspecto. Na manhã seguinte, às 11 e meia, eu entrava pontualmente o portão do palácio dos Melos, ao Bairro-Alto, — e

imagine você o meu doloroso assombro quando vi o Conde de Ficalho assentar-se à mesa do almoço, de camisa mole, veston cinzento de viagem e uma grã-cruz pontifícia — não sei se a de S. Silvestre — a tiracolo. Desde êsse momento não me restou a mais ligeira dúvida: estava diante de um paralítico geral. Era a primeira manifestação, o sinal patognomónico precoce da psicologia paralítica, que acompanha as primeiras fases de transformação da personalidade, que aparece quando ainda vêm longe as desordens pupilares e disártricas, os tremores, os íctos, as parésias, e a que Dupré, no congresso de Amsterdam, chamou, numa expressão feliz, a «dissolução da autocrítica». Eu sabia que existia no passado do doente o treponema: aquele almôço era a triste confirmação de uma sentença de morte. Entretanto, o Conde de Ficalho continuava a frequentar o Paço e a Academia; a assistir às sessões do Conselho de Estado; ninguém acreditava que êle estivesse gravemente doente; atribuíam o enfraquecimento das suas faculdades a uma crise de neurastenia passageira,— e foi preciso que ocorressem factos claramente reveladores do estado de demência — um conto de réis dado ao criado-de-quarto, duas pérolas negras magníficas oferecidas a dois moços da

cavalaria — para que a família e os médicos se convencessem de que êsse grande espírito, mentor intelectual de uma sociedade em decomposição, vencido-da-vida que esgotara a taça de oiro de todos os prazeres e conhecera o segredo de tôdas as perturbadoras elegâncias, ia resvalando, a pouco e pouco, na sombra da loucura. O resto sabe-o, decerto, você. Levaram Ficalho a Paris para o fazer observar por Magnan. O velho mestre de Sant'Ana olhou-o, limitou-se a constatar a expressão de hebetude do doente, os tremores da língua e das mãos, e disse ao médico português que o acompanhava: — «O que peço à Providência é que, se algum dia eu chegar a semelhante estado, não me obriguem a fazer uma viagem como esta». No regresso, as crises de delírio tornaram-se freqüentes — o fabuloso, o hiperbólico delírio dos paralíticos gerais — e o Conde de Ficalho, atirado como um farrapo para um canto da *cabine*, gritava, repetia, babava-se: — «Não posso dar bailes, com êstes tectos que me mandou doirar o Figueiró!» Dir-se hia, na sua aflitiva grandeza, o fim trágico de Brummell. Apareceu ainda, num beija-mão do Paço, coberto de comendas e de grã-cruzes, erguendo a insígnia de mordomo-mór, a tremer, a arrastar-se, como um espectro. Pouco

depois, tudo acabava. Eu tinha feito, infelizmente, um diagnóstico exacto.

Despedimo-nos. Sôbre o tapete, uma grande mancha de sol flamejava. No último apêrto de mão, pensando ainda nessa grande figura a quem o destino reservou um fim tão desgraçado, recordámos ambos a dolorosa frase de M.^{elle} de Lespinasse:

—«*Qui est-ce qui est heureux? Des misérables*».

MARCELINO

Quando agora vi nas livrarias a nova edição do *Grande Amor*, lembrei-me de Marcelino Mesquita, morto ainda não há um ano e já tão injustamente esquecido.

Pouco tempo antes de morrer, falava-me êle, na *Portugal-Brasil*, assentado numa daquelas largas cadeiras de carvalho que parecem estalas de côro capitular, na mulher que inspirara o seu último livro de versos, tipo admirável de creoula que Carlos Reis desenhou, e que conseguiu acender naquele velho coração de marialva uma paixão dos vinte anos. — «Senti, como se sente latejar o sangue, que ela gostava de mim!» — dizia-me êle, na sua impressionante disártria, torcendo a pêra branca bipartida, com a face vermelha e opada de edemas brilhando, como barro vidrado, na penumbra dum grande feltro holandês. Eu olhava-o, cheio de ternura e de

compaixão por essa velhice gloriosa que procurava amparar-se na ilusão dum último amôr; pensava, como Vauvenargues, que *«le plus dangereux ridicule des vieilles personnes qui ont été aimables c'est d'oublier qu'elles ne le sont plus»*; e quando, à passagem dum vestido branco de mulher na luz doirada da tarde, o vi erguer-se, forte, esbelto, plebeu, tisonado do sol da lezíria, aprumado ainda como um campino ribatejano que tivesse posto na cabeça o chapéu negro de Franz Hals, disse comigo, seguindo-o com o olhar até que desapareceu, em largas passadas, entre a multidão: — «E daí, que admirava que ela o amasse?» Mas a doença minava implacavelmente aquela carcassa de d'Artagnan. O cancro que obrigara a amputar-lhe a língua e a extirpar-lhe os gânglios sub-maxilares, produziu uma metástase pulmonar; surgiram hemoptises terríveis; uma síncope cardíaca deu-lhe o golpe de misericórdia, — e o grande dramaturgo, orgulho do teatro português contemporâneo, figura audaciosa e viril que fazia lembrar certos tipos pintados por Pantoja de la Cruz, sessenta anos truculentos que começavam a ameaçar, na longa ossatura e no pêlo branco, a velhice de D. Quixote, caíu, na morte, como cáem as grandes árvores fulminadas, — redondamente. E — coisa curiosa! — no mesmo dia

em que Marcelino morreu, eu recebia um bilhete, escrito por mão desconhecida de mulher, pedindo-me, numa dolorosa exaltação, que obtivesse a devolução duma carta mandada para casa do grande morto, horas depois de lhe haverem fechado os olhos. Bemdito amor o das mulheres, que acompanha, na velhice e para além da própria morte, aqueles que um dia souberam encantar-lhes o coração e a fantasia!

*

* *

Há quasi sempre uma desconcertadora desarmonia entre o tipo físico dos escritores e a índole da sua obra. O risonho, o exuberante Paulo de Kock foi uma criatura aflitivamente triste; o másculo Benavente é um homem pequenino e delicado. Em Marcelino, pelo contrário, — a obra era o homem. O vigor da sua compleição está, inteiro, na sua literatura. O pitoresco da sua fisionomia transmitiu-se às suas criações. Em certos traços grosseiros da sua maneira literária adivinha-se, sente-se o ribatejano plebeu de Pontével. Tôdas as grandes figuras do teatro de Marcelino reflectem a sua bravura, a sua eloquência, a sua audácia pessoal. A predilecção pelos tipos impetuosos e violentos é a característica da sua

obra. O Conde de Avranches do *Regente*, o D. Dinís da *Leonor Teles*, o Miguel dos *Peraltas* são auto-retratos. *Envelhecer*, *Dôr Suprema*, a *Noite do Calvário* são páginas duma auto-biografia moral. Todo o seu teatro é áspero, sacudido, impressivo, vigoroso, desigual, às vezes rude como êle próprio. Mas — bárbaro como é — todo êle vibra, lateja, freme, resplandece de vida. Algumas das suas peças são verdadeiras descargas nervosas. Não lhe peçam idéas, emoção, delicadeza; tôda a sua obra é ímpeto, veemência, fragor, acção. Tinha o segrêdo de dominar o público pelas grandes sensações. Se arrastava a platéa, era um successo; se lhe dava tempo para reflectir, era um fracasso. Ainda recentemente êle me dizia, nervoso, roendo as unhas durante a primeira representação da *Phrynéa*: — «Isto, meu caro, ou nós cavalgamos o público, ou o público nos cavalga a nós!» Cada uma das suas peças foi uma grande batalha pacientemente preparada, durante as longas noites de inverno, na sua casa do Ribatejo. Ainda hoje muita gente considera Marcelino um expontâneo, um improvisador. Engano. A sua veemência, a sua fuga, a sua impetuosidade eram a obra laboriosa, bovaryana, torturada, de longos meses de trabalho. A lenda dos três actos dos *Peraltas e Sécias*, escritos em algumas semanas

sôbre o *Serão nas Picóas*, do Marquês de Rezende, e a dos cinco actos do *Regente*, improvisados em algumas noites sôbre uma página de Oliveira Martins, — não passam de *blagues* de café. O próprio Marcelino me confessou, durante uma sessão do Conselho de Instrução Pública, a única em que o vi, que os *Peraltas* e a *Margarida do Monte* — o seu diptico do século XVIII — tinham sido feitos por processos pacientes de incrustação, preparados efeito a efeito, frase a frase. Mas êsse trabalho de preparação, que noutros dramaturgos é um produto da aplicação fria de regras e de preceitos, — em Marcelino (*il s'en fichait* de Horácio e de Boileau!) era realizado a golpes de instinto, o mais assombroso instinto de teatro que eu tenho conhecido, *vis dramática* excepcional, só igualada hoje, que eu saiba, por Benavente na Espanha, só excedida, que eu saiba também, por Sem Benelli na Itália. Foi dêsse poder criador forte, tumultuoso, contundente, um pouco brutal, que o génio verbal de Fialho fingiu desdenhar sempre. — «E' um selvagem!» — gritava o mestre ofuscante dos *Ceifeiros*, falando-me um dia de Marcelino Mesquita. O antagonismo dêstes dois homens eminentes, que algumas vezes, diante de mim, se disseram coisas cruéis, provinha de qualquer deles reconhecer

no outro as qualidades que lhe faltavam. Fialho foi o esplendor da palavra; Marcelino o vigor da acção. Diferiam, — como a literatura difere da vida. Um, não sabia construír; o outro não sabia escrever. Os seus próprios tipos físicos eram opostos como as suas tendências intellectuais. Cada um deles sentia no outro um animal de raça diferente, — e muitas vezes pressenti em Fialho, pequeno e obeso, o desespêro inconfessado de não ter as espáduas atléticas e a estatura varonil de Marcelino. Ainda agora, entrando no *Martinho*, onde ambos viveram, conversaram, trabalharam, e onde tantas vezes o seu talento esfusiu, eu pensei na grande figura que teria passado nas letras portuguezas — se o acaso houvesse reunido num só escritor, no perfeito equilibrio que é a condição essencial do génio, as faculdades criadoras dum e a incomparável fulguração verbal do outro!

AS GARÇAS

O barqueiro que me levou, rio acima, da Praia da Rocha até Silves, contou-me, a propósito das garças reais que cruzam o vôo sôbre a morraça verde da margem, uma história curiosa.

Não sei se os meus leitores fizeram alguma vez êste passeio — um dos mais belos que nos proporciona o Algarve. Embarcámos no «cáis do Fialho», onde estava um lugre a carregar de sucata. O barqueiro aferrou um dos remos, eu o outro, e a canôa, ao favor da maré, fez a prôa a Portimão, e lá foi subindo o rio, que lampejava ao sol como uma grande chapa de vidro. Em frente, na margem esquerda, espreitava-nos o casarío branco de Ferragudo; e o velho castelo filipino de Arade, hoje residência do poeta Joaquim Coelho de Carvalho, meu confrade na Academia, recortava, de encontro à costa

doirada, o perfil negro dos seus contrafortes. Deviam ser dez horas, tinha havido peixe, e por tôda a parte as fábricas içavam as bandeiras chamando as mulheres para o trabalho. No salutar esforço de remar, os pulmões enchiam-se-me, até às mais profundas vesículas, do ar fresco e vivo da manhã. Minutos depois, passávamos diante das ruínas do convento ribeirinho de S. Francisco de Portimão, cujas paredes, ennegrecidas pelo incêndio e lambidas pela babugem de prata do rio, abrigam agora, ao cuidado dos cabaneiros do Fialho, rêdes, cabos, arpões e arrincas das armações de atum dos Cajados e dos Castelos. Daí a pouco, alcançávamos a vila, uma das mais movimentadas do Algarve, com as tôrres da matriz e o edifício setecentista do Colégio dominando a sua casaria coruscante; passávamos debaixo da ponte magnífica que liga Portimão à Mexilhoeirinha; avistávamos, para oeste, numa garganta de montes, as sineiras brancas de Estombar. Levantou-se vento. Um ligeiro cachão, arrepiando e encrespando o rio, obrigou-nos a caminhar encostados à margem, já eriçada agora de juncos e de morraçais verdes em cuja herva salgada apascoavam bois. Mais adiante, a chapoadada dos remos na água fez levantar da morraça revoadas de maçaricos espanta-

dos, gritando. Começámos a vêr surgir, nas lombas dos montes, fraguados abruptos de cujas fendas brotavam figueiras e estevas. Era a rocha a lembrar-nos que não estávamos muito longe da Foia e da Picota. Meia hora andada, tínhamos à mão esquerda uns penhascos abertos em caverna profunda — o lendário «buraco da velha das castanhas», entrada dum pretendido caminho subterrâneo para Monchique. Quando passámos, levantaram vôo dois corvos e um peneireiro, cujos remígios silvaram cortando o ar. O silêncio religioso da natureza era apenas perturbado pelo ranger dos toletes e pelo chofrar da água a vante da canôa. Uma arrancada mais, a bom pulso — e chegámos à Senhora do Rosário, ilhota que surge a meio do rio, a entestar com a foz do Odelouca, coroada das ruínas duma ermida românica, relíquia duma barra onde ainda há pouco tempo se viam as argolas de ferro que deram amarração, em 1189, às galés dos cruzados alemães. Dobrado um môrro de terra vermelha e barrenta, hirsuto de alfarrobeiras, entrámos no rio de Silves. Nessa altura, a paisagem perde talvez em majestade; mas ganha em fecunda e tranqüila beleza. O rio estreita em várzea; na margem esquerda, aparecem primeiro azenhas, depois hortas

cheias de romanzeiras floridas; brotam de novo, à flôr da água, as morraças e os juncos. Foi então que, à passagem da canôa, eu vi levantar-se duma moita mais alta uma ave enorme, cinzenta, cervilonga, de sancos possantes, que subiu a fêsto e pairou, alto, no oiro fluido da atmosfera.

— Uma garça real que anda ao peixe! — apontou o barqueiro, erguendo a sua forte cabeça onde borbulhava uma lanugem grisalha.

E depois, de sobrôlho franzido, os pés nus atirados, no arrancar do remo, de encontro à prancha do barco:

— Mau bicho! Quando está alguém doente e se ouve o grito da garça, é morte certa!

— Você acredita nisso, homem?

Êle olhou-me, encolheu os ombros, e contou a história inquietante do cabaneiro de S. Francisco. Havia dois anos, um pescador do arraial dos Cajados, Manuel Chicharro, velho «calhau» que já não servia para o mar, tinha sido feito cabaneiro — quer dizer, guarda do material das armações — e viera viver para as ruínas do convento de Portimão, à beira do rio. A única alma viva, dentro daquele casarão, era êle. Dormia na terrêa ladrilhada onde ficavam as antigas cozinhas dos frades, sôbre uma arca, com uma

escopeta de pederneira aperrada ao canto, por via dos ladrões. Um belo dia, o Manoel Chicharro, que já ia pelos setenta, adoeceu, entrou a inchar, e foi preciso vir do arraial um homem para o acompanhar de noite. Coube a sorte ao Romão José — o barqueiro que me estava contando o caso. Três dias tinha passado em S. Francisco, à beira do doente: ao quarto, o Manoel Chicharro desinchou, que era uma admiração vê-lo, deixou de arquejar tão forte, e conversou até de madrugada, à luz da candeia. De súbito, quando o Romão ia a pegar no sono, ouviu o grito estridente da garça. Eriçaram-se-lhe os cabelos, assentou-se na enxêrga, olhou para o lado: o companheiro estava morto.

— Mal a manhã clareou, patrão — concluiu êle, quando já Silves surgia dos montes, doirada de sol — agarrei na escopeta, saltei para a canôa, e assim Deus me salve como não ficou garça viva no rio!

UM HOMEM FELIZ

Ontem, à hora do chá, quando nos juntámos em volta do samovar de M.^{me} X—um samovar Império que serviu à Duquesa de Abrantes—o meu amigo Barradas, descalçando as suas luvas pretas, perguntou-nos com um ar pungente:

—Sabem vocês donde eu venho?

—Não.

—Do entêrro do pobre Chico Valdez.

—Quê? O Chico Valdez morreu?

—Matou-se.

—Mas êle era o homem mais feliz dêste mundo!

—Felicíssimo. Foi precisamente por isso que se matou.

Eu, que não conhecia o suicida, senão muito vagamente, julguei que o nosso impagável Barradas se tinha permitido fazer um paradoxo fácil. Mas em breve reconheci que

êle falava com convicção. Barradas assentou-se numa vasta *bergère* de tapeçaria, cruzou a perna, aspirou o perfume do chá, e disse-nos, gesticulando de maneira que nós víssemos bem as suas mãos de mulher cheias de anéis:

—Eu não sei se vocês conheceram bem o Chico Valdez. Era um belo rapaz, natureza fina e aristocrática, dotado dum poder de simpatia verdadeiramente impressionante. Em geral, estas criaturas muito simpáticas tenho notado que não são felizes. Até partir para Stockolmo, como secretário de legação, viveu sempre em Lisbôa com os pais, que o estre-meciam, e com uma irmã, que era doida por êle. Tinha uma vida calma de filho de família—eu conhecia-o já bem nesse tempo—e era tal a sua docilidade de carácter que, às vezes, dava-nos a impressão de que vivia inteiramente dominado pela irmã e pela mãe. Pouco antes de partir para a Suécia—talvez vocês se lembrem—o Chico esteve para casar. Falou-se muito nas suas relações com uma senhora de Buenos-Aires, M.^{me} Cabrera, aquela argentina de olhos admiráveis que vocês conhecem muito bem, e que ainda há pouco tempo vi, coberta de joias, numa frisa de S. Carlos. M.^{me} Cabrera tinha acabado de enviuar de um negociante do Porto e

viera habitar, com muitos criados e muitos cães, o seu palácio da Junqueira. Mas parece que o casamento não agradava à família dele; o pobre rapaz, que não podia resistir à vontade da mãe, adiou-o para a sua volta a Portugal; esteve um ano em Stockolmo; foi depois para Berlim; de Berlim, como encarregado de negócios, para Tokio; de Tokio para Roma, — e M.^{me} Cabrera, considerada por tôda a gente como a noiva crónica do Chico Valdez, esperou, com uma fidelidade de portuguesa, o regresso do seu apaixonado eterno. Entretanto, o riquíssimo Valdez-pai, implacável amador de rosas, morria dum ataque de coração. A viúva e a filha, ambas demasiado autoritárias para poderem entender-se bem, desavieram-se por motivos de partilhas e separaram-se como inimigas mortais. Quando o Chico Valdez, que estava junto do Quirinal como primeiro-secretário, foi promovido e chamado a Lisbôa, encontrou a mãe instalada numa casa, a irmã noutra, e ambas a solicitá-lo, a disputá-lo, a querê-lo para si. Perplexo, hesitante entre essas duas adorações, não querendo preferir a mãe à irmã, nem a irmã à mãe, o moço diplomata fugiu das duas, meteu-se no *Avenida-Palace*, depois no Estoril, resolvido finalmente a casar com M.^{me} Cabrera — a mais feliz das

três — que lhe caíu nos braços com tôda a sua paixão, todos os seus cães e tôdas as suas joias. Mas o Chico Valdez, verdadeiro *homme-à-femmes*, menos por vocação do que por fatalidade, muito mais conquistado, afinal, do que conquistador, tinha tido em Roma uma aventura séria com uma senhora da embaixada francesa, uma bela mulher, inteiramente desvairada, que se picava de cocaína e fazia literatura. Essa criatura — de que o Chico não tivera coragem para se despedir, porque lhe fazia mal aos nervos vêr chorar mulheres — mandou-lhe de Roma cartas sôbre cartas, e um belo dia fugiu ao marido e apareceu-lhe em Lisbôa. Vocês sabem: é a Condessa de Viélé-Maurel, que aí anda de chapéu de homem e de bengala. Num dado momento, o Chico Valdez viu-se rodeado de quatro mulheres que o adoravam, que procuravam cada uma delas dominá-lo, absorvê-lo, guardá-lo para si só, a mãe com a sua autoridade, a irmã com a sua ternura, a noiva com a sua paixão, a amante com o seu prestígio sensual — e não podendo ir viver com a mãe, porque a irmã não consentia, nem com a irmã, porque a mãe o reclamava, nem casar, porque tinha medo da amante, nem fazer vida comum com a amante por causa da noiva, êsse pobre rapaz idolatrado, estremecido,

disputado, afinal de contas feliz, começou a entristecer, a neurastenizar-se, a considerar sem solução o problema da sua vida. Não se tratava de interesses criados em volta dum homem; qualquer dessas quatro mulheres vivia numa situação de inteira independência material; do que se tratava era apenas dele, da pessoa dele, da posse dele, reclamada em nome de affectos que, a-pesar da sua natureza diferente, não deixavam de ser igualmente veementes e igualmente apaixonados. Outro homem, mais enérgico e menos pusilânime, teria resolvido, com a frieza e com a crueldade necessárias, essa crise sentimental. O Chico Valdez, não. Fraco, indeciso, bondoso, afligindo-se só com a idéa de fazer sofrer alguêm, foi contemporizando, adiando, tomando compromissos, complicando cada vez mais a sua situação moral em vez de a resolver. Prometeu à mãe que, no comêço do inverno, iria viver na sua companhia; ao mesmo tempo, animava a irmã a instalar-lhe aposentos, persuadindo-a de que viveriam juntos durante a sua permanência em Lisboa; e emquanto, por um lado, se comprometia com M.^{me} Cabrera, marcando-lhe prazo para o casamento, por outro, dominado pelos encantos um pouco perversos de M.^{me} Vié-lé-Maurel, mandava mobilar a sua casa de

Cintra, no caminho do Ramalhão, decidido a viver maritalmente com ela. Mas o pobre Chico Valdez era um rapaz de sentimentos delicados e nobres; a sua dignidade não podia deixar de sofrer com as situações que lhe criava a sua indesculpável fraqueza. O prazo dos compromissos expirou. Foi necessário tomar uma resolução. Esse homem adorado, vítima da sua própria simpatia, perseguido pela idolatria absorvente de quatro mulheres, não encontrou mais pretextos para protelar o cumprimento das suas promessas — e meteu uma bala na cabeça. Ora vejam vocês! Quando é tão difícil encontrar na vida um só affecto verdadeiro, o Chico Valdez realizou o prodígio de ser a criatura mais desgraçada dêste mundo — precisamente por ter a felicidade de ser adorado de mais!

NUN'ÁLVARES, SANTO

Quando, há meses, se leu nas igrejas a pastoral de Benedito XV beatificando Nun'Álvares, eu não pude ir vêr a imagem do santo exposta ao culto na capela da Ordem Terceira do Carmo. Só ontem lá fui, — e, com efeito, lá a vi. Não há dúvida de que Nun'Álvares, materialização suprema do génio guerreiro da raça, subiu aos altares. É meio caminho andado para que a Sagrada Congregação dos Ritos, *Mère Gigogne* de todos os santos, definitivamente o inscreva no cânon da Igreja. Chegou a hora dos guerreiros místicos e das espadas resplandecentes. Depois de Joana d'Arc, — tinha de ser Nun'Álvares.

Simplesmente, a imagem que collocaram no altar de S. Domingos, rodeada de luzes, circundada do halo de oiro da beatificação, não é já a do Condestabre cavaleiro, a do

«Nuno-madruga» dos Atoleiros e de Aljubarrota, com a sua cota negra, os seus braçais de ferro, o seu loudel de lã verde bordado de rosas, o timbre do seu bacinete inglês, onde chispou o sol das batalhas: é apenas a imagem dum *semi-frater* carmelita, do humilde frei Nuno de Nossa Senhora, com o seu tabardo de donato, o seu cercílio da Ordem, a decrepitude dos seus setenta anos, o seu tipo de fradinho ermitão perpetuado na tábua do mestre de S. Bento. Para servirem a agiografia, repudiaram a epopéa. Esqueceu-se deliberadamente a figura cavalheiresca, faiscante de armas, — para se pôr em foco a figura monástica, embrulhada no burel da penitência, sem grandeza e sem significação nacional. Enquanto eu olhava a imagem do santo, lembrei-me das palavras do illustre d'Alembert — o frio chancelér do Parnaso — quando alguê exaltou diante dele as virtudes de S. Vicente de Paula:

— Que quer, meu amigo? Prejudicaram a reputação dêsse excelente homem, canonicando-o!

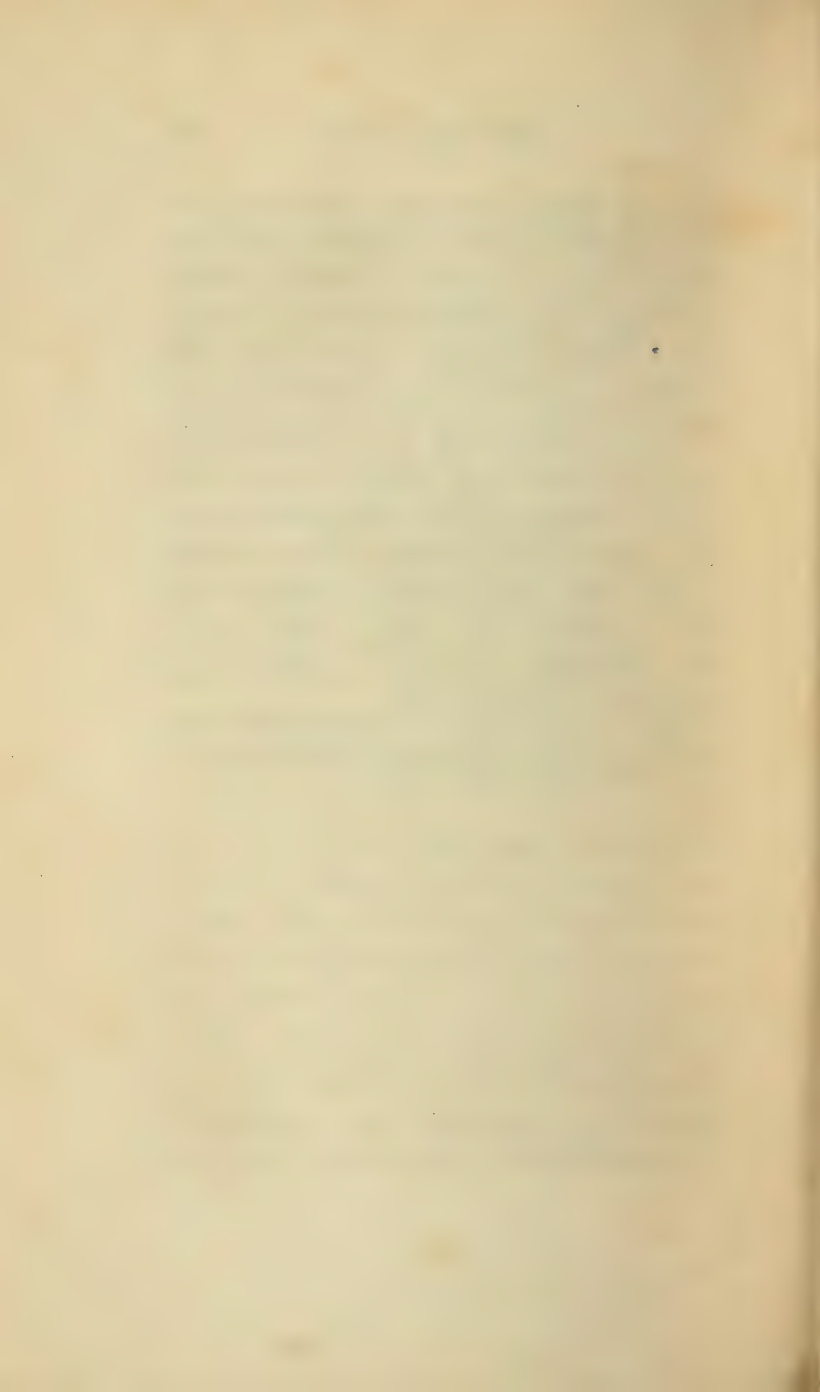
Dirão que não há beatificação capaz de diminuir a figura de Nun'Álvares; que ela será sempre formidável, — por mais que a Igreja a deforme e a comprima para a fazer caber nos seus moldes canónicos. Mas não

é bem assim. Quem, como eu, considera o Condestavel a mais viril expressão das virtudes guerreiras dos portugueses—um verdadeiro símbolo da pátria—tem justos motivos para recear que a veneração católica pelo santo prejudique o culto nacional pelo herói. Rezando a S. Nuno, frade humilde, tonto e velho—o povo português deixará pouco a pouco de sentir, de vêr, de ter nos olhos e na alma a representação épica e vivaz do Condestabre, irmão gémeo de Bayard e de Duguesclin, para a substituir por uma representação de renúncia, de senilidade, de decadência, por uma imagem de *Flos Sanctorum* que se confunde com as vinte dúzias de leigos carmelitas, mais ou menos loucos, mortos, por êsse Portugal fóra, em cheiro de santidade. O hábito de estamenha fará esquecer a armadura de ferro. A literatura enfadonha do milagre substituirá, na memória popular, as páginas guerreiras de Fernão Lopes. O altar devorará o santo. Porque, meus senhores, eu não sei de nada mais funesto para uma grande figura histórica, do que a intervenção dos agiógrafos—pintando ou escrevendo. O caso de Santo António é eloquente,—e todos nós sabemos em que figura de efebo, em que adolescente pateta e risonho o culto religioso tradicional conver-

teu o corpulento, o obeso, o trovejante Frei António de Lisbôa, um dos maiores oradores, um dos mais puros humanistas, um dos mais belos espíritos da primeira Renascença. O próprio S. Frei Gil de Santarêm, médico de Sancho II, arquiatra eminente que foi beber a sciência de Avicena e de Averroes às escolas árabes, e que trouxe para Portugal, com o capelo amarelo de Montpellier, a cultura européa do século XIII — transformaram-no os cronistas dominicanos (e, entre êles, Frei Luís de Souza) num fradinho feitiçeiro, espécie de Fra Bacon, de Fausto monástico que vendeu a alma ao diabo e a quem a Virgem salvou das chamas do inferno restituindo-lhe o documento da sua hipoteca espiritual. Com Santa Isabel succedeu o mesmo. A memória desta mulher superior, que realizou em Portugal, no princípio do século XIV, uma obra admirável de assistência pública, criando hospitais e gafarias, instituindo um orfelinato em Santarêm, um asilo para mulheres-perdidas em Tôrres Novas, inspirando a Frei Salvado Martins a fundação da primeira escola, e abastecendo os seus celeiros para os abrir largamente ao povo, — foi diminuída, foi verdadeiramente desacreditada pelos agiógrafos, que fizeram dela uma máquina absurda de milagres, al-

guns dos quais reproduzem, como o das rosas, episódios da vida da santa húngara homónima que nos aparece, mudando dinheiro em flôres, num tímpano doirado de Bruges. Com o andar do tempo, o mesmo descrédito atingirá o Condestavel. O guerreiro, o homem de assombroso génio militar, sugestivo e brilhante como um *condottiere* italiano, iluminado de fé como um heroi celta de Godofredo de Montmouth, cuja bravura espantou o mundo e cuja espada salvou Portugal, —essa figura máximamente representativa para o orgulho dum país e duma raça, —está condenada a morrer e a apagar-se no resplendor da canonização.

Dentro dum século — vê-lo há quem viver — S. Nuno terá assassinado Nun'Álvares.



A MUSA DO SONETO

Há tempo, alguém me procurou no Conservatório, antes da hora da minha aula, para me apresentar uma poetisa que ainda não tinha vinte anos: Virgínia Vitorino. É, de ordinário, com um mal dissimulado sentimento de desconfiança que eu aceito semelhantes apresentações, quasi sempre seguidas da má leitura de alguns péssimos versos. As poetisas que começam não possuem, em geral, senão um lindo sorriso, e^o diante dêsse sorriso, tantas vezes cheio de frescura e de graça, é muito desagradável ter de confessar que os versos não prestam. Nessa tarde, porém, eu encontrava-me em tão boa disposição de espírito, que não puz objecções ao pedido que me fizeram. Daí a pouco, entrava na sala do Conselho uma encantadora rapariga, alta, loira, branca, vestida com a distinção sóbria de certos tipos de inglesa, uma ga-

bardine, um chapéu preto de veludo, uns papéis na mão. Para quem, como nós todos, sofre da fadiga insuportável das trigueiras, estas figuras esbeltas e doiradas de *spinster* têm o encanto supremo da raridade. Olhei-a, interessado e curioso. Impressionou-me, desde logo, o carácter espiritual da sua beleza: a sua pele translúcida, em cuja polpa, fina como uma porcelana côr-de-rosa, se adivinhava um retículo azul de veias; os seus lábios delgados e inteligentes; a distinção das suas mãos sem joias; a expressão reflexiva e vagamente dolorosa do seu perfil, que fazia pensar em certas Vírgens flamengas de Van der Weyden.

— Queria que ouvisse os meus versos...

Sentámo-nos. Conversámos. Compreendi imediatamente que tinha diante de mim uma criatura superior. Não que ela pousasse em intelectual, como algumas *bas-bleu* que eu conheço; pelo contrário, desprendia-se de toda a sua pessoa um tão vivo perfume de inocência, de singeleza, de simplicidade, que muitas vezes julguei que estava falando a uma criança. Simplesmente, essa criança tinha talento; permitia-se o luxo de pensar e de possuir idéas próprias; dizia coisas inesperadas, com uma scentelha de observação e de imprevisto que tornava a sua conversa

deliciosa. A certa altura, cruzou a perna, desdobrou sobre o joelho um rôlo de papéis, e enquanto o seu pé nervoso, trémulo de comoção, trepidava no ar, leu, perante o meu assombro cada vez maior, uma série admirável de sonetos. A predilecção das nossas poetisas pelo soneto é muito interessante. Tôdas, ou quasi tôdas aquelas que marcam, estão dia a dia manifestando a sua preferência por esta sucinta fôrma poética nascida com os neo-platônicos de Florença e perpetuada, com próspera fortuna, a-través de tôdas as literaturas. Dir-se hia que o soneto se ajusta, como uma joia, à graça da sua feminilidade. Maria da Cunha, temperamento lírico de primeira grandeza, que soltou o seu derradeiro canto no Brasil, foi, acima de tudo, uma sonetista lapidar. Branca de Gonta, a filha ilustre de Tomás Ribeiro, alma romântica de 1860, é no soneto que atinge as suas expressões mais perfeitas. Maria de Carvalho, florentina magra, raciocinadora, masculina, que dá, no seu perfil cortante e enérgico, dum trigueiro metálico, a impressão estranha duma filha do Dante, tem publicado sonetos — que são obras-primas. O mesmo sucede com *Azul*, boneca de Sèvres cujo ideal seria dormir no leito da Imperatriz Josefina, improvisadora brilhante que vive entre os quatorze versos dum so-

neto e os quatorze espelhos do seu gabinete Império; com Domitília de Carvalho, doutora em medicina, poetisa de ingénua e dôce espiritualidade; com tôdas as outras, enfim, Musas mais ou menos saídas do leque de rendas da Condessa de Oeynhausen, para quem a arte poética só tem fórmãs subteis, breves, minúsculas, capazes de caber num saco de mão, num frasco de essência ou numa caixa de pó-de-arroz. Virgínia Vitorino — ou ela não fôsse tão perturbadoramente mulher! — appareceu-me sonetista também. Mas, nela, o sentimento do verso é diferente; a alma é outra; não há nas suas composições a amplitude lírica, o romantismo exaltado e ardente de Branca; não se adivinha o labor de cinzel dessa maravilhosa e querida Maria da Cunha, parnasiana à maneira de Gautier; não se encontra a profundidade de pensamento, a precisão de raciocínio que caracterizam Maria de Carvalho: mas que delicada emoção, que aparente facilidade, que graça natural, que subtileza de ironia, que transparência e que nitidez de expressão, que ternura tão tocante e tão portuguesa nesses sonetos que ora riem, ora choram, ora murmuram, ora cantam, e onde a idéa corre, luminosa e fluida como um veio de água em que brilha-se um perpétuo raio de sol! Eu

ouvia Virgínia dizer os seus versos, e tinha a impressão de que ela os estava conversando. Não se percebia o menor esforço de composição, a mínima concessão às imposições da rima,—e Deus sabe quantas nós temos que fazer nesse difícil *puzzle* que é o soneto. Cada palavra estava no seu lugar próprio; cada frase era indispensável ao desenvolvimento da idéa; cada quarteto, encerrando, por si só, um conceito completo, era a preparação necessária do conceito geral. Dir-se hia, perante semelhante aparência de espontaneidade, que, por um automatismo peculiar aos verdadeiros poetas, o pensamento lhe brotava já metódicamente disposto nos quatorze versos dum soneto petrarquiano. Eram, na maior parte, questões de psicologia amorosa, a habitual *marivaudage* dos paradoxos sentimentais, com léguas de dialéctica sôbre uma folha de rosa,—no fundo mais virtuosismo do que sentimento, porque essa gentilíssima rapariga, tão infantil, tão calma, com uns olhos tranqüilos de criança quasi azúis à luz, não podia conhecer, senão de cór, as grandes tempestades do amor e da paixão. Mas como êsses pequenos nada eram ditos, com que justeza de valores, com que sagacidade de observação, com que agudeza de instinto, em versos duma limpidez, duma

cristalinidade, duma feminilidade, duma inocência lírica, que lembravam os melhores momentos de Rosemonde Gérard! Quando Virgínia terminou a sua leitura, um pouco còrada, a mão branca de inglesa a tremer sôbre o papel, confusa de ter dito em verso coisas que seria incapaz de dizer em prosa, eu não pude deixar de pensar comigo:

— Que extraordinária poetisa, no dia em que amar pela primeira vez!

Passaram-se três anos. Não sei se o seu pequeno coração se abriu já a algum sentimento mais humano e mais profundo. Sei apenas que, de então para cá, Virgínia Victorino se afirmou, em dezenas de sonetos publicados nos jornais, um dos maiores espíritos de mulher que têm honrado a poesia portuguesa. As suas composições, na maior parte de índole amorosa, acusam já uma forte individualidade. Mesmo que ela as não assinasse, eu reconhecê-las hia. São inconfundíveis, — pela delicadeza, tão pessoal, da emoção; pela naturalidade correntia da linguagem; pela successão incisiva e rápida dos períodos curtos; sôbre-tudo pelo inesperado do último verso, pela scintilação do *mot-de-la-fin*, que Virgínia prepara com uma habili-dade e um imprevisto singulares. Ou eu me engano muito, ou o futuro reserva a esta

criança dias de glória. Ela atravessa agora, sorrindo, o momento decisivo para o seu coração e para o seu génio. Antes de se amar profundamente, não se viveu ainda; e, depois, começa-se a morrer.

LEI DE LYNCH

Defronte da Figueira da Foz, no braço sul do delta do Mondego, há uma pequena povoação chamada a Gala, onde vivem pescadores, calafates dos estaleiros próximos, mulheres que trabalham nas marinhas de sal, e gente que se emprega na séca do bacalhau pescado pela flotilha que todos os anos vai da Figueira ao banco da Terra-Nova. É uma estreita rua ribeirinha, com algumas construções de pedra e cal, muitas barracas de madeira telhadas de tijolo, e, entestando com o mar, que nessa altura parece um lago azul, liso como um espelho, uma ou outra casa edificada sôbre estacas, pouco menos bárbara do que o deviam ser as habitações lacustres dos palafitas. Já conhecia esta povoação de a vêr, com o binóculo, dos adarves da fortaleza de Santa Catarina; resolvei-me a ir hoje vizitá-la, atravessando as

extensas pontes lançadas sôbre o Mondego, — e não me arrependo de o ter feito, porque quási assisti a um acontecimento que, melhor do que tôdas as descrições, me pintou com exacta fidelidade o estado de civilização da maior parte da população marítima de Portugal.

Tinha eu acabado de observar, duns socalcos de rocha, a marcha ondulante e rítmica de seis mulheres, varinas tostadas da Leirosa, que conduziam, cantando, o sal das marinhas, — quando, ao meter à póvoa, na volta dumas casas de madeira pintadas de almagre e atestadas de pipas, vi um magote de gente coalhando a rua, fragateiros, varinos, mendigos, mulheres dos viveiros, poveiras desgrenhadas, que gritavam, bezoavam, furavam, metiam a cabeça, atraídos por qualquer coisa que lhes chamava a atenção. Aproximei-me também, e olhei. No meio da estrada, junto de um caco velho de barro para onde tinham atirado algumas moedas de cobre, uma grande poça de sangue alastrava, negra, varejada de moscóes, escorrendo em borbotos, ao sol, sôbre a areia coruscante. Em volta, o mulherío praguejava, vociferava, contava o caso às que vinham descendo de Lavos, macilentas, chailes pela cabeça, como lobas ao faro do sangue :

— Foi o «Russo da Cangota», que acabou para ali, como um cão!

— Já o levaram para a Misericórdia, num carro de bois, com os miolos de fóra!

— O ladrão que andava na Gala, era êle!

E, quási ao pé de mim, um fragateiro velho repetia, mãos nas algibeiras, capote de saragoça pelos ombros:

— Está visto. É a lei. Quem rouba, morre.

Compreendi, vagamente, que a justiça popular se exercera sôbre um ladrão. Olhei ainda, num pano de muro branco que corria ao longo da rua, vestígios sangrentos de mãos, talvez as do assassinado ao escabujar malhado pelos poveiros. Mais adiante, ao pé duma bota velha, ensopada em sangue, borbulhava um coalho de massa encefálica. Ia a retirar-me, num movimento de repugnância e de desgosto, quando, quási à cabeça da ponte, encontrei o mestre dos estaleiros, que me contou em que circunstâncias ocorrera aquela morte-de-homem. Havia muito tempo já que as mulheres da Gala se queixavam de roubos. Raro era o dia em que não lhes desaparecia qualquer coisa, — uma galinha a uma, um bácoro a outra, a outra uma saia, dias antes um cordão a uma rapariga de Fontela que andava nas marinhas de sal, sem que alguém fôsse capaz de apontar

o malfeitor. Desconfiavam todos do «Russo da Cangota», um latagão, ruivo de pêlo, largo de espáduas, que andava na Figueira a recados — dizia êle — e cujo pai, um vândio de Castro-Marim, homem de mau vinho, vivera já muito tempo a monte por mortes e roubos que fizera na Gala. De ruím árvore, nunca bom ramo; tal pai, tal filho; mas não se tinha passado de suspeitas e de remoques, porque não havia a certeza de que fôsse êle o ladrão. Naquela manhã, porém, o Miguel do Gáo, ao saltar da traineira para terra, dera por falta dum dinheiro que trazia no bolseirão do ferragoulo, atado num lenço azul. Quem foi, quem não foi, os homens que vinham na traineira despiram-se até à camisa do corpo sem se lhe encontrar nada, a notícia correu de bôca em bôca, e o mulhério, teimando em que o ladrão era o «Russo da Cangota», juntou-se, e fez-lhe uma montaria à porta da taberna. A princípio, tudo se limitou a um desafio de impropérios entre as poveiras e o vândio; mas, a certa altura, uma das mulheres jogou-lhe uma pedrada à cabeça; cego de sangue, que lhe escorria pela cara, o «Russo» pinchou, arremeteu de navalha aberta; dois ou três varinos fizeram-lhe frente; outros, aferrando-o de súbito pelas costas, travaram-lhe os bra-

ços; o homem escabujava, vasquejava pegado como um touro, quando se lhe abriu a camisa, e, dentre as guedelhas ruivas do peito, felpudo como o velo dum carneiro espanhol, um lenço azul apontou. Era o dinheiro do Miguel do Gáo. Como danadas, as mulheres caíram sôbre o ladrão, derrubaram-no, ferraram-lhe os joelhos no ventre, rasgaram-lhe a roupa em farrapos, arrancaram-lhe os cabelos, e uivando, pulando, cabrejando numa alegria feroz, malharam sôbre aquela massa núa e arquejante, com remos, com varas, com tesouras, com pás de ferro, na cara, no peito, ferindo, arpoando, marretando, retalhando, passaram-lhe uma corda ao pescoço, arrastaram-no pela rua, e, depois de o acabarem, bem acabado, até ao último alento de vida, esmigalharam-lhe a cabeça às pedradas. Quando o regedor chegou, a justiça da Gala estava feita. O cadáver foi transportado num carro de bois para a cidade. Da execução selvagem restavam apenas, ao sol maravilhoso daquela tarde de setembro, uma poça de sangue — e uma gamela de esmolos.

— Para que é isto? — perguntei eu a uma das mulheres, fazendo retinir as moedas com a ponta da bengala.

E, de chaile pela cabeça, negra de encon-

tro ao clarão do poente, a poveira, uma das que mais cruelmente massacraram o «Russo da Cangota», respondeu-me, numa expressão de bárbara religiosidade :

— É pela alminha dele, meu senhor.

«JUCA MULATO»

Quando, há tempo, concedi a mim mesmo alguns dias de isolamento e de repouso no Monte-Estoril, fiz-me acompanhar dos últimos livros de versos que recebera dos meus illustres camaradas do Rio e de S. Paulo. Não podia desejar melhor companhia. Em frente do mar, nessa pequena Nice doirada onde encontro sempre, além doutras muitas, a suprema beleza do silêncio, foi-me dado o prazer de admirar alguns poetas brasileiros dum parnasianismo ardente e paradoxal — mármore e sangue, bronze e nervos — e, entre êles, um que, não se limitando a encantar o meu espírito, abalou a minha sensibilidade e comoveu profundamente o meu coração. Quero referir-me a Menotti del Picchia, forte, saboroso e original poeta paulistano, decerto muito novo, cujo nome eu não conhecia ainda, e cuja obra, *Juca Mulato*, poema de qua-

renta páginas apenas, acaba de revelar-me um artista de raça, eloquente, sóbrio, conceituoso, pintando com uma largueza magnífica, e possuindo tão notáveis dotes de comunicativa emoção, que eu próprio, endurecido no ofício de escrever, senti, ao lêr os seus versos, que os olhos se me enevoavam de lágrimas.

Conseguirei eu, em dois traços rápidos, dar-lhes a impressão do poema de Menotti del Picchia?

Juca Mulato é um caboclo, «forte como a peroba e livre como o vento», torso trigueiro, narina aflante, a agilidade dum poldro, a robustez dum loiro, espécie de Hércules do mato, que passa, entre cafesais verdoengos e açucenais em flôr, a cavalo no seu pigarço como uma figura de bronze, o chapeirão na cabeça, a garrucha à cinta, um cigarro de palha a arder-lhe na bôca. O seu corpo rítmico e forte tem «audácias de coluna e elegâncias de barco», quando, do alto da montada, ataca a restinga às foiçadas, ou quando, de pé em pleno cafezal, a enxada a fuzilar-lhe nas mãos, sustêm, sob o oiro oleoso do sol, entre enxames de moscões silvestres, a invasão mordente da aninga. Ri, em todo êle, a alegria bárbara da fôrça. Resplandece-lhe nos olhos a alma sagrada das florestas.

Todo êle splende, todo êle canta, titan negro e pacífico, cuvindo coaxar os sapos, es-
cachoar nos açudes o rebojo das águas, mu-
gir ao longe as manadas ruivas e procissio-
nais dos bois. Vive no êxtase da natureza.
Juca Mulato é feliz. Um dia, porém, a filha
da patrôa, cujas ancas musicais lembram o
vôo das garças, olha-o, por acaso, num olhar
mais demorado e mais quente. O pobre ca-
boclo, natureza selvagem e virginal, que vi-
vera dormindo, acorda, de repente, para a
ofuscante, para a dolorosa revelação do amor.
Todo o mistério do seu instinto desperta.
Todo o seu corpo estremece, na carícia do
sol, como um tronco rebentando em flôres.
A filha da patrôa! «Vamos, Juca Mulato, es-
tás doido?» E Juca, deslumbrado, aterrado,
espantado de si próprio, olhando ao longe o
capinzal em chamas, ouvindo o grito trágico
do curiango, torcendo nas mãos convulsas o
relho áspero de coiro, chora, treme, soluça,
canta, — vê em tudo, adivinha em tudo, no
céu e na terra, na floresta e nas águas, no
ar morno que o envolve, no aroma suave
que o perturba, no arrepio quási humano
dos bambuais doirados ondulando ao vento,
o mesmo olhar, o mesmo sorriso, o mesmo
perfume, a mesma mulher, expressão inatin-
gível da volúpia eterna, da graça dominadora,

do amor imortal. Tôda a écloga do sertão se enche da dôr do mísero caboclo. A mata sombria chora, por êle, as lágrimas das folhas. As rochas formidáveis abrem, em pranto, os seus olhos de água cristalina. É o genio triste da raça que soluça na ingénua paixão de Juca Mulato. É a dolorosa, a ardente ternura brasileira que canta na sua voz. O caboclo quer ser ave, e fonte, e rocha, e floresta, e tempestade. A viola gemelle nas mãos. Abraça-se ao cavalo, ao seu pigarço de orelhas fitas e de pálpebras vermelhas, seu único, seu fiel amigo, e conversa com êle, e chora com êle, e afaga-o, e conta-lhe — em que maravilhosos versos! — a dôr cruciante, a dôr sagrada que se sofre amando. Mas, na obstinação dêsse amor inconsciente, dêsse lampêjo divino, dessa vertígem de infinito, dessa fascinação, dessa volúpia que êle próprio sente «que vem da Vida e que vai para a Morte», — Juca Mulato, o égipan mestiço da floresta, vislumbra um rasto de mandinga, uma scentelha de inferno. Ata à cintura a garrucha, deita mão do relho estralejante, derruba o chapeirão sôbre os olhos, monta a cavalo, e êle aí vai, numa sexta-feira, à hora em que o poente é uma crosta de oiro em braza, pedir ao bruxo Roque, negro e sinistro, o remédio para o seu mal.

O feiticeiro olha-o com as pupilas garças e imóveis como charcos de água imunda, ouve-o, adivinha-o, compreende-o, e — ai do pobre caboclo do mato! — diz-lhe que sabe arrancar a lepra do corpo, mas que nunca achou remédio para o mal de amor; que cura a peçonha da cobra, mas que nada pode contra o veneno subtil dum olhar de mulher. «Juca Mulato, esquece!» Mas Juca só poderá esquecer, fugindo. Abraça-se aos troncos rugosos que o viram nascer, beija o ventre da terra que o gerou, pensa na fuga ou na morte. É então que a alma das coisas, que o génio da floresta, que a voz profética do silêncio fala a êsse *Peer Gynt* caboclo: — «Tu queres-nos deixar, filho desnaturado?» Um cedro soluça, olhando para êle: — «Foi dum galho meu que fizeram teu berço!» A torrente diz-lhe, jorrando: — «Fui eu, Juca, que dei a água do teu baptismo!» A floresta inteira prende-o, enleia-o, reclama-o, ergue-o na exaltação da fôrça e da vida: — «Nós somos a lenha que te aquece! Somos nós o cabo da tua enxada, o arco do teu bodoque, a grade da tua arapuça, o varejão do teu barco! Juca, nós somos a tua alma, e na terra natal a própria dôr dóe menos!» Juca Mulato, do alto da montanha, erecto no cavalo como um deus de cobre, olha o cafezal verde, as

plantas alinhadas, sente o bafo morno e dionisiaco da terra, vê todo o labor da empreita, as enxadas faiscando ao sol, o céu em chamas, a vida em germinação, e pouco a pouco, resignado, tranqüilo, — volta, ressurgue, vive, esquece...

Eis o admirável pequeno poema de Menotti del Picchia. Fixem êste nome. Ou eu me engano, ou há de ser, amanhã, o de um dos maiores poetas brasileiros.

O ESPECTRO

Todos se tinham deitado já. Eu fiquei ao canto da larga chaminé solarenga onde ardiam, numa braza viva, toros de azinho e de oliveira. Hóspede, desde manhã, daqueles paços de Vila-Real, pesados de baixelas de prata e de guarda-portas de riço verde, tudo me interessava, tudo era para mim um motivo de demorada observação. Um velho relógio holandês de pêndula, igual aos que nos aparecem nos quadros de Teniers, bateu a meia-noite. Pensava em deitar-me também, quando M.^{me} S. entrou, risonha, distinta no seu roupão preto de viúva, um braçado de violetas, uma brochura amarela na mão. Como eu estranhasse vê-la ainda a pé, naquela casa de costumes patriarcais, ela sorriu, sentou-se num grande *fauteuil* inglês, junto do fogão, e disse-me, com a maior naturalidade do mundo:

— Eu não me deito antes do nascer do sol.

— Porquê?

— Adquiri este hábito durante a doença de meu marido.

Pedi-lhe licença para a acompanhar ainda uns momentos. Não tinha sono também. Costumado aos antipáticos fogões elétricos de Lisbôa, sentia-me confortavelmente ali, junto daquela grave lareira antiga onde um fogo carinhoso crepitava. Conversámos. M.^{me} S. era uma dessas mulheres opulentas e inteligentes da fidalguia trasmontana, que, ainda no comêço dum outono esplêndido, se refugiam, se isolam dentro de solares que são verdadeiros museus, vivendo apenas para o culto da arte e — de vez em quando — para os prazeres da hospitalidade. Os quarenta anos e uma pesada herança de artríticos e de intoxicados tinham empastado a sua beleza fina, deformado um pouco o seu corpo, comprometido aquele perfil recto de camafêu italiano de que ela tanto se orgulhava; uns fios de prata, rebeldes, começavam a pintar-lhe os bandós negros; só os olhos não envelheciam nela, uns olhos portugueses, com o negro quási rôxo de certos minérios, brilhantes, quietos, enormes, duma doçura e duma tristeza infantil. As mulheres que atravessam esta zona perigosa dos quarenta anos nunca

se consideram felizes. Em M.^{me} S., porém, essa «tristeza da idade» revestia uma expressão de serenidade resignada, — a expressão das criaturas cuja mocidade foi um longo sacrifício, e que aprenderam, sofrendo, a arte de transformar num sorriso de benevolência as maiores contrariedades e os maiores desgostos. Falou-me do filho, — que a preocupava. Como eu o não vira ainda, descreveu-mo: vinte anos, pálido, doente, débil, os olhos ardentes, implacavelmente ameaçado pela hereditariedade paterna, mal sabendo lêr porque os médicos não queriam que êle se faticasse, muito semelhante (dizia-me ela, na sua ternura) a êsses infantezinhos da casa de Áustria que Velasquez pintou. Depois, enchendo de violetas, com os seus lindos dedos pesados de anéis antigos, uma velha faiança do Rato, continuou vagamente, sem me olhar:

— Ah, meu amigo, que romance escreveria se eu lhe contasse a minha vida!

— Tenho a noite tôda para a ouvir.

— Não quero fatigá-lo...

Lançámos mais uma acha ao lume. O criado, que trocara já a casaca pelo *gilet de service*, trouxe uma enorme brazeira de cobre para o meio da sala, e serviu-nos café. Foi então, no silêncio da noite, enquanto o azinho sêco ardia no lar, que eu ouvi a história

dessa encantadora mulher, ou, mais propriamente ainda, a história dos seus oito anos de intimidade conjugal.

M.^{me} S., como tantas outras meninas que não fazem do amor a mais pequena idéa, tinha casado por amor aos dezoito anos. O marido, vagamente seu primo, passava por doente, e várias vezes fôra à Alemanha consultar médicos àcerca de determinada enfermidade, não se sabia bem se hereditária, se adquirida. Durante os primeiros meses viveram numa lua-de-mel que nada perturbou, mas cujo excessivo nervosismo amoroso chegou a assustar os pais dum e doutro. Um belo dia, inesperadamente, D. António — a tradição familiar acrescentara ao nome dêsse rapaz a partícula mobiliárquica que não lhe era devida — teve a primeira crise de *tabes dorsalis*. Levado para Paris, peorou. Quando, por conselho de Fournier, o trouxeram para Portugal, ao fim de um 'ano de casado, — a mulher estava no seu estado interessante. Um problema horrível se apresentou à futura mãe e aos médicos que a tratavam: deveriam, ou não, deixar viver êsse gérmen antecipadamente condenado ao sofrimento? Mas o instinto materno reclamou os seus direitos; a mãe quis sujeitar-se a um tratamento intensivo; e o filho, que nasceu de termo, foi viá-

vel. Neste meio tempo, porém, o estado do doente agravou-se. Atenuaram-se as crises dolorosas; mas os sintomas de incoordenação eram já evidentes; a marcha, caracterizada por atáxia; o doente nunca mais saiu senão acompanhado por um criado. Ao passo que a sua miséria orgânica se acentuava, o seu carácter pareceu modificar-se: tornou-se egoísta, absorvente, cruel; o sentimento da posse amorosa da mulher converteu-se para elle numa obsessão; apossou-se do doente uma espécie de delírio do ciúme; a idéa de que a ternura da mulher havia de dividir-se por elle e pela criança, levou-o até ao absurdo moral de odiar o filho, de o beliscar, de o brutalizar quando o via ao colo da mãe. A existência de M.^{me} S. passou a ser um suplício. O marido queria-a permanentemente junto dele; passava dias inteiros a fitá-la em silêncio, a beijar-lhe as mãos, os braços, numa excitação aflitiva, como se temesse perdê-la a cada hora; tôdas as tentativas feitas pela família para o afastar da mulher, ou, sequer, para lhes separar os leitos, davam lugar a crises terríveis de exaltação. Fatigada, doente, arruinada por sucessivos desmanchos, os pais levaram-na, à fôrça, para uma cura na Suíça; mas teve de voltar, no meio do caminho, porque o marido quis enforçar-se

quando deu pela falta dela. Durante oito anos—o melhor tempo da sua primavera—fez a êsse doente hediondo, sempre com o mesmo sorriso de resignação nos lábios, o sacrifício do seu corpo, da sua saúde, da sua alegria, da sua alma. Viveu sequestrada, isolada oito anos,—para êle só. Não podia lêr,—porque êle tinha ciúmes dos livros, e rasgava-os. Se queria beijar o próprio filho, tinha de esperar que o marido dormisse. Viu nascer pouco a pouco, na alma dessa criança, um rancor profundo, uma repugnância instintiva pelo pai—repugnância e horror que continuaram para além da morte. E a-pesar disso—coisa monstruosa!—o filho era o retrato dele, a mesma expressão, o mesmo corpo franzino, a mesma beleza triste, o mesmo ar de fim-de-raça, talvez a fatalidade da mesma doença espreitando-o como uma sentença implacável do destino. Esperá-la-iam na velhice, junto do filho, os mesmos horrores que sofrera na mocidade, à cabeceira do pai? Com os olhos brilhantes de lágrimas, M.^{me} S. recordava a sua última noite de tortura. Parecia que ainda fôra ontem. Três dias antes do marido morrer, não podendo já sentir o calor viscoso do mesmo leito, levantara-se alta noite, deixara-o dormindo e viera para a sala onde estáva-

mos—aquela mesma sala verde—sentar-se numa das cadeiras, ao pé do fogão. A cada momento, ao menor ruído, olhava o reposteiro, à espera de vêr aparecer a face pálida, os olhos febris do doente. Um pavor invencível apossara-se dela. Tremia tôda, numa convulsão de mêdo, de nojo, de horror. Um suór de agonia inundava-lhe a fronte...

Nisto, quando me estava contando o que se passara doze anos antes na sala onde nos encontrávamos, M.^{me} S. levantou-se num grito, fitando a porta. Sobressaltado, olhei também. O reposteiro de veludo verde afastou-se, e uma face pálida, uns olhos febris surgiram da sombra:

—Não se assuste, mamã. Sou eu.

A brochura amarela rolou no tapete. Eram, por acaso, os *Espectros*, de Ibsen.

OS GUERREIROS DO APOCALIPSE

Há dias, um pintor meu amigo, a quem foi encomendada uma aguarela representando a tomada de Santarêm por Afonso Henriques, perguntou-me se as reproduções da tapeçaria de Bayeux forneceriam elementos suficientes para a reconstituição dos trajos e das armas dos cavaleiros do tempo. Respondi-lhe que havia melhor, na Tôrre do Tombo, em dois códices iluminados portugueses do século XII.

— Cavaleiros do tempo de D. Afonso Henriques? — exclamou o artista, inundado de júbilo, còrando até às orelhas.

— Sete ou oito, nem menos.

— Mas pintados por iluminadores portugueses?

— Sem dúvida. Por monges-escribas bernardos de S. Mamede de Lorvão.

— Do século XII?

— Quer você ir vê-los?

O meu amigo não pôde conter os impulsos da sua gratidão, e caíu-me nos braços. Pois quê? Eu teria o surpreendente poder de mostrar-lhe, pintados pelos bárbaros escribas laurbanenses, os cavaleiros do fossado de Ourique, com as suas lorigas imbricadas de chapas de ferro e os seus cascos ponteagudos como mitras de Santo Estêvão? Essa preciosidade existia, de facto? Era bem exacta a observação de Montesquieu: «Os portugueses descobriram o mundo, mas desconhecem a terra em que nasceram.» Aquele artista ilustre que recorria à tapeçaria de Bayeux, ignorava a existência dos documentos nacionais, directos, que podiam interessar à sua arte. Por culpa dele? De certo não. Por culpa dos eruditos profissionais e dos industriais editores, que não têm vulgarizado, como seria para desejar, as riquezas da nossa pintura membranácea primitiva. O que se fez com os monumentos da architectura românica portuguesa e com o *Missal* de Estêvão Gonçalves — reproduções vulgarizadas pela fototipia e pela skiocromia — deveria fazer-se, pelo menos parcialmente, com os nossos cimélios iluminados mais importantes, e, em especial, com aqueles cuja iconografia tem um elevado valor artístico ou um superior interêsse documental. Já os nossos artistas não iriam bus-

car, como tantas vezes têm feito, para a illustração de assuntos nacionais, reproduções da pintura e da tapeçaria estrangeira.

— Quer você vir daí à Tôrre do Tombo?

Meia hora depois, o meu amigo estava diante dos dois códices do século XII que lhe haviam de fornecer elementos autênticos e directos para a reconstituição das armas e dos trajos guerreiros do tempo de D. Afonso Henriques: o *Livro das Aves* e o *Comentário de Beato de Liébana ao Apocalipse*, ambos provenientes do velho cartório laurbanense, e acabados de escrever, o primeiro em 1183, dois anos antes da morte do fundador da monarquia, por um escriba e illuminador anónimo, talvez monge de S. Mamede de Lorvão, o segundo em 1189, por um certo Egas, talvez também monge cisterciense. Abri-lhe o *Livro das Aves* (que tão curioso estudo daria a um ornitologista!) na folha que representa um bêteiro português com o seu perponte amarelo «*quod loricae superinduebatur*», e a sua terrível bésta tendida — a balestra que o concílio de Latrão proibiu em 1139 — armada do virotão barbelado e prestes a despedir o tiro. Tomei o *Apocalipse*, resguardado pelas suas fortes pastas de couro, e abri-o também, nas páginas onde surgem os quatro cavalos simbólicos (*equos albus, equos pallidus, equos*

roseus, equos niger) montados por quatro cavaleiros armados — o primeiro de um arco árabe, o segundo e o terceiro de montantes com os quartões recurvos para o lado da lâmina, o quarto (numa representação que não se harmonisa com o texto apocalíptico) conduzindo uma cruz procissional bizantina ladeada do alpha o do ómega. Gostava de poder dar aos meus leitores, sôbre-tudo àqueles que se interessam por questões de paleografia e de arqueologia de arte, uma impressão, mais ou menos exacta, do que é a iluminura dêste bárbaro códice.

Como sabem, há muitas cópias dos *Comentários de Beato de Liébana* feitas na península e iluminadas em estilo proto-mudejar: a de Gerona (século x); o apógrafo de *San Melan de la Cogula*, que está na Academia de História de Madrid (também do século x); o da Biblioteca Nacional de Madrid (século xi) escrito e iluminado por um escriba monástico (*Fagundus scripsit*); e o da Biblioteca Nacional de Paris (século xii). O apógrafo da Torre do Tombo é, sob o ponto de vista artístico, mais pobre do que qualquer dêstes quatro; mas tem uma importância fundamental para o estudo — ainda por fazer — da iluminura portuguesa na fase primitiva. O escriba Egas, que o escreveu e pintou, artista medíocre — muito

inferior, mesmo, ao monge de S. Mamede, iluminador do *Livro das Aves* — dispunha apenas de duas côres, além do negro de noz-de-galha (que o tempo adoçou em tons de sépia) usado na escrita do códice: o vermelho, igual ao das iniciais e dos títulos, e o amarelo. Mas, em regra, não as empregou para colorir as figuras, apenas contornadas a traço negro; o que é colorido, neste curioso exemplar da iluminura proto-mudejar portuguesa, são os fundos em que as figuras se movem, desempenhando quási sempre o amarelo a função da folha de oiro brunido, usada mais tarde pelos iluminadores dos séculos XIII e XIV, e de que o escriba do *Apocalipse* de Lorrão não dispunha ou não sabia servir-se. Nesses fundos, duma acentuada cacocromia, flutua um mundo de criações simbólicas e monstruosas. E' todo o programa teratológico dos imaginários ornamentistas do século XII, nosso conhecido a-través dos brutescos que espreitam dos capitéis e das arquivoltas dos monumentos românicos portugueses; são as agiografias consagradas pelos mestres bizantinos na representação dos anjos, dos velhos, dos guerreiros místicos da visão de Pathmos, mil vezes repetidos, pelos séculos adiante, desde o *Menelógio de Basílio II* até ao códice de *San Melan de la Cogula*, desde o tím-

pano da igreja de Moissac até aos vitrais da *Saint-Chapelle*, de Paris, desde as pinturas de Santo Estêvão de Bolonha até ao retábulo de João Van Eyck, desde o *Evangelário* da Biblioteca de Múnich até ao *Apocalypsis cum figuris*, de Alberto Dürer; são — e êste é o ponto que mais nos interessa — tôdas as figuras e scenas da vida real que rodeavam o escriba, que a sua retina fixava, que a sua observação surpreendia, e que lhe serviam para representar, às vezes com um sentimento fortemente naturalista, as visões sublimes e tenebrosas de S. João sôbre os destinos da igreja cristã. Aquele Abbadon, aqueles anjos eqüestres e armados, aqueles vinte-e-quatro velhos, aquela impudica e coroada Jezabel, *mulier super bestiam*, aqueles segadores e vindimadores da visão apocalíptica, aqueles homens do «grande lagar da ira de Deus», — não são senão os cavaleiros, as donas, os camponezes selvagens da lavoura portuguesa do século XII, copiados do natural, com as suas vestiduras, as suas armas, as suas joias, os seus leitos, almadraques, cócedras, sédias, foices, cêstos, pichéis, aceteres, concas, todos os utensílios, tôda a vida que em volta do humilde Egas, monge-escriba de Lorvão, formigava, tumultuava, resplandecia. A cada passo eu ia chamando a atenção do meu

amigo — que olhava o códice num silêncio de religiosa admiração — para a bárbara obra do seu antepassado na arte: mostrei-lhe, sôbre a discromia dos fundos vermelhos e amarelos, as figuras sempre simétricamente dispostas, com a preocupação evidente do paralelismo das suas linhas axiais, as faces constantemente voltadas para a frente — mesmo quando os corpos se apresentam de perfil — confirmação da lei de frontalidade verificada em tôdas as manifestações infantís da pintura; os olhos enormes, de peixe, cujo exorbitismo nos faz pensar na imaginária dos mosaístas bizantinos; e, sôbre-tudo, a armaria e os trajos dos guerreiros de Afonso Henriques, que tinham levado até ali, na expectativa anciosa duma grande revelação, aquele bom homem por cujas mãos nunca passara um códice da Tôrre do Tombo.

— Como êles eram! Como êles eram! — repetia o meu amigo, deslumbrado, desenhando febrilmente, nas costas dum sobrescrito, os pormenores das selas, das espadas, dos acicates, dos arreios dos cavalos.

Êle copiava-os, como um artista; eu ia-os estudando, ao mesmo tempo, como um arqueólogo. Os quatros primeiros cavaleiros representados no *Apocalipse* de Lorvão — símbolos da justiça, da guerra, da morte e da

vitória — vestem briaes compridos, com mangas (que é o que distingue o *brial* do *loudel*), não fendidos lateralmente como os briaes franceses do século XII (Ary Renan, 79), mas levantados à frente a descobrir os joelhos, poçando na cintura a parte sofraldada. Uns enfiam-no sôbre a loriga ou lorigão («*loriga, aut lorigone, et genoleiras*» — codicilo de D. Sancho); outros trazem-no sôbre a camisa de ranzal, como o Cid («*camisa de ranzal, tan blanca como el sol, sobre ela um brial primo de ciclaton*» — Poemas castelhanos ant. ao século XV, p. 347). Nas pernas, que o brial arregaçado descobre, parece não haver vestígios de armas defensivas: os pés calçam balugas ponteagudas, ornadas e armadas de acicates lanceolares. O primeiro conduz um arco árabe: retesa a corda com os dedos indicador e médio da mão direita; a flecha caminha sôbre o polegar da mão esquerda, que segura o arco. Os outros estão armados de montante, *gladius magnus*, dois gumes, o pomo furado para dar passagem à corrente que o prende à brafoneira, os quartões curvos, abatidos e fortes. Todos êles montam em selas mouriscas, «de bafor-do», com peitoral ornado e abrochado de metais, cuja descrição se ajusta às palavras dum texto legal do século XIII: «*et melior*

sella orpellada de roncino cum pectorali colgato et deaurato, et cum freno deaurato, valeat quindecim libras»; a cabeçada mudejar do século XII pouca diferença faz dos jaezes atuais, com o seu rosetão, a sua testeira, o o seu frontal, a sua faceira, a sua sísgola, o seu freio possante. Mais adiante, noutra iluminura do códice, o cavaleiro Abbadon, enfiado no mesmo tipo de brial leonês, despede do arco um virotão; por fim, mais quatro guerreiros cavalgam monstros, revestidos — diz o *Apocalipse* — de «*loricas igneas et hiacinctinas*», na realidade de camisões talaes de couro imbricados de chapas de ferro (a cota de malha não era usada ainda pelos cavaleiros cristãos), grosseira armaria defensiva em cuja representação o monje-escriba Egas emprega excepcionalmente a tinta vermelha, deixando para o fundo a côr amarela com que substitue o oiro já usado, cinco anos antes, pelo escriba do *Livro das Aves*. O nosso exame durou uma longa hora. Foi tão profunda a impressão recebida pelo artista, que ainda êle ontem me repetia, convicto e grave, passando-me para as mãos três estudos feitos, a aguarela, sôbre os guerreiros do *Apocalipse* de Lorvão:

— Pegue-lhe com respeito, meu amigo. Olhe que sempre foram êstes homens que fizeram Portugal!

JOÃO PORTUGUÊS

Na relação dos mortos no combate de 22 de fevereiro de 1919, entre o batalhão do 33, aquartelado no Castelo de S. Jorge — o último reduto sidonista — e as forças revolucionárias populares, encontrei um nome que revestiu imediatamente para mim a expressão dum símbolo: *João Português*. Recorto dum jornal as poucas linhas que se referem ao desgraçado, um dos cadáveres identificados em depósito na *Morgue*: «João Português, um velho, pobremente vestido, ferido a tiro na rua da Praça da Figueira. Chegou ao hospital morto. Foi para o Necrotério.»

Não sei quem êle era. Mas vejo-o, diante de mim, como se o conhecesse. *João Português* somos todos nós. Como o *Zé Povinho* modelado em barro pelo génio de Rafael Bordalo, êsse pobre velho risonho, indifferente, curioso, humilde, esperando cada dia

que as balas duma revolução lhe trouxessem a felicidade, a riqueza e a paz — *João Português* — realiza alguma coisa mais do que uma síntese humana: realiza um símbolo nacional. Se eu, à semelhança de Hoffmann, costumasse desenhar, na margem do papel em que escrevo, as criações da minha imaginação, estou certo de que a figura de *João Português* não ficaria muito longe da realidade. Sem que eu saiba bem porquê, emprestei-lhe as feições dum tipo singular de velho, bonacheirão, andrajoso, filósofo, com o bom senso de Sancho Pança e o sorriso do *Menippo* de Velasquez, que encontrei há meses, por entre a mataria espessa do Campo-Grande, depois duma manhã de trovada. O vento, varejando o arvoredado como uma gigantesca mão de bronze, derrubara um pinheiro secular e atirara-o, enorme, crispado, babando musgo e lama, sobre a terra removida de fresco. Logo, de todos os lados, debaixo do açoite da chuva, como formigas em volta dum rato morto, uma multidão negra, esfarrapada, faminta, aos uivos, aos pulos, caiu sobre o cadáver augusto da árvore, brandindo serras, machados, navalhas, fendendo-a, mutilando-a, esgalhando-a, desfazendo-a em montes, em braçados, em regaçadas, em alforjadas de lenha húmida que

homens, mulheres, crianças levavam, a tiritar, a gritar, a cantar, para os seus lares sem fogo e sem pão. O sol rompera; amainara o vento; ainda se retesavam musculaturas felpudas de braços nús; ainda lampejavam ferros malhando, mordendo os restos musgosos do tronco, — quando eu dei pelo velho, que assistia àquela devastação, àquela partilha duma árvore por dezenas de miseráveis, quieto, impassível, risonho, a tremer nos farrapos dum capote de saragoça.

— E você, não leva também um esgalho do pinheiro? — perguntei eu.

Ele olhou-me, encolheu os ombros, e afastou-se, descalço, chapinando a lama:

— Já agora, espero que cáia outro.

Quando li a notícia da morte de *João Português*, pensei neste homem, vi êste homem. Não sei que íntima correlação encontrou o meu espírito entre essas duas figuras de fatalidade e de miséria. Deviam ser próximas parentas uma da outra. Eram os mesmos andrajos, a mesma resignação, a mesma filosofia. Aproximava-as a alma da raça, a comunhão do destino. Segundo tôdas as probabilidades, o pobre velho caído ante-ontem, com uma bala na cabeça, não morreu combatendo; morreu vendo combater. Indolente, desiludido, decrépito, herdeiro da bea-

titude dos franciscanos pedintes, espécie de *lazzarone* raciocinador vivendo pelos mercados ao sol, *João Português* foi ao encontro da fusilaria por simples curiosidade, com o mesmo encolher de ombros indiferente com que o outro assistira, de longe, ao assalto da árvore derrubada. As balas sibilavam; sob um céu baço, de chumbo, crepitavam as *mausers*; o sangue coalhava-se nas valetas; era um espectáculo grandioso: *João Português* quis vêr. Levara-o, arrastara-o o formidável instinto de tragédia que vive na alma do povo. Quando, em 1910, estalou a primeira revolução, êle julgava — pobre *João Português*! — que com o triunfo popular tinha chegado, finalmente, a sua hora de redenção e de felicidade. Mas a artilharia calou-se; desapareceu o clarão das baionetas; fizeram-se discursos; pronunciaram-se palavras sem sentido para êle — Liberdade, Humanidade, Justiça, Direito — e *João Português*, mais desgraçado ainda do que dantes, com a resignada serenidade com que o velho do capote de saragoça esperava que outro pinheiro caísse, começou, êle próprio, à espera doutra revolução salvadora, capaz de resolver o seu caso pessoal, de o libertar da miséria e da opressão, de o tornar rico, tranquilo e feliz. As revoluções sucederam-se,

violentas como crises epilépticas — 14 de maio, 5 de dezembro, 13 de fevereiro — ; três vezes ainda se celebrou com vivas, com bandeiras, com foguetes, a vitória esplêndida do povo; três vezes os demagogos, os ídolos, os libertadores, os evangelizadores proclamaram o princípio da soberania popular; — mas *João Português* ia-se sentindo cada dia mais escravo, mais vencido, mais *ninguém*; quanto mais lhe diziam que êle triunfara, mais fome êle tinha, — e o pobre diabo, como o Philocleonte da doirada fantasia de Aristóphanes diante do salsicheiro demagogo, acabou por descer dos ídolos, por se rir das revoluções, por não tomar a sério as balas, por aceitar a fusilaria como um divertimento, a chacina das ruas como uma sangrenta fita-animatográfica, até que (paz à sua alma!) uma bala misericordiosa lhe concedeu a felicidade e a paz que êle tanto esperava das revoluções — e que uma revolução, enfim, lhe pôde dar.

FIM

INDICE

A bengala de M. ^{me} Z.....	9
O prazer de morrer.....	15
Raquel.....	21
O retrato da Viscondessa.....	31
Um drama.....	39
A descendência de Brummell.....	45
Eutanásia.....	51
O painel das almas.....	57
Manoela.....	65
Os pés de Madame X.....	71
As três nódoas de sangue.....	77
A saudade.....	83
O duelo das mães.....	89
O morto.....	97
Dona Feliciano de Milão.....	103
A Carriça.....	111
O povo.....	119
Arte de enganar mulheres.....	125
Sagres.....	131
A marquesa velha.....	139
O mordomo-mór.....	145
Marcelino.....	151
As garças.....	157
Um homem feliz.....	163

Nun'Álvares, Santo.....	169
A Musa do soneto.....	175
Lei de Lynch.....	183
«Juca mulato».....	189
O espectro	195
Os guerreiros do Apocalipse.....	203
João Português	213
